

PLMJ 

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

A.M. PEREIRA, SÁRAGGA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, JÚDICE
E ASSOCIADOS

OE 2011
Alterações Fiscais

STATE BUDGET 2011
Tax Amendments

BUDGET DE L'ÉTAT 2011
Modifications Fiscales





SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

A.M.PEREIRA, SÁRAGGA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, JÚDICE
E ASSOCIADOS

AV. ALVARO DE ALENCAR, 1611, 1.º ANDAR, TORRE 1, 1200-028 LISBOA, PORTUGAL
TEL. 213 400 500 | FAX 213 400 501 | WWW.PLMJ.LP



ÍNDICE / CONTENTS / INDEX

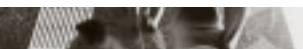
I.	OE 2010	
	Alterações Fiscais	7
II.	State Budget 2010	
	Tax Amendments	51
III.	Budget de l'Etat 2010	
	Modifications Fiscales	91



O.E. 2011

Alterações Fiscais

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte **arfis@plmj.pt**.





I. INTRODUÇÃO

APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Aprovada na Assembleia da República no passado dia 26 de Novembro, a Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2011, após promulgação pelo Presidente da República no passado dia 30 de Dezembro, encontra-se publicada em Diário da República n.º 253, Suplemento, Série I de 31 de Dezembro de 2010.

ENTRADA EM VIGOR

A Lei do OE para 2011, incluindo as alterações, actualizações e autorizações legislativas em matéria fiscal nele previstas, vigora desde o dia 1 de Janeiro de 2011.

II. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

BOLSAS DE FORMAÇÃO DESPORTIVA

O limite previsto para efeitos de exclusão da tributação das bolsas de formação desportiva passa a estar indexado ao valor do Indexante de Apoios Sociais – IAS; (de acordo com a Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, este valor do IAS, para o ano de 2010, é de Eur. 419,22). Contudo, transitoriamente, mantém-se a referida indexação ao valor da remuneração mensal mínima garantida em 2010 (de Eur. 475) até que o IAS atinja aquele montante. Nestes termos, o limite em causa será, em 2011, de Eur. 2.375.

IDENTIFICAÇÃO FISCAL DOS DEPENDENTES

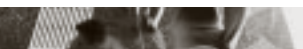
Consagra-se a obrigatoriedade da identificação dos dependentes na declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), através do número fiscal de contribuinte, para efeitos da aplicação das correspondentes deduções à colecta e benefícios fiscais.

CONCEITO DE DEPENDENTE

Os filhos, adoptados e enteados maiores, entre os 18 e 25 anos, que, no ano a que respeita o imposto, cumpram serviço militar ou serviço cívico, deixam de ser considerados dependentes, deixando assim, igualmente, de integrar o agregado familiar do sujeito passivo.

ENCARGOS COM LARES

Fixa-se a indexação do limite previsto para encargos com lares (actualmente indexado à retribuição mínima mensal) ao IAS, quanto ao montante dos rendimentos auferidos pelos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau dos sujeitos passivos em causa, para efeitos de dedução à colecta dos encargos com lares; contudo, transitoriamente, deverá



ser considerado, como limite, o valor da remuneração mensal mínima garantida em 2010 até que o IAS atinja este montante.

DEDUÇÃO ESPECÍFICA NO TRABALHO DEPENDENTE

A dedução específica dos rendimentos de trabalho dependente (Categoria A), passa a estar indexada ao valor do IAS, embora, transitoriamente, se mantenha a indexação ao valor da remuneração mensal mínima garantida em 2010 até que o IAS atinja aquele montante; assim, o limite da indicada dedução específica para 2011 será de Eur. 4.104, salvo se as contribuições para a Segurança Social forem superiores. O indicado montante poderá ser elevado para Eur. 4.275, quando a diferença resulte de quotizações para ordens profissionais ou de importâncias pagas e não reembolsadas referentes a despesas de formação profissional.

MAIS-VALIAS DE IMÓVEIS

Clarifica-se que, para efeitos do cálculo das mais-valias na alienação de bens imóveis, o valor de aquisição a ter em conta no caso de bens imóveis adquiridos através do exercício do direito de opção de compra no termo da vigência de um contrato de locação financeira será o correspondente ao somatório do capital incluído nas rendas pagas durante a vigência do referido contrato e o valor pago no exercício do direito de opção, excluído de quaisquer encargos.

DEDUÇÃO ESPECÍFICA NAS PENSÕES

As contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e subsistemas legais de saúde passam a ser deduzidas aos rendimentos brutos de pensões (categoria H) apenas na parte que exceda as deduções de Eur. 6.000 ou do valor reduzido para pensões acima de Eur. 22.500 (a dedução de tais contribuições não estava sujeita a qualquer limitação). No que respeita às pensões de valor anual bruto superior a Eur. 22.500, a dedução específica de Eur. 6.000 é reduzida em valor correspondente a 20% sobre a diferença entre o montante da pensão efectivamente auferida e Eur. 22.500 (esta dedução era apenas aplicável aos rendimentos que excedessem os Eur. 30.240 e a taxa de redução fosse de 13%).

REPORTE DE PERDAS

Altera-se o período para o reporte de perdas nas Categorias B (rendimentos empresariais ou profissionais), F (rendimentos prediais) e G (mais-valias imobiliárias e de propriedade intelectual ou industrial), que eram, de cinco e seis anos, dependendo das circunstâncias, para um período único de 4 anos.



ESCALÕES E TAXAS GERAIS

Actualizam-se os escalões de rendimentos sujeitos a tributação, em 2,2%, verificando-se, simultaneamente, um aumento nas taxas gerais de IRS, que contemplará com taxa mínima de 11,5% e máxima de 46,50%, nos seguintes termos:

2010

Rendimento Colectável	Taxas	
	Normal (A)	Média (B)
até €4.793	11,08	11,080
de mais de €4.793 até €7.250	13,58	11,927
de mais de €7.250 até €17.979	24,08	19,179
de mais de €17.979 até €41.349	34,88	28,053
de mais de €41.349 até €59.926	37,38	30,944
de mais de €59.926 até €64.623	40,88	31,667
de mais de €64.623 até €150.000	42,88	38,049
superior a €150.000	45,88	-

2011

Rendimento Colectável	Taxas	
	Normal (A)	Média (B)
até €4.898	11,50	11,500
de mais de €4.898 até €7.410	14,00	12,3480
de mais de €7.410 até €18.375	24,50	19,5990
de mais de €18.375 até €42.259	35,50	28,5860
de mais de €42.259 até €61.244	38,00	31,5040
de mais de €61.244 até €66.045	41,50	32,2310
de mais de €66.045 até €153.300	43,50	38,6450
superior a €153.300	46,50	-

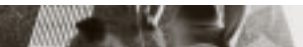
TAXAS LIBERATÓRIAS

Os juros e outras formas de remuneração de suprimentos efectuados pelos sócios, bem como os devidos pelo facto de os sócios não levantarem os lucros colocados à sua disposição, actualmente englobados e sujeitos obrigatoriamente às taxas gerais de IRS, passam a ficar sujeitos à taxa, liberatória, de 21,5%.

Consagra-se o alargamento do âmbito do regime de reembolso, total ou parcial, do IRS retido e pago, de que beneficiam os sujeitos passivos residentes noutro Estado-membro da UE, relativamente aos encargos devidamente comprovados que sejam necessários para a obtenção dos rendimentos obtidos em território português, aos rendimentos do trabalho dependente, às remunerações dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas, aos rendimentos de trabalho prestado a bordo de navios e aeronaves e aos rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial; esta devolução não deverá, contudo, ultrapassar o montante dos rendimentos em causa, ou, no caso dos rendimentos do trabalho dependente, as limitações previstas em sede de deduções específicas.

CONTAS DE TERCEIROS NÃO IDENTIFICADAS

Prevê-se que os rendimentos sujeitos a taxas liberatórias, quando sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares, mas por conta de terceiros não identificados,



passem a ser tributados mediante retenção na fonte a título definitivo, à taxa de 30%; excepcionam-se as situações em que venha a ser identificado o beneficiário efectivo, caso em que deverão aplicar-se as regras gerais.

TAXAS ESPECIAIS

Harmonizam-se as taxas aplicáveis aos rendimentos de capitais auferidos no estrangeiro por sujeitos passivos residentes fiscais em Portugal – e devidos por entidades não residentes sem intervenção de agente pagador em Portugal –, passando tais rendimentos a estar sujeitos a tributação, autónoma, à taxa de 21,5%, (em vez dos actuais 20%).

DEFICIENTES

Transitoriamente, os rendimentos brutos das categorias A (rendimentos do trabalho dependente), B (rendimentos empresariais e profissionais) e H (pensões) auferidos por sujeitos passivos com deficiência serão considerados, para efeitos de IRS, apenas por 90%, em 2011, não podendo a parte do rendimento excluída de tributação exceder Eur. 2.500, por categoria de rendimentos. As limitações previstas para efeitos de dedução à colecta relativa aos sujeitos passivos com deficiência que, até agora, se encontravam indexadas à retribuição mínima mensal, passam ainda a ser indexadas ao IAS; contudo, também quanto a esta indexação se aplica a regra transitória, nos termos da qual deverá ser considerado o valor da remuneração mensal mínima garantida em 2010, até que o IAS atinja este montante.

CONTRIBUIÇÕES PARA REFORMA

No caso das contribuições pagas para a reforma por velhice, a dedução à colecta de 25% do respectivo montante passa a depender do facto de o benefício ser garantido após os 55 anos de idade e cinco anos de duração do contrato, de a contribuição ser paga pelo sujeito passivo ou por terceiros, desde que, neste último caso, tais montantes tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de Eur. 65 (tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados), ou de Eur. 130 (tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados); quer relativamente à dedução à colecta destas contribuições, quer ainda à dedução de 25% dos prémios de seguros de vida mantém-se o limite de 15% da colecta.

Fixa-se que, em geral, os limites das deduções passam a estar indexados ao IAS, continuando, todavia, a aplicar-se o valor da



retribuição mínima garantida prevista para 2010, até que o IAS atinja este montante.

IDENTIFICAÇÃO FISCAL

As deduções à colecta só poderão ser realizadas pelos sujeitos passivos, mediante a identificação fiscal dos dependentes, ascendentes, colaterais ou beneficiários a que tais deduções se reportem e, bem assim, mediante a identificação, em factura emitida nos termos legais, do sujeito passivo ou do membro do agregado a que tais deduções se reportem, nos casos em que envolvam despesa.

SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS

Eliminam-se as deduções à colecta referentes a prémios de seguros de vida e de acidentes pessoais, excepto as que respeitem aos sujeitos passivos com deficiência, bem como aos sujeitos passivos com profissões de desgaste rápido. Contudo, mantém-se o regime em vigor quanto às condições de resgate e adiantamento de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida em relação aos quais tenha sido exercido o direito à dedução em anos anteriores e, bem assim, quanto ao agravamento em caso de pagamento fora dessas condições.

SEGUROS DE SAÚDE, CONTRIBUIÇÕES PARA ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS E IPSS E ENCARGOS COM ENERGIAS RENOVÁVEIS

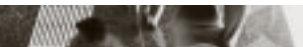
As deduções à colecta relativas a seguros de saúde ou contribuições para associações mutualistas ou instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde e, bem assim, as relativas a encargos com equipamentos de energias renováveis passam a estar previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

PENSÕES DE ALIMENTOS

A dedução à colecta das importâncias respeitantes a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito passivo esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo homologado nos termos da lei civil, passa a estar sujeita ao limite mensal de 2,5 vezes o valor do IAS por cada beneficiário; neste caso, deverá atender-se ao valor do IAS efectivo, sendo, assim, o limite mensal aplicável de Eur. 1.048,05.

DESPASAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E ENCARGOS COM LARES E IMÓVEIS

Foram consagrados limites máximos, a partir do 7.º escalão de rendimentos (tendo a Proposta de Lei consubstanciado a introdução de tais limites a partir do 3.º escalão), à globalidade das deduções à colecta previstas para despesas de saúde, despesas de educação e formação, encargos com lares e encargos com imóveis, nos seguintes termos:



Escalão de rendimento colectável	Limite
Até Eur. 4.898	sem limite
De mais de Eur. 4.898 até Eur. 7.410	sem limite
De mais de Eur. 7.410 até Eur. 18.375	sem limite
De mais de Eur. 18.375 até Eur. 42.259	sem limite
De mais de Eur. 42.259 até Eur. 61.244	sem limite
De mais de Eur. 61.244 até Eur. 66.045	sem limite
De mais de Eur. 66.045 até Eur. 153.300	1,666% do rendimento colectável com o limite de Eur. 1.100
Superior a Eur. 153.300	Eur. 1.100

FUNDOS DE
PENSÕES, PPR,
REGIME PÚBLICO
DE CAPITALIZAÇÃO
E OUTROS
ENCARGOS

A soma das deduções à colecta que resultem de benefícios fiscais, como é o caso, designadamente, das contribuições para fundos de pensões e planos de poupança-reforma (PPR), contribuições para o regime público de capitalização, investidores de capital de risco, reabilitação urbana, encargos com a aquisição de equipamentos de energias renováveis, donativos, seguros de saúde e contribuições para associações mutualistas, passará igualmente a estar sujeita a um limite máximo, em função do rendimento tributável do sujeito passivo:

Escalão de rendimento colectável	Limite
Até Eur. 4.898	sem limite
De mais de Eur. 4.898 até Eur. 7.410	sem limite
De mais de Eur. 7.410 até Eur. 18.375	€100
De mais de Eur. 18.375 até Eur. 42.259	€80
De mais de Eur. 42.259 até Eur. 61.244	€60
De mais de Eur. 61.244 até Eur. 66.045	€50
De mais de Eur. 66.045 até Eur. 153.300	€50
Superior a Eur. 153.300	€0



SOCIEDADES GESTORAS DE PATRIMÓNIO

As sociedades gestoras de património residentes em território português, com conta aberta junto de entidades registadoras ou depositárias, passam a estar sujeitas a obrigações de retenção na fonte, de pagamento e outras obrigações declarativas previstas para estas últimas entidades.

SEGURADORAS, ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS E IPSS

Consagra-se, para seguradoras, associações mutualistas, instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde e demais entidades que possam participar em despesas de saúde, a obrigação de declararem, anualmente, à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, em declaração de modelo oficial, relativamente ao ano anterior: o montante das despesas de saúde não comparticipadas e dedutíveis à colecta do IRS do sujeito passivo e do seu agregado familiar e as contribuições efectuadas a favor das associações mutualistas, das instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde, e das demais entidades que possam participar em despesas de saúde.

MOBILIZAÇÃO - PPR

Altera-se a penalização aplicável em casos de mobilização antecipada dos montantes investidos, passando a acrescer um montante correspondente a 1% do montante pago à colecta do ano em que ocorrer esse pagamento, apesar de inicialmente ter sido proposto um acréscimo de 10 % do montante pago à colecta (actualmente, as importâncias deduzidas são acrescidas à colecta de IRS do ano em causa, sofrendo uma majoração em 10 %, por cada ano ou fracção decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução).

MAIS-VALIAS DE NÃO RESIDENTES

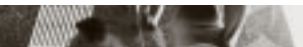
Deixam de beneficiar de isenção de IRS as mais-valias realizadas por pessoas singulares não residentes domiciliadas em país, território ou região com o qual não esteja em vigor convenção destinada a evitar a dupla tributação internacional ou acordo sobre troca de informações em matéria fiscal.

ACÇÕES DE PRIVATIZAÇÕES

Revoga-se o benefício fiscal aplicável às acções adquiridas no âmbito das privatizações.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS (SCHULDSCHEINDARLEHEN)

Prevê-se isenção de IRS sobre juros de capitais provenientes do estrangeiro, representativos de contratos de empréstimo



Schuldscheindarlehen (empréstimos com título de reconhecimento de dívida) celebrados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP), em nome e em representação do Estado português, desde que o credor seja não residente sem estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado.

VALORES
MOBILIÁRIOS
REPRESENTATIVOS
DE DÍVIDA
EMITIDOS POR
NÃO RESIDENTES

Consagra-se a isenção de IRS para os rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida pública e não pública emitida por entidades não residentes, considerados obtidos em território português nos termos da legislação fiscal portuguesa, quando pagos pelo Estado português enquanto garante de obrigações assumidas por sociedades das quais seja accionista em conjunto com outros Estados membros da UE.

III. SEGURANÇA SOCIAL

ADIAMENTO DA
NOVA INCIDÊNCIA
CONTRIBUTIVA

É alargado o prazo de regulamentação e da entrada em vigor, pelo menos até 1 de Janeiro de 2014, da nova incidência contributiva no que respeita a: prestações pecuniárias relativas a participações nos lucros da empresa, aplicações financeiras a favor dos trabalhadores (tais como seguros de vida, fundos de pensões, planos de poupança-reforma e quaisquer regimes complementares de segurança social) e prestações relacionadas com o desempenho obtido pela empresa.

ADIAMENTO DAS
NOVAS TAXAS
CONTRIBUTIVAS

É igualmente adiado, pelo menos também até 1 de Janeiro de 2014, a aplicação das disposições relativas à adequação da taxa contributiva da entidade empregadora, actualmente de 23,75%, em função do tipo de contrato de trabalho celebrado, nos seguintes termos: redução em 1% (para 22,75%) da taxa contributiva, nos contratos de trabalho por tempo indeterminado e acréscimo em 3% (para 26,75%) da taxa contributiva, nos contratos de trabalho a termo resolutivo.

DECLARAÇÃO
ELECTRÓNICA DE
ADMISSÃO

A admissão dos trabalhadores, que é objecto de comunicação obrigatória pelas entidades empregadoras à Segurança Social, passa a ser efectuada por via electrónica (através do sítio da Segurança Social Directa), nos seguintes prazos: nas 24 horas anteriores à data do início da produção de efeitos do contrato de trabalho; ou nas 24 horas seguintes ao início da actividade, sempre que, por razões



excepcionais e devidamente fundamentadas (celebração de contratos de trabalho de muito curta duração, ou prestação de trabalho por turnos), a comunicação não possa ser efectuada no prazo previsto no ponto anterior.

DECLARAÇÃO OFICIOSA DE CESSAÇÃO, SUSPENSÃO OU ALTERAÇÃO

Prevê-se ainda que as comunicações relativas à cessação, suspensão e alteração da modalidade do contrato de trabalho, a efectuar pela entidade patronal à instituição de Segurança Social competente deverá considerar-se cumprida sempre que seja do conhecimento oficioso do sistema de Segurança Social.

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

É alterada a norma de incidência relativa a despesas de representação, no sentido de abranger os valores efectivamente devidos a título de despesas de representação, desde que pré-determinados e não tenham sido prestadas contas até ao termo do exercício.

GRATIFICAÇÕES

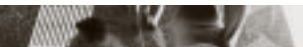
É alterada, também, a norma de incidência relativa a gratificações, abrangendo agora as gratificações que, pela sua importância e carácter regular e permanente, devam, segundo os usos, considerar-se como elemento integrante da remuneração.

UTILIZAÇÃO PESSOAL DE VIATURA AUTOMÓVEL

Estabelecem-se, para efeitos da base de incidência, (eliminando-se, assim, a remissão para o regime previsto no Código do IRS), regras específicas em matéria de utilização pessoal de viatura automóvel, tais como a exigência de acordo escrito de suporte à utilização pessoal da viatura automóvel pelos trabalhadores, do qual conste: a afectação, em permanência, ao trabalhador de uma viatura automóvel concreta; que os encargos com a viatura e com a utilização desta sejam integralmente suportados pela entidade empregadora; e exista menção expressa da possibilidade de utilização para fins pessoais ou a possibilidade de utilização durante as 24 horas do dia, excepto se o trabalhador se encontrar sob o regime da isenção do horário de trabalho, caso em que tal possibilidade não releva para o carácter pessoal da utilização.

USO PESSOAL DA VIATURA

O conceito de uso pessoal da viatura passa a abranger os casos em que no acordo escrito seja afectada ao trabalhador, com carácter de permanência, uma viatura automóvel concreta, com expressa possibilidade de utilização nos dias de descanso semanal;



excepcionam-se, contudo, os casos em que o trabalhador preste trabalho suplementar em, pelo menos, dois dos dias de descanso semanal obrigatório, ou em quatro dias de descanso semanal obrigatório ou complementar. O valor sujeito a incidência contributiva corresponde, nestes casos, de uso pessoal, a 0,75% do custo de aquisição da viatura.

DESPESAS DE TRANSPORTE

É alterada a regra de incidência relativa às despesas de transporte, por forma a abranger as suportadas pela entidade empregadora para custear deslocações em benefício dos trabalhadores, na medida em que estas não se traduzam na utilização de meio de transporte disponibilizado pela entidade empregadora ou em que excedam o valor de passe social ou, na inexistência deste, o que resultaria da utilização de transportes colectivos, desde que, quer a disponibilização do meio de transporte, quer a atribuição das despesas, tenha carácter geral.

COMPENSAÇÃO POR CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

A compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo passa a integrar a base de incidência contributiva, apenas nas situações com direito a prestações de desemprego; por seu lado, fica excluída da base de incidência, a compensação por cessação do contrato de trabalho nas situações de não concessão de aviso prévio, de caducidade do contrato e de resolução por parte do trabalhador.

AJUDAS DE CUSTO, ABONOS PARA FALHAS, COMPENSAÇÃO POR CESSAÇÃO DE CONTRATO E IMPORTÂNCIAS POR UTILIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL PRÓPRIO

Estabelece-se que os limites previstos no Código do IRS para determinação da base de incidência das prestações relativas a ajudas de custo, abonos para falhas, compensação por cessação de contrato de trabalho por acordo e, bem assim, as auferidas por utilização de automóvel próprio podem sofrer uma majoração até 50%, desde que o acréscimo resulte de aplicação, de forma geral, por parte da entidade empregadora, de Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho.

NOVA REGRA DE INCIDÊNCIA GENÉRICA

Introduz-se uma regra de incidência genérica, nos termos da qual a base de incidência contributiva passa a abranger, para além das prestações enumeradas especificamente, todas as que sejam atribuídas ao trabalhador com carácter de regularidade, em dinheiro ou em espécie, directa ou indirectamente, como contrapartida da prestação do trabalho.



REGULARIDADE DA PRESTAÇÃO

Define-se o conceito de regularidade da prestação, abrangendo qualquer prestação que constitua um direito do trabalhador, por se encontrar pré-estabelecida segundo critérios objectivos e gerais, ainda que condicionais, por forma a que tal trabalhador possa contar com o seu recebimento, independentemente da frequência da concessão.

PRESTADORES DE SERVIÇOS, PRODUTORES E COMERCIANTES

Os prestadores de serviços passam a declarar o valor total das prestações de serviços efectuadas a pessoas singulares que não tenham actividade empresarial; prevê-se, ainda, que, ao contrário da generalidade dos trabalhadores independentes, os produtores e comerciantes não se encontrem obrigados a declarar anualmente os valores abrangidos pela actividade desenvolvida.

TAXAS CONTRIBUTIVAS DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES

Uniformiza-se a taxa contributiva dos trabalhadores independentes, passando a taxa contributiva a cargo dos prestadores de serviços a ser, também, de 29,6% (à semelhança do que já se encontrava estabelecido para produtores ou comerciantes).

TAXAS CONTRIBUTIVAS DAS ENTIDADES CONTRATANTES DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

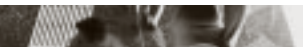
A nova taxa contributiva de 5%, a cargo da entidade contratante de prestações de serviços, só será devida quando, no mesmo ano civil, a mesma beneficie de, pelo menos, 80% do valor total da actividade desenvolvida por um trabalhador independente, não abrangendo trabalhadores independentes isentos, nem os que já se encontrem abrangidos por um sistema de segurança social estrangeiro.

EXIGIBILIDADE

A obrigação contributiva das entidades contratantes de prestações de serviços só ocorrerá no momento em que a Segurança Social apure oficiosamente o valor dos serviços que lhe foram prestados, efectivando-se com o pagamento da contribuição em causa. Neste caso, serão notificados os serviços de inspecção da Autoridade para as Condições do Trabalho ou os serviços de fiscalização do Instituto da Segurança Social, I.P., para confirmar a legalidade da situação.

DATA-LIMITE PARA PAGAMENTO

As contribuições devidas pelas entidades contratantes reportam-se ao ano civil anterior, sendo fixado o dia 20 do mês seguinte como data-limite para o pagamento das contribuições em dívida. Estabelece-se ainda que as contribuições efectuadas pelas entidades contratantes passam a relevar para efeitos de registo de remunerações do trabalhador independente.



BASE DE INCIDÊNCIA NO TRABALHO INDEPENDENTE

Estipula-se que passa a constituir base de incidência contributiva dos trabalhadores independentes abrangidos pelo regime da contabilidade organizada, o valor do lucro tributável, sempre que este seja inferior ao valor que resulte da aplicação dos coeficientes já previstos (70% na prestação de serviços e 20% na produção e venda); este valor será determinado pela instituição de Segurança Social competente, com base nos valores constantes das declarações de rendimentos para efeitos fiscais. Prevê-se, ainda, a introdução de um limite mínimo da base de incidência contributiva destes mesmos trabalhadores, correspondente ao segundo escalão (1,5 vezes o IAS, isto é, Eur. 628,83).

TRABALHADORES BANCÁRIOS

Os trabalhadores bancários no activo são integrados no regime geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem, para efeitos da protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, e na velhice, prevendo-se também que mantenham a protecção do regime de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem nas eventualidades de doença profissional e desemprego. A taxa contributiva será de 26,6% (23,6% para a entidade empregadora e 3% para o trabalhador); no caso de entidades sem fins lucrativos, a taxa contributiva será de 25,4% (22,4% para a entidade empregadora e 3% para o trabalhador).

IV. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

LUCROS DISTRIBUÍDOS A ENTIDADES NÃO RESIDENTES

O regime de isenção relativo a lucros distribuídos por entidades residentes em território Português a entidades residentes noutro Estado membro da UE ou do Espaço Económico Europeu (EEE), nas condições estabelecidas na Directiva “Mães-Filhas” (Directiva n.º 90/435/CEE), passa a ser aplicável, somente, às entidades que detenham participações sociais não inferiores a 10% no capital da sociedade distribuidora dos lucros, e independentemente do valor de aquisição da respectiva participação. Assim, esta isenção deixa de ser aplicável às participações sociais inferiores a 10%, ainda que o respectivo valor de aquisição não seja inferior a Eur. 20 milhões.

CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Para além dos créditos reclamados judicialmente, os quais são considerados créditos de cobrança duvidosa, é alargada essa



qualificação também para os créditos reclamados em tribunal arbitral, prevendo-se, assim, que o risco de incobrabilidade passe a encontrar-se, também nestas situações, devidamente justificado, devendo, por isso, as correspondentes perdas ser aceites e dedutíveis, para efeitos fiscais.

CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

Consideram-se, ainda, créditos incobráveis, podendo ser directamente considerados gastos ou perdas do período de tributação, os créditos reconhecidos por decisão proferida por um tribunal arbitral, no âmbito de litígios emergentes da prestação de serviços públicos essenciais, definidos de acordo com o respectivo regime jurídico, ou os créditos prescritos, cujo valor não ultrapasse o montante de Eur. 750,00.

COMUNICAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO GASTO

Prevê-se também, nesta matéria, que a dedutibilidade dos créditos considerados incobráveis e os de créditos de cobrança duvidosa, fique ainda dependente da existência de prova de comunicação ao devedor do reconhecimento do gasto para efeitos fiscais, o qual deve reconhecer aquele montante como proveito para efeitos de apuramento do lucro tributável.

CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SECTOR BANCÁRIO

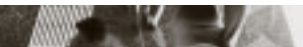
Estipula-se que a nova contribuição extraordinária sobre o sector bancário não é dedutível, para efeitos de determinação do lucro tributável, mesmo quando contabilizada como gasto do período de tributação.

MENOS-VALIAS E OUTRAS PERDAS DE CAPITAL

Prevê-se que as menos-valias e outras perdas relativas a partes de capital deixem de concorrer para a formação do lucro tributável, não sendo passíveis de dedução na parte que corresponda a lucros distribuídos que tenham beneficiado, nos últimos quatro anos, da aplicação do regime de eliminação de dupla tributação económica previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

REINVESTIMENTO DE VALORES DE REALIZAÇÃO DE PARTES DE CAPITAL

Prevê-se, ainda, que a aplicação do regime de reinvestimento dos valores de realização provenientes das mais-valias fiscais, resultantes da transmissão onerosa de partes de capital, passe a depender unicamente do facto de as participações de capital alienadas corresponderem a, pelo menos, 10% do capital social da sociedade participada, deixando de relevar, para efeitos de aplicação deste



regime, os respectivos valores de aquisição (actualmente de, pelo menos, Eur. 20 milhões). O regime de reinvestimento dos valores de realização de partes de capital deixa, assim, de ser aplicável às mais-valias apuradas na alienação de participações sociais inferiores a 10%, e cujo valor de aquisições, ou seja igual ou superior a Eur. 20 milhões.

ELIMINAÇÃO
TOTAL DA DUPLA
TRIBUTAÇÃO
ECONÓMICA

Deixam de beneficiar do regime de eliminação da dupla tributação económica sobre os lucros distribuídos as entidades que detenham directamente uma participação inferior a 10% no capital da sociedade distribuidora, e independentemente do respectivo valor de aquisição ser igual ou superior a Eur. 20 milhões, o qual deixa de relevir também para efeitos de aplicação deste regime. Assim, passam a beneficiar do regime de eliminação da dupla tributação económica sobre dividendos distribuídos, unicamente, as participações detidas no capital da sociedade que distribui dividendos, iguais ou superiores a 10%, mantendo-se os demais requisitos.

ELIMINAÇÃO
PARCIAL
DA DUPLA
TRIBUTAÇÃO
ECONÓMICA

Revoga-se o regime de eliminação parcial da dupla tributação económica, correspondente a 50% dos lucros distribuídos, nos casos em que não se verifiquem os requisitos para a aplicação da dedução integral; assim, os dividendos auferidos de participadas detidas em que não se verifiquem os requisitos para a aplicação da dedução integral passam a ser integralmente tributados.

ELIMINAÇÃO
DA DUPLA
TRIBUTAÇÃO
ECONÓMICA NAS
SGPS

Por último, determina-se que a eliminação integral da dupla tributação depende apenas da tributação efectiva dos rendimentos que dêem origem aos lucros distribuídos, independentemente do facto de a entidade que os auferir ser ou não uma Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS).

CERTIFICAÇÃO DE
PREJUÍZOS FISCAIS

Propôs-se que a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado exercício passasse a depender de certificação legal de contas por Revisor Oficial de Contas, nos termos e condições a definir em portaria do Ministro das Finanças. Contudo, na presente Lei, foi aprovada, apenas, a exigência de certificação legal de contas por Revisor Oficial de Contas apenas no terceiro ano, no caso de Sociedades Comerciais deduzirem prejuízos fiscais em dois períodos de tributação consecutivos.



PREJUÍZOS FISCAIS EM CASO DE ALTERAÇÕES AO OBJECTO SOCIAL

Sempre que estejam em causa prejuízos fiscais relativos ao período imediatamente anterior ao da ocorrência de alterações ao nível do objecto social da entidade, da natureza da actividade anteriormente exercida ou da titularidade de, pelo menos, 50% do capital social ou da maioria dos direitos de voto, e tal alteração ocorra antes do termo do prazo de entrega da declaração de Rendimentos Modelo 22, o requerimento a solicitar a manutenção dos prejuízos poderá ser apresentado nos quinze dias subsequentes ao termo do prazo de entrega da mencionada declaração ou da data da respectiva entrega, se anterior, prevendo-se, neste âmbito, que a norma que preconiza esta alteração tenha natureza interpretativa.

REPORTE DE PREJUÍZOS E MENOS-VALIAS FISCAIS

É reduzido de seis para quatro exercícios do período de reporte dos prejuízos fiscais e menos-valias apurados por pessoas colectivas que não exerçam, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola, à semelhança, aliás, do que sucede, desde 2010, para as pessoas colectivas que exercem, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola.

FUSÕES E CISÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

É alargado o âmbito de aplicação do regime de neutralidade fiscal, actualmente aplicável aos sócios de sociedades fundidas ou cindidas, às demais operações de fusão e cisão abrangidas pela Directiva “Fusões-Cisões” (Directiva n.º 2009/133/CE).

TAXA DAS ENTIDADES QUE NÃO EXERÇAM ACTIVIDADES DE NATUREZA COMERCIAL, INDUSTRIAL OU AGRÍCOLA

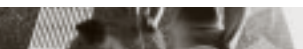
Aumenta-se de 20% para 21,5%, a taxa de tributação do rendimento global das entidades com sede ou direcção efectiva em território Português que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.

TAXA SOBRE OS RENDIMENTOS DE TÍTULOS DE DÍVIDA E DE CAPITAIS DOS NÃO RESIDENTES

Sofre igualmente um acréscimo de 20% para 21,5%, a taxa aplicável aos rendimentos de títulos de dívida e outros rendimentos de capitais, não expressamente tributados a taxa diferente, obtidos por entidades que não tenham sede, nem direcção efectiva em Portugal e que aqui não possuam estabelecimento estável ao qual os mesmos sejam imputáveis.

RETENÇÃO NOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Em sede de tributação das remunerações auferidas na qualidade de membro de órgãos estatutários de pessoas colectivas e outras entidades, a taxa de retenção na fonte sofre, também, um aumento de 20% para 21,5%.



RETENÇÃO EM
CONTAS DE
TERCEIROS NÃO
IDENTIFICADAS

Prevê-se, ainda, que passem a ser tributados, à taxa de retenção na fonte, a título definitivo, de 30%, os rendimentos de capitais pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto nos casos em que seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

RETENÇÃO
EM VALORES
MOBILIÁRIOS
REGISTADOS OU
DEPOSITADOS

Finalmente, consagra-se que a obrigação de efectuar a retenção na fonte sobre os rendimentos de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito, emitidos por entidades residentes em território Português, passa a ser da responsabilidade das entidades registadoras ou depositárias. Quanto aos rendimentos pagos ou colocados à disposição por sociedades gestoras de património residentes em território Português, com conta aberta nos termos do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/94, de 4 de Junho, junto de entidades registadoras ou depositárias, a referida obrigação será também da sua responsabilidade.

TRIBUTAÇÃO
AUTÓNOMA DE
10% EM DESPESAS
COM VIATURAS

Passam a ser tributados autonomamente, à taxa de 10%, os encargos efectuados ou suportados por sujeitos passivos não isentos subjectivamente e que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, cujo valor de aquisição seja igual ou inferior ao valor do limite aceite fiscalmente e previsto na Portaria n.º 467/2010, de 7 de Julho, sendo, para o exercício de 2011, fixado o valor de Eur. 30.000,00 e após 2012, o montante de Eur. 25.000,00; consequentemente, prevê-se um acréscimo da taxa de tributação autónoma de 5% para 10% prevista para os encargos respeitantes a viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujos níveis homologados de emissão de CO2 sejam inferiores a 120 g/Km, no caso de serem movidos a gasolina, e inferiores a 90 g/Km, no caso de serem movidos a gasóleo, prevendo-se, assim, a eliminação, em matéria de tributação autónoma, da discriminação positiva dos veículos com menor impacto ambiental.

TRIBUTAÇÃO
AUTÓNOMA DE
20% EM DESPESAS
COM VIATURAS

Por outro lado, prevê-se que os encargos efectuados ou suportados por sujeitos passivos não isentos subjectivamente e que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, cujo valor



de aquisição seja superior aos valores limites aceites fiscalmente (mencionados *supra*) passem a ser sujeitos a tributação autónoma à taxa de 20%, independentemente do apuramento de prejuízos fiscais nos dois exercícios de tributação anteriores àquele a que os encargos digam respeito.

TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA AGRAVADA EM CASO DE PREJUÍZOS FISCAIS

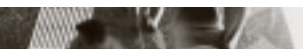
Por último, são elevadas em 10 pontos percentuais, todas as taxas de tributação autónoma previstas em sede de IRC, relativamente aos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período de tributação a que respeitem quaisquer dos factos tributários sujeitos a tributação autónoma.

NOVO LIMITE GERAL A BENEFÍCIOS FISCAIS

É consagrado um novo aumento quanto ao limite de utilização dos benefícios fiscais, por via da imposição do IRC liquidado a 90% (actualmente 75%) do montante que seria apurado na ausência de aplicação de benefícios fiscais e de regimes fiscais especiais, estabelecendo-se, no entanto, que não relevam para o cálculo do referido limite, os benefícios fiscais que: revistam carácter contratual; resultem do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação Desenvolvimento Empresarial II (SIFIDE II); sejam aplicáveis às Zonas Francas; operem por redução de taxa; visem a criação de emprego; ou decorram do regime aplicável às Sociedades Gestoras de Participações Sociais, às Sociedades de Capital de Risco e aos Investidores de Capital de Risco; decorram da aplicação do mecanismo de eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na República Democrática de Timor-Leste.

RETENÇÃO SOBRE LUCROS DISTRIBUÍDOS A RESIDENTES NA UE OU EEE

Prevê-se que, no caso dos lucros pagos ou colocados à disposição por uma sociedade residente em território Português, sujeita e não isenta de IRC ou sujeita ao imposto especial de jogo, a entidades residentes noutro Estado membro da UE ou do EEE (neste último caso, desde que exista obrigação de cooperação administrativa em matéria fiscal equivalente à estabelecida na UE), possa haver lugar ao reembolso do imposto retido e pago, na parte em que seja superior ao que resultaria da aplicação das taxas gerais de IRC e derrama estadual, tendo em consideração todos os rendimentos obtidos por estas entidades, incluindo os obtidos em território Português.



REQUERIMENTO DE REEMBOLSO

Prevê-se que tal reembolso dependa da apresentação de um requerimento, pela entidade beneficiária, dirigido aos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos, a apresentar no prazo de dois anos contados do final do ano civil seguinte àquele em que se verificou o facto tributário, devendo, para o efeito, ser feita prova de que a entidade beneficiária preenche as condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CE.

REEMBOLSO E JUROS INDEMNIZATÓRIOS

A referida restituição de imposto deverá ser efectuada até ao fim do terceiro mês seguinte ao da apresentação dos elementos e informações indispensáveis à comprovação das condições e requisitos legalmente exigidos, após o que deverão acrescer à quantia a restituir juros indemnizatórios a taxa idêntica à aplicável aos juros compensatórios a favor do Estado.

PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA (PEC) NA BANCA E SEGUROS

É alargado o conceito de “volume de negócios”, para efeitos de cálculo do PEC, de bancos, empresas de seguros e outras entidades do sector financeiro, para as quais esteja prevista a aplicação de planos de contabilidade específicos, às comissões de contratos de seguro e operações consideradas como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços.

SUPORTE DOCUMENTAL DIGITAL

Os suportes digitais deixam de ser considerados como reprodução fiel de documentos que não sejam documentos autênticos e autenticados.

SUPORTE DOCUMENTAL ELECTRÓNICO

Consagra-se, ainda, a possibilidade de arquivamento, em suporte electrónico, das facturas ou documentos equivalentes, dos talões de venda ou de quaisquer outros documentos com relevância fiscal, emitidos pelo sujeito passivo, desde que processados por computador.

ABATE DE PROGRAMAS E EQUIPAMENTOS DE FACTURAÇÃO

As desvalorizações excepcionais decorrentes do abate, nos anos de 2010 ou 2011, de programas e equipamentos informáticos de facturação, que sejam substituídos em consequência da exigência de certificação do *software* de facturação, serão consideradas perdas por imparidade, ficando o sujeito passivo dispensado da obrigação de apresentação de exposição fundamentada dos factos que originaram



tais desvalorizações excepcionais, deixando, consequentemente, de existir a necessidade de aceitação por parte da Direcção-Geral dos Impostos.

AQUISIÇÃO DE PROGRAMAS E EQUIPAMENTOS DE FACTURAÇÃO CERTIFICADOS

Adicionalmente, estabelece-se que as despesas com a aquisição, nos exercícios de 2010 ou 2011, de programas e equipamentos informáticos de facturação certificados serão consideradas como gasto fiscal, no período de tributação em que sejam suportadas.

REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES

A determinação do lucro tributável do grupo apurado a partir das declarações periódicas individuais de cada uma das sociedades pertencentes ao grupo, deixa de ser corrigida pela parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontre incluída nas bases tributáveis individuais.

CRIAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO

Prevê-se que a limitação da utilização deste benefício fiscal à criação de emprego, uma única vez, por trabalhador, abranja somente as situações em que o trabalhador já tenha sido previamente admitido nessa entidade ou noutra entidade com que se encontre em situação de relações especiais (tal como este conceito é definido em matéria de preços de transferência).

MAIS-VALIAS DE NÃO RESIDENTES

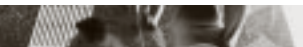
Deixam de beneficiar da isenção de IRC as mais-valias realizadas por entidades não residentes domiciliadas em país, território ou região com o qual não esteja em vigor uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação Internacional ou um Acordo sobre Troca de Informações em matéria fiscal.

SGPS, SCR E ICR

Determina-se que a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos na esfera das SGPS, das Sociedades de Capital de Risco (SCR) e dos Investidores de Capital de Risco (ICR) passa a estar dependente do cumprimento do requisito respeitante à participação mínima de 10% no capital social da sociedade que distribui lucros.

REINVESTIMENTO NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO PÚBLICO DE PASSAGEIROS E NO DE MERCADORIAS

Mantém-se para o exercício de 2011, a isenção de tributação da diferença positiva entre as mais e as menos-valias resultantes da transmissão onerosa de veículos afectos ao transporte rodoviário de passageiros (transporte público e em táxis) e de mercadorias, em caso



de reinvestimento da totalidade do valor de realização na aquisição de veículos novos, mediante a verificação de determinadas condições.

ACÇÕES ADQUIRIDAS EM DAS PRIVATIZAÇÕES

Revoga-se o benefício fiscal decorrente da tributação, em apenas 50%, dos dividendos de acções adquiridas no âmbito de processos de privatização realizados até ao final do ano de 2002.

EMPRÉSTIMOS EM PME

Prevê-se que passem a ser dedutíveis, para efeitos fiscais, os juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios a Pequenas e Médias Empresas (PME), cujo montante seja fixado com base na taxa EURIBOR a 12 meses do dia da constituição da dívida, acrescida de um spread até 6%, assim, apenas, não sendo dedutível a parte que exceda aquele limite.

REMUNERAÇÃO CONVENCIONAL DO CAPITAL SOCIAL

Estabelece-se que o benefício fiscal de dedução, para efeitos da determinação do lucro tributável em sede de IRC, de um montante correspondente à remuneração convencional do capital social no âmbito de operações de constituição ou do aumento do capital social de empresas que qualifiquem como PME, seja aplicável, em termos idênticos aos do regime em vigor, aos anos de 2011 a 2013.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS (SCHULDSCHEINDARLEHEN)

Os juros de capitais provenientes do estrangeiro representativos de contratos de empréstimo *Schuldscheindarlehen* (empréstimos com título de reconhecimento de dívida), celebrados pelo IGCP, em termos idênticos aos supra descritos em sede de IRS, passam a estar isentos de IRC.

VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA EMITIDA POR NÃO RESIDENTES

Prevê-se que beneficiem de isenção de IRC os rendimentos dos valores mobiliários representativos de dívida pública e não pública, emitida por entidades não residentes, que sejam considerados obtidos em território Português nos termos do Código do IRC, quando venham a ser pagos pelo Estado Português, enquanto garante de obrigações assumidas por sociedades das quais seja accionista em conjunto com outros Estados membros da UE; em termos subjectivos, esta isenção deverá aplicar-se aos beneficiários efectivos que cumpram os requisitos previstos no Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida.

REPORTE DE VALORES MOBILIÁRIOS

Beneficiam de isenção de IRC, os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte



de valores mobiliários efectuadas com instituições de crédito não residentes, desde que os ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado em território Português.

REGIME FISCAL DE APOIO AO INVESTIMENTO

A vigência do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) é prorrogada até 31 de Dezembro de 2011, sem alterações em face do regime em vigor.

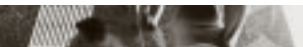
V. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

TAXA NORMAL

Prevê-se o aumento da taxa normal de 21% para 23%, no Continente, e de 15% para 16%, nas Regiões Autónomas.

ALTERAÇÕES À LISTA I (TAXA REDUZIDA)

No âmbito da Proposta de Lei, previa-se a aplicação da taxa normal de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aos seguintes bens e serviços (actualmente tributados à taxa reduzida de 6% no Continente, e 4% nas regiões autónomas): sobremesas de soja; prestações de serviços efectuadas por advogados e solicitadores a reformados; prestações de serviços efectuadas por advogados e solicitadores a qualquer interessado, em processos sobre o estado das pessoas; prática de actividades desportivas; leites chocolateados, aromatizados, vitaminados ou enriquecidos; bebidas e sobremesas lácteas; refrigerantes, sumos e néctares de frutos ou de produtos hortícolas; folhetos e outras publicações não periódicas de natureza cultural, educativa, recreativa e desportiva; e, equipamentos destinados ao combate e detecção de incêndios. Esta proposta representaria um aumento em 17%, no Continente, da taxa de IVA actualmente aplicável aos bens e serviços acima referidos e em 12% nas Regiões Autónomas. Porém, do elenco inicialmente proposto, apenas os seguintes bens e serviços ficarão sujeitos à taxa normal de IVA (mantendo-se, assim, os restantes sujeitos a tributação à taxa reduzida): folhetos e outras publicações não periódicas de natureza cultural, educativa recreativa e desportiva, brochados ou encadernados, exceptuando-se: a) Cadernetas destinadas a coleccionar cromos, decalcomanias, estampas ou gravuras; b) Livros e folhetos de carácter pornográfico ou obsceno; c) Obras encadernadas em peles, tecidos de seda, ou



semelhante; d) Calendários, horários, agendas e cadernos de escrita; e) Folhetos ou cartazes promocionais ou publicitários, incluindo os turísticos, e roteiros ou mapas de estradas e de localidades; f) Postais ilustrados; e bem assim aos Utensílios e outros equipamentos exclusiva ou principalmente destinados ao combate e detecção de incêndios.

ALTERAÇÕES À
LISTA II
(TAXA
INTERMÉDIA)

Propunha-se, igualmente, na Proposta de Lei do OE 2011, a aplicação da taxa normal de IVA aos seguintes bens (actualmente tributados à taxa intermédia de 13%, no Continente, e de 9% nas regiões autónomas): conservas de carne, de peixes e de moluscos; conservas de frutas, compotas, geleias, marmeladas ou pastas; conservas de produtos hortícolas; óleos alimentares; margarinas de origem animal e vegetal; aperitivos à base de produtos hortícolas e sementes; aperitivos ou snacks à base de milho e trigo, ou de fécula de batata, em embalagens individuais; flores de corte, folhagem para ornamentação e composições florais decorativas; e, plantas ornamentais. Esta proposta representaria um aumento em 10%, no Continente, da taxa de IVA actualmente aplicável aos bens acima referidos e de 7%, nas Regiões Autónomas; é de notar, porém, que a prestações de serviços de alimentação e bebidas continuarão a ser tributadas à taxa intermédia, de 13%, no Continente, e 9%, nas regiões autónomas. Porém, com a aprovação Lei do OE para 2011, do elenco inicialmente proposto, apenas os seguintes bens ficarão sujeitos à taxa normal de IVA (mantendo-se, assim os restantes sujeitos a tributação à taxa intermédia): Flores de corte, folhagem para ornamentação e composições florais decorativas, exceptuando-se as flores e folhagens secas e as secas tingidas, e, bem assim, as plantas ornamentais.

PENHORA DE
CRÉDITOS DE IVA

Prevê-se que os créditos de IVA, actualmente penhoráveis, apenas, quando oferecidos à penhora pelo sujeito passivo, passem a poder ser penhorados coercivamente quando assumam a forma de reembolsos confirmados e comunicados, nos termos do diploma que regulamenta a cobrança e os reembolsos de imposto.

RESTITUIÇÃO
DE IVA À IGREJA
CATÓLICA E IPSS

Propunha-se também na Proposta de Lei do OE 2011 a revogação do regime de restituição de IVA à Igreja Católica e a IPSS, relativamente a algumas importações e aquisições de bens e serviços, designadamente quanto ao IVA suportado com aquisições de bens ou



serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados na prossecução dos respectivos fins estatutários; porém, no seguimento do OE aprovado, optou-se pela manutenção dessa possibilidade de restituição do IVA relativamente à Igreja Católica. Estabelece-se, contudo, a revogação da possibilidade de Santa Casa da Misericórdia e das IPSS, poderem solicitar a restituição do IVA, mantendo-se, porém, esse direito, quanto a determinadas operações em curso em 31 de Dezembro de 2010 e no âmbito de determinados programas, medidas, projectos e acções objecto de co-financiamento público.

VI. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

RESIDENTES EM PARAÍÇOS FISCAIS

É aumentada a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) actualmente aplicável aos prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, anteriormente de 1% ou 2%, reintroduzindo-se a taxa de 5%.

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA REDE PÚBLICA DE ESCOLAS

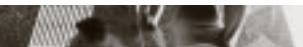
Ficam isentas de IMI as entidades públicas empresariais responsáveis pela rede pública de escolas, no que diz respeito aos imóveis destinados directa ou indirectamente à realização dos seus fins.

PRÉDIOS DE REDUZIDO VALOR PATRIMONIAL

A isenção de IMI aplicável aos prédios rústicos e urbanos de reduzido valor patrimonial, pertencentes a sujeitos passivos de baixos rendimentos, passa a estar também indexada ao IAS; assim, a isenção será aplicável a prédios rústicos e urbanos pertencentes a sujeitos passivos cujo rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior ao dobro do valor do IAS e cujo valor patrimonial tributário global não exceda dez vezes o valor anual do IAS (Eur. 4.192,20). Na prática, a referida indexação apenas será aplicável quanto o actual montante do IAS (Eur. 419,22) atingir o valor da remuneração mínima nacional em vigor em 2010 (Eur. 475).

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADOS

É concedida também a isenção total de IMI aplicável aos prédios integrados em Fundos de Investimento Imobiliário (FII) Fechados; porém a isenção é, doravante, limitada aos FII cuja emissão das respectivas unidades de participação revista a natureza de oferta



de subscrição pública; assim, é reintroduzido o critério de natureza qualificada dos investidores/participantes, abandonado aquando da Lei do OE 2010.

VII. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

PRÉDIOS CLASSIFICADOS

Ficam isentas de IMT as aquisições de prédios classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal dependente da sua classificação individual.

PRÉDIOS PARA HABITAÇÃO

Os escalões de taxas de IMT aplicáveis à aquisição dos prédios destinados a habitação, são actualizados nos seguintes termos:

2010

Valor sobre o que incide o IMT	Taxas Percentuais	
	marginal	média (*)
até 90.418	0	1,0000
de mais de 90.418 e até 123.682	2	1,2689
de mais de 123.682 e até 168.638	5	2,2636
de mais de 168.638 e até 281.030	7	4,1578
de mais de 281.030 e até 538.978	8	-
superior a 538.978	6 (taxa única)	

(*) No limite superior do escalão

2011

Valor sobre o que incide o IMT	Taxas Percentuais	
	marginal	média (*)
até 92.407	0	1
de mais de 92.407 e até 126.403	2	1,2663
de mais de 126.403 e até 172.348	5	2,2636
de mais de 172.348 e até 287.213	7	4,1578
de mais de 287.213 e até 550.836	8	-
superior a 550.836	6 (taxa única)	

(*) No limite superior do escalão

CADUCIDADE DA ISENÇÃO

Deixam de beneficiar da isenção de IMT e, bem assim, da aplicação das taxas reduzidas aplicáveis à habitação, quando os imóveis não forem afectos a habitação própria e permanente no prazo de seis meses a contar da data de aquisição.

PRÉDIOS PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE

O valor isento de IMT é actualizado de de Eur. 90.418,00 para Eur. 92.407,00, na tabela relativa à transmissão de prédios destinados exclusivamente a habitação própria e permanente, nos seguintes termos:



2010

Valor sobre o que incide o IMT	Taxas Percentuais	
	marginal	média (*)
até 90.418	0	0
de mais de 90.418 e até 123.682	2	0,5379
de mais de 123.682 e até 168.638	5	1,7274
de mais de 168.638 e até 281.030	7	3,8361
de mais de 281.030 e até 538.978	8	-
superior a 561.960	6 (taxa única)	

(*) No limite superior do escalão

2011

Valor sobre o que incide o IMT	Taxas Percentuais	
	marginal	média (*)
até 90.407	0	0
de mais de 90.407 e até 126.403	2	0,5379
de mais de 126.403 e até 172.348	5	1,7274
de mais de 172.348 e até 287.213	7	3,8361
de mais de 287.213 e até 574.323	8	-
superior a 550.836	6 (taxa única)	

(*) No limite superior do escalão

DAÇÃO EM CUMPRIMENTO A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

No caso de dação em cumprimento efectuada pelo devedor singular, a instituição de crédito passa a poder requerer a suspensão do pagamento de IMT (em vez do seu pagamento e posterior reembolso), desde que a isenção seja reconhecida pelo Ministro das Finanças; nos casos em que tenha sido solicitada a suspensão do imposto e o pedido de isenção não venha a ser deferido, serão devidos juros compensatórios pelo prazo máximo de 180 dias.

REGIÕES ECONOMICAMENTE MAIS DESFAVORECIDAS

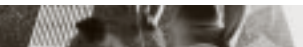
Apesar de ter sido proposta a revogação da isenção aplicável às aquisições de bens situados em regiões economicamente mais desfavorecidas, efectuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que se destinem ao exercício, naquelas regiões, de actividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social, optou-se a final, pela manutenção da referida isenção.

COMPROPRIEDADE

Embora se tenha proposto que, nos casos de transmissão total ou parcial de prédios em que o adquirente seja comproprietário e tiver pago o imposto aquando da aquisição, a aplicação da respectiva taxa a cada valor, manteve-se a final, a aplicação da taxa correspondente à totalidade da transmissão.

CADUCIDADE E PRESCRIÇÃO

Nos casos em que não seja obrigatória a celebração de escritura pública, os prazos de caducidade e de prescrição são contados a partir da data da promoção do registo predial.



PARTILHAS

Nas partilhas judiciais e extrajudiciais, o IMT deverá ser pago nos 30 dias posteriores ao acto, ao invés de nos 30 dias posteriores à notificação.

**ISENÇÃO EM
OPÇÃO DE
COMPRA EM
LOCAÇÃO
FINANCEIRA**

Prevê-se a clarificação das condições de aplicação da isenção de IMT concedida às transmissões de bens imóveis, a favor do locatário financeiro; a isenção será, doravante, aplicável, apenas, quando a aquisição se verifique em resultado do exercício do direito de opção de compra previsto no contrato de locação financeira.

**TAXA REDUZIDA
NA LOCAÇÃO
FINANCEIRA**

No âmbito do regime fiscal aplicável à locação financeira, é revogada a taxa reduzida de 4%, aplicável à aquisição de certo tipo de imóveis, designadamente imóveis destinados a indústrias de interesse para o desenvolvimento económico do país.

**REEMBOLSO PELO
MINISTRO DAS
FINANÇAS**

Propôs-se a revogação do mecanismo que permite ao contribuinte requerer ao Ministro das Finanças o reembolso do imposto indevidamente pago, no prazo de 4 anos após a liquidação, independentemente da anulação da liquidação, porém a final, optou-se pela manutenção da referida norma.

FII FECHADOS

É reintroduzida, tal como no IML, a isenção total de IMT aplicável à aquisição de prédios integrados em FII Fechados; porém, a isenção será doravante, limitada aos FII, cuja emissão das respectivas unidades de participação revista a natureza de oferta de subscrição pública, sendo, assim, reintroduzido o critério de natureza qualificada dos investidores/participantes (abandonado aquando da Lei do OE 2010).

VIII. IMPOSTO DO SELO

**NASCIMENTO
DA OBRIGAÇÃO
TRIBUTÁRIA**

Prevê-se que, quando estejam em causa actos, contratos, documentos, títulos, papéis e outros factos previstos na Tabela Geral do Imposto do Selo (IS), em que não intervenham pessoas colectivas ou pessoas singulares no exercício de uma actividade de comércio, indústria ou prestação de serviços (i.e. em que apenas intervenham pessoas



singulares a título particular), o imposto se torne devido, apenas, quando tais actos sejam apresentados junto de notários, conservadores dos registos civil, comercial, predial e de outros bens sujeitos a registo, outras entidades públicas, incluindo os estabelecimentos e organismos do Estado, bem como as entidades ou profissionais que autenticuem documentos particulares (relativamente aos actos, contratos e outros factos em que sejam intervenientes); serão exceptuados os actos, contratos e documentos celebrados perante notários relativos a crédito e garantias concedidos por instituições de crédito, sociedades financeiras ou outras entidades a elas legalmente equiparadas e por quaisquer outras instituições financeiras.

EMPRÉSTIMOS COM CARACTERÍSTICAS DE SUPRIMENTO

Estabelece-se que a isenção de IS aplicável aos empréstimos com características de suprimentos, incluindo os respectivos juros efectuados por sócios à sociedade, deixa de estar sujeita à dupla condição de ser estipulado um prazo inicial não inferior a um ano e de o respectivo reembolso não ser efectuado antes de decorrido esse prazo.

AQUISIÇÕES POR ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA REDE PÚBLICA DE ESCOLAS

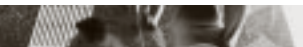
Ficam também isentas de IS, as aquisições onerosas ou a título gratuito, de imóveis, por parte de entidades públicas empresariais responsáveis pela rede pública de escolas, destinadas directa ou indirectamente à realização dos seus fins estatutários.

REEMBOLSO DO IMPOSTO PELO MINISTRO DAS FINANÇAS

À semelhança do que era proposto em sede de IMT, propunha-se a eliminação da possibilidade de pedido ao Ministro das Finanças de restituição do IS indevidamente cobrado nos últimos quatro anos, quando não tenham sido utilizados oportunamente os meios procedimentais e processuais próprios, porém decidiu-se, igualmente, manter esta possibilidade.

GARANTIAS PRESTADAS

Prevê-se a renovação, para o ano de 2011, da isenção de IS na constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de Segurança Social, prestadas para efeitos de pagamentos em prestações de dívidas ao Estado ou à Segurança Social e de outras medidas excepcionais de diferimento de pagamento, de redução de valor, de conversão em capital das entidades devedoras ou de alienação dos créditos do Estado ou da Segurança Social.



OPERAÇÕES DE REPORTE DE VALORES MOBILIÁRIOS

Prevê-se que beneficiem da isenção de IS as operações de reporte de valores mobiliários ou direitos equiparados realizado em bolsa de valores, bem como o reporte e a alienação fiduciária em garantia realizados pelas instituições financeiras (instituições de crédito e sociedades financeiras), com interposição de contrapartes centrais.

IX. IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOOLICAS

TAXAS

As taxas do imposto sobre a cerveja, os produtos intermédios e o álcool e as bebidas espirituosas são aumentadas em 2,2%, (em consonância com a taxa de inflação esperada).

X. IMPOSTO SOBRE O TABACO

INCIDÊNCIA

As definições de charutos e de cigarrilhas são alteradas, passando a compreender os rolos de tabaco com um interior constituído por uma mistura de tabaco batido e revestido de uma capa exterior, com a cor natural dos charutos e um peso unitário igual ou superior a 2,3 g, tal como sucedia anteriormente, mas agora com um peso máximo inferior a 10 g e com a manutenção do perímetro, em pelo menos um terço do comprimento, igual ou superior a 34 mm, sendo também alterada a definição de “tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar”, passando a referência da largura das partículas de 1mm para 1,5 mm.

TAXAS

Nos cigarros, o elemento específico, é actualizado de Eur. 67,58 para Eur. 69,07, o que corresponde a um aumento de 2,2%, (em consonância a taxa de inflação esperada), mas o elemento *ad valorem* do imposto mantém-se em 23%, já os charutos e cigarrilhas que são considerados produtos de prestígio e cujas taxas, são exclusivamente, *ad valorem*, sofrem um aumento de 5,3% (de 12,35% para 13%); no tabaco de corte fino, destinado a cigarros de enrolar, o aumento é de 20% (de 49,77% para 60%) e nos restantes tabacos de fumar o aumento é de 7,7% (de 41,78% para 45%).

TAXAS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

O elemento específico da taxa do imposto aplicável nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sofre um agravamento para Eur. 15,30. (era de €9,28 nos Açores e de €15 na Madeira).



XI. IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

BIOCOMBUSTÍVEIS

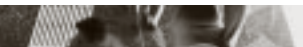
A tributação do biodiesel sofre uma profunda alteração, dado que é suprimida a isenção parcial (de € 280 por 1000 litros) de que beneficiava a produção, à escala industrial, de produto destinado à introdução no consumo; no entanto, mantém-se a isenção do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) para o biodiesel produzido por “pequenos produtores dedicados”, até ao limite máximo global (nacional) de 40.000 t/ano, mas, ao contrário do que acontecia até agora, o Governo poderá vir a determinar que a isenção seja apenas parcial; assim, o valor concreto da isenção e os procedimentos de aplicação são remetidos para portaria dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças, da economia, da agricultura e do ambiente. Em face da eliminação da isenção do ISP para o biodiesel produzido industrialmente e dado que nesta data existe a obrigatoriedade de incorporação de 6% de biodiesel nos gasóleos é de esperar um aumento do preço de venda ao público do produto. E, como consequência da supressão do benefício fiscal do biodiesel produzido e consumido (à escala industrial) em Portugal, serão também suprimidas as restrições de circulação, no território nacional, em regime de suspensão do ISP e os controlos de entrada do produto nos entrepostos fiscais nacionais, passando a circulação a ter lugar em conformidade com as regras gerais fixadas no Código dos IEC.

TAXAS

Nada se sabe, ainda, sobre a eventual intenção do Governo de actualizar as taxas do ISP – o que é feito por Portaria, dentro dos intervalos legalmente previstos –, para o que se deveria ter em atenção a diferença da carga fiscal e das taxas de IVA entre Portugal (23%) e a Espanha (18%). De qualquer modo, é seguro que os combustíveis irão sofrer um aumento significativo de preço em 2011, dado que, para além da provável repercussão no consumidor final da despesa fiscal, no montante de Eur.85 milhões/ano, relativa ao biodiesel incorporado nos gasóleos sofrerão, ainda, o efeito do aumento de 21% para 23% da taxa do IVA.

TAXA EM GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS

A taxa dos denominados gases de petróleo liquefeitos (butano e propano) usados como carburante automóvel de Eur. 109,65/1000 kg



passa para Eur.125,00/1000 kg, o que corresponde a um aumento de 14%, deixando Portugal o estatuto de incumpridor do Direito comunitário, dado passar a praticar a taxa mínima comunitária.

TRIBUTAÇÃO DA ELECTRICIDADE

Não foi ainda consagrada a tributação da electricidade, como seria expectável, dado que cessou, em 1 de Janeiro de 2010, a derrogação de que Portugal beneficiava nesta matéria.

XII. IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS

TAXAS EM AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS

Não é alterada a estrutura das tabelas, quer as relativas à cilindrada, quer as relativas à componente ambiental (emissões de CO₂), mas as taxas do Imposto sobre Veículos (ISV) aplicáveis aos automóveis ligeiros de passageiros e restantes veículos abrangidos pela Tabela A sofrem um agravamento muito acentuado. Assim, a componente cilindrada é actualizada em 2,2% (correspondente à taxa esperada de inflação), a que acresce um aumento, de 5%, na componente ambiental, resultante da introdução de um coeficiente de actualização, para 2011, de 1,05; além deste aumento das taxas do ISV, as taxas de IVA subirão, como vimos, 2%, o que se traduz num aumento da tributação automóvel de cerca de 6%.

AGRAVAMENTO EM VEÍCULOS A GASÓLEO

Regista-se, ainda, o agravamento da penalização incidente sobre os veículos a gasóleo, com um nível de emissões de partículas superior a 0,005 g/km, que passa de Eur. 250 para Eur.500.

TAXAS EM VEÍCULOS COMERCIAIS LIGEIROS

As taxas do ISV dos denominados veículos comerciais ligeiros sofrem um aumento médio de 2,2%, à semelhança da actualização ocorrida nas taxas dos IEC e de acordo com a taxa de inflação esperada.

TAXAS EM MOTOCICLOS, TRICICLOS E QUADRICICLOS

As taxas dos motociclos, triciclos e quadriciclos, com uma cilindrada de 180 até 750 centímetros cúbicos sofrem um aumento de 4,2% e as taxas dos que apresentam uma cilindrada superior a 750 centímetros cúbicos são actualizadas em 2,2%; não é perceptível o fundamento da dualidade de critérios dado que parecia mais curial que o aumento fosse uniforme ou, a não ser assim, que se seguisse justamente o critério inverso, atentos os aspectos ambientais.



TAXAS EM VEÍCULOS USADOS

As taxas dos veículos usados adquiridos noutros Estados-Membros são, mais uma vez, objecto de alteração; assim, as percentagens de redução que apenas incidiam na componente cilindrada do ISV, passam a incidir também sobre a componente ambiental. Esta alteração visa adequar a tributação dos veículos usados à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), que manda aplicar as percentagens de redução à totalidade do imposto incorporado nos veículos usados e não apenas a uma dessas componentes, mesmo quando, como é o caso, estejam em causa preocupações de natureza ambiental.

DESVALORIZAÇÃO EM VEÍCULOS USADOS

Para além dessa modificação, o eventual recurso à avaliação do veículo usado, para posterior liquidação do ISV, com base na fórmula do cálculo da desvalorização, passa a ficar condicionado ao pagamento prévio de uma taxa, a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças e que visa repercutir no interessado os custos inerentes à avaliação do veículo; esta taxa parece estar em consonância com a jurisprudência do TJUE, dado que resulta do uso de uma faculdade concedida ao sujeito passivo do ISV (e que este pode ou não usar), sendo, no primeiro caso, natural que suporte os custos da avaliação do veículo.

IPSS

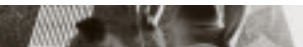
O âmbito de aplicação da isenção de ISV, de que beneficiam as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e, que apenas era aplicável às aquisições, a título oneroso, de veículos para transporte colectivo dos utentes com lotação de nove lugares, incluindo o condutor, passa a aplicar-se a qualquer aquisição, deste tipo de veículos, incluindo, naturalmente, as doações que, com alguma frequência, ocorrem e que estavam excluídas da isenção.

PESSOAS COLECTIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA

Contudo, numa iniciativa de sinal contrário, foi eliminada a isenção do ISV para os veículos adquiridos por pessoas colectivas de utilidade pública.

RENT-A-CAR

O âmbito de aplicação das reduções de taxa do ISV, de que beneficiam as denominadas empresas de rent-a-car, cujo nível de emissões de CO₂ não podia ultrapassar 130 g/km, fica agora condicionado a veículos que não ultrapassem as 120 g/km, assim ficando, significativamente reduzida a gama de veículos que podem beneficiar da redução de 50% das taxas de ISV.



VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Cessa o regime de incentivo fiscal à retirada de circulação de “veículos em fim de vida”.

XIII. IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

PESSOAS COLECTIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA

É eliminada a isenção do Imposto Único de Circulação (IUC) para os veículos das pessoas colectivas de utilidade pública.

TAXAS

As taxas do IUC são actualizadas em cerca de 2,2% (inflação) com excepção dos veículos de mercadorias de uso profissional, que não sofrerão qualquer aumento; a tributação de veículos ligeiros de passageiros e mistos matriculados em 2011 será igual à dos matriculados em 2010, dado ter cessado a majoração anual das respectivas taxas.

XIV. PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIOS

JUROS DE MORA DOS RESPONSÁVEIS TRIBUTÁRIOS SUBSIDIÁRIOS

Prevê-se que a isenção de juros de mora de que beneficia o responsável subsidiário, aquando do pagamento da dívida em execução, passe a estar limitada aos juros liquidados no próprio processo de execução fiscal, ficando, assim, excluídos daquela isenção os juros de mora liquidados anteriormente à instauração do processo de execução fiscal.

DELEGAÇÃO DE PODERES

Os órgãos da Administração tributária deixam de estar limitados na delegação de competências, passando a poder delegar noutros funcionários que não apenas os seus imediatos inferiores hierárquicos.

INFORMAÇÃO EM ABERTURA E MANUTENÇÃO DE CONTAS

Deixam de ser cumulativos os requisitos previstos na lei para efeitos do envio, por parte de instituições de crédito e sociedades financeiras, da informação relativa à abertura ou manutenção de contas, passando, assim, tal informação a ter de ser prestada, quer nos casos de contribuintes cuja situação tributária não se encontre regularizada, quer nos casos de contribuintes inseridos em sectores de risco.



INFORMAÇÃO EM PAGAMENTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

A prestação de informações por parte instituições de crédito e sociedades financeiras referentes ao valor dos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e de débito, efectuados por seu intermédio a sujeitos passivos que auferiram rendimentos da categoria B de IRS (rendimentos empresariais e profissionais) e de IRC, passa a ser efectuada até ao final do mês de Julho de cada ano, mediante apresentação de declaração de modelo oficial aprovada por portaria do Ministro das Finanças, deixando assim de estar dependente de solicitação por parte da Administração tributária, designadamente do Director-Geral dos Impostos ou do Director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

DERROGAÇÃO FISCAL DO SIGILO BANCÁRIO

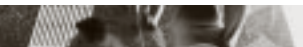
A Administração tributária passa a ter o poder de aceder a todas as informações ou documentos bancários sem dependência do consentimento do titular desses elementos, sempre que se verifique a existência comprovada de dívidas à Administração tributária ou à Segurança Social.

DIREITO A JUROS INDEMNIZATÓRIOS

Passam a estar expressamente definidos os órgãos com competência para reconhecer o direito dos sujeitos passivos a juros indemnizatórios, tendo em consideração a natureza do procedimento em causa: pela entidade competente para a decisão de reclamação graciosa, quando o fundamento for erro imputável aos serviços de que tenha resultado pagamento da dívida tributária em montante superior ao legalmente devido; pela entidade que determina a restituição oficiosa dos tributos, quando não seja cumprido o prazo legal de restituição; pela entidade que procede ao processamento da nota de crédito, quando o fundamento for o atraso naquele processamento; pela entidade competente para a decisão sobre o pedido de revisão do acto tributário por iniciativa do contribuinte, quando não seja cumprido o prazo legal de revisão do acto tributário.

RECLAMAÇÃO POR NÃO PAGAMENTO DE JUROS INDEMNIZATÓRIOS

Estipula-se, ainda, que o contribuinte passe a poder reclamar do não pagamento de juros indemnizatórios, junto do competente órgão periférico regional da Administração tributária, no prazo de 120 dias contados da data do conhecimento da nota de crédito ou, na sua ausência, do termo do prazo para a sua emissão; prevê-se, ainda, que, em caso de execução de uma decisão judicial de que resulte o direito aos juros indemnizatórios, a referida reclamação passe a



poder ser apresentada no prazo de 30 dias contados do termo do prazo de execução espontânea da decisão.

**COMPETÊNCIA
PARA
RECLAMAÇÕES
GRACIOSAS**

Determina-se que a competência para a decisão sobre a reclamação graciosa de actos praticados em consequência de procedimentos inspectivos realizados pelos respectivos serviços deixe de ser, como é regra, do Director de Finanças territorialmente competente, passando tal competência a ser do director de serviços da área operativa dos serviços centrais de inspecção tributária.

**COMPETÊNCIA
PARA
EXECUÇÕES
FISCAIS**

Prevê-se que o dirigente máximo do serviço possa, mediante despacho e sempre que razões de racionalidade de meios e de eficácia da cobrança o justifiquem, atribuir a competência para a execução fiscal ao órgão periférico regional da área do domicílio ou sede do devedor.

**COMPETÊNCIA
PARA VERIFICAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE
CRÉDITOS**

Ocorrendo reclamações de créditos ou juntas ao processo de execução fiscal certidões de dívidas reclamadas por parte dos chefes dos serviços periféricos locais da área do domicílio da pessoa a quem foram penhorados bens e da situação dos imóveis ou do estabelecimento comercial ou industrial onde não corra o processo, a competência para a verificação e graduação de créditos passa a ser atribuída ao órgão de execução fiscal, deixando assim de estar atribuída ao tribunal tributário de 1.^a instância; da decisão de verificação e graduação de créditos caberá reclamação (judicial) com subida imediata para o tribunal tributário de 1.^a instância.

**VENDA DE BENS
PENHORADOS**

A venda de bens penhorados em sede de execução fiscal passa a ser, preferencialmente, feita por meio de leilão electrónico (cujos procedimentos e especificações serão também definidos por portaria do Ministro das Finanças) ou, na sua impossibilidade, através do meio actualmente preferencial, ou seja, propostas em carta fechada; mas é facultada ao dirigente máximo do serviço a possibilidade de determinar outra modalidade de venda.

**FORMALIDADES
DA VENDA**

A venda realizada por leilão electrónico, decorrerá durante 15 dias, sendo o valor base o correspondente a 70% do valor determinado nos termos gerais já em vigor (valor patrimonial tributário apurado nos termos do Código do IML, para o caso dos imóveis urbanos, valor



fixado pelo órgão de execução, para o caso dos imóveis rústicos, ou o valor atribuído no auto de penhora, para o caso dos bens móveis); inexistindo propostas de aquisição, a venda passará imediatamente para a modalidade de proposta em carta fechada, a qual decorrerá durante 15 a 20 dias, baixando o valor base para 50% do valor determinado nos termos gerais e acima referidos. Ainda neste âmbito, estipula-se que, não sendo apresentadas propostas quer por meio de leilão electrónico, quer por meio de carta fechada, deverá ser aberto novo leilão electrónico, que decorrerá durante 20 dias, sendo o bem adjudicado à proposta de valor mais elevado.

PAGAMENTO DOS BENS ADQUIRIDOS

No que diz respeito ao pagamento do bem adquirido, o mesmo passará a ser efectuado pela totalidade, no prazo de 15 dias a contar do fim do prazo para entrega de propostas, deixando, assim, de haver a possibilidade de pagamento parcial, não inferior a um terço, em operações de tesouraria à ordem do órgão de execução fiscal; no entanto, caso o valor da aquisição seja superior a 500 vezes a unidade de conta (actualmente, Eur. 51.000), o adquirente pode, mediante requerimento fundamentado, ser autorizado a depositar apenas parte do preço, não inferior a um terço, obrigando-se à entrega da parte restante no prazo máximo de oito meses.

ENTREGA DOS BENS ADQUIRIDOS

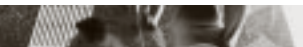
Consagra-se a possibilidade do adquirente dos bens, com base no título de transmissão, requerer ao órgão de execução fiscal, contra o detentor e no próprio processo, a entrega dos bens, podendo, para o efeito, este órgão solicitar o auxílio das autoridades policiais.

PRAZO DE RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS PELO REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA

É revogado o prazo de 25 dias a contar da notificação, para o representante da Fazenda Pública reclamar os créditos junto do Tribunal Tributário de 1.ª Instância da área do órgão de execução fiscal.

TAXA DE JUROS DE MORA

Prevê-se o apuramento e a publicação das taxas de juros de mora, com vigência anual iniciada em 1 de Janeiro de cada ano, pelo IGCP, através de aviso a publicar no Diário da República, até 31 de Dezembro do ano anterior.



XV. INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS

CONCURSO DE CONTRA- ORDENAÇÕES

É reintroduzido, no Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT), o regime do cúmulo material das coimas concretamente aplicadas às infracções em concurso, o qual se caracteriza pela aplicação de uma coima resultante da soma aritmética dos montantes das coimas concretamente aplicadas a cada uma das contra-ordenações em concurso, não havendo lugar a qualquer limitação do valor a pagar, consagração esta que pretende, assim, ver afastada a figura do cúmulo jurídico em caso de concurso de contra-ordenações, actualmente prevista no RGIT e, que é, abstractamente, mais favorável aos arguidos, uma vez que quem tiver praticado várias contra-ordenações é punido com uma coima única com o valor máximo da soma das coimas aplicadas, desde que este não ultrapasse o dobro do limite máximo mais elevado das contra-ordenações em concurso e o valor mínimo correspondente ao valor da mais elevada das coimas concretamente aplicadas às várias contra-ordenações.

Exemplo:

Contra-Ordenação	Coima em Abstracto	Coima em Concreto	Cúmulo Jurídico	Cúmulo Material
Falta de entrega de prestação tributária	€ 30.000	€ 30.000	entre €30.000 e €60.000	€150.000
Falta de entrega de prestação tributária	€ 30.000	€ 30.000		
Falta de entrega de prestação tributária	€ 30.000	€ 30.000		
Falta de entrega de prestação tributária	€ 30.000	€ 30.000		
Falta de entrega de prestação tributária	€ 30.000	€ 30.000		



XVI. SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL II

ÂMBITO TEMPORAL

É aprovado o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) II, para os períodos de tributação compreendidos entre 2011 e 2015, em moldes idênticos ao SIFIDE I, (criado pela Lei n.º 40/2005, de 3 de Agosto), o qual se encontra, aliás, ainda em vigor até ao final do ano de 2010.

DESTINATÁRIOS

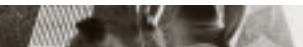
Prevê-se que beneficiem deste incentivo os sujeitos passivos de IRC residentes em território português que exerçam, a título principal ou não, uma actividade de natureza agrícola, industrial, comercial e de serviços e os não residentes com estabelecimento estável neste território, cujo lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos e que, cumulativamente, não sejam devedores ao Estado e à Segurança Social de quaisquer impostos ou contribuições, ou tenham o seu pagamento devidamente assegurado.

DESPESAS ELEGÍVEIS

Prevê-se a dedutibilidade das despesas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) relacionadas, de modo genérico, com: investimentos em imobilizado e investimentos financeiros; pessoal; registo, manutenção e aquisição de patentes no âmbito das actividades de I&D; e execução de projectos de I&D necessários ao cumprimento de obrigações contratuais públicas.

ACESSO

Para beneficiarem do SIFIDE II, os sujeitos passivos deverão: apresentar declaração comprovativa de inexistência de dívidas ao Estado e à Segurança Social, por referência ao mês anterior ao da entrega da declaração periódica de rendimentos; apresentar declaração, ou comprovativo de apresentação do respectivo pedido de emissão, emitida ou a emitir, por entidade nomeada por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que comprove que as actividades exercidas ou a exercer são efectivamente acções de investigação ou desenvolvimento e, bem assim, os respectivos montantes envolvidos e, ainda, o cálculo do acréscimo das despesas em relação à média dos dois exercícios anteriores; apresentar documento que evidencie o cálculo do benefício fiscal; e garantir que a sua contabilidade dá expressão quer ao imposto que deixe



de ser pago em resultado da dedução fiscal, mediante menção do valor correspondente no anexo ao balanço, quer à demonstração de resultados relativa ao exercício em que se efectua a dedução.

DEDUÇÃO FISCAL

Os destinatários deste incentivo poderão deduzir ao montante de IRC apurado nos termos do Código do IRC, e até à sua concorrência, o valor correspondente às despesas em I&D na parte não participada pelo Estado a fundo perdido, realizadas entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2015, considerando uma taxa base de 32,5%, a que deverá acrescer uma taxa incremental de 50% do acréscimo das despesas realizadas em relação à média aritmética simples dos dois exercícios anteriores, até ao limite de 1,5 milhões de euros; a taxa incremental de 50% deverá ser acrescida em 20% para as despesas relativas à contratação de doutorados pelas empresas para actividades de investigação e desenvolvimento, passando o limite a ser de 1,8 milhões de euros.

REPORTE DE DESPESA

Prevê-se a manutenção da possibilidade de reporte das despesas que não tenham sido deduzidas no exercício em que foram realizadas, por insuficiência de colecta, até ao sexto exercício imediato.

CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

A dedução fiscal em causa não é acumulável, relativamente ao mesmo investimento, com benefícios fiscais da mesma natureza previstos noutros diplomas legais.

NOVIDADES

As novidades introduzidas com o SIFIDE II, em relação ao anterior SIFIDE I, são as seguintes: eliminação da limitação a 55% das despesas de funcionamento com o pessoal directamente envolvido em tarefas de I&D; elegibilidade da despesa relacionada com a execução de projectos de I&D necessários ao cumprimento de obrigações contratuais públicas; introdução de uma regra específica aplicável às PME, prevendo-se que, quando estes sujeitos passivos de IRC não tenham ainda completado 2 exercícios, não podendo beneficiar da taxa incremental de 50% prevista no âmbito da dedução, aplicar-se-á uma majoração de 10% à taxa base de 32,5%; introdução de uma norma específica, aplicável aos sujeitos passivos que se reorganizem através de actos de concentração, tais como fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais, prevendo-se, nestes casos, a transmissão deste benefício fiscal; e introdução de uma obrigação de comunicação à DGCI, por via electrónica, da identificação dos beneficiários e, bem assim, do montante das despesas consideradas elegíveis reportadas ao ano anterior ao da comunicação, a cumprir



pela entidade responsável do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano.

XVII. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SECTOR BANCÁRIO

INCIDÊNCIA SUBJECTIVA

Com o propósito de aproximar a carga fiscal suportada pelo sector financeiro da que onera o resto da economia e de o fazer contribuir de forma mais intensa para o esforço de consolidação das contas públicas e de prevenção de riscos sistémicos, prevê-se a criação de uma nova contribuição, dita extraordinária, sobre o sector bancário, sendo sujeitos passivos da mesma: as instituições de crédito com sede principal e efectiva da administração situada em território português; as filiais em Portugal de instituições de crédito que não tenham a sua sede principal e efectiva da administração em território português; as sucursais, em Portugal, de instituições de crédito com sede principal e efectiva fora da União Europeia (i.e., em Estados terceiros).

INCIDÊNCIA OBJECTIVA

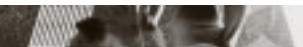
Prevê-se que a referida contribuição deverá incidir sobre: o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (TIER 1) e complementares (TIER 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e, bem assim, sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos.

TAXAS

É aplicada sobre o passivo uma taxa variável entre 0,01% e 0,05%, em função do valor apurado, e sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros uma taxa variável entre 0,0001% e 0,0002%, conforme o valor apurado; as taxas concretamente aplicáveis serão objecto de regulamentação por portaria do Ministro Finanças, ouvido o Banco Portugal, o que, tratando-se de um novo imposto, poderá levantar problemas de constitucionalidade, nomeadamente no que respeita à forma de determinação da referida taxa.

AUTO- LIQUIDAÇÃO

Prevê-se que a contribuição extraordinária sobre o sector bancário seja liquidada pelo próprio sujeito passivo, através de declaração de modelo oficial, a ser aprovada por portaria do Ministro das Finanças, devendo ser enviada anualmente, por transmissão electrónica de



dados, até ao último dia do mês de Junho, o qual corresponde também à data-limite para efectuar o respectivo pagamento; subsidiariamente, deverão aplicar-se à liquidação, cobrança e pagamento da contribuição as regras previstas na Lei Geral Tributária e no Código do Procedimento e Processo Tributário.

NÃO DEDUÇÃO NO IRC

Esta nova contribuição não será dedutível em sede de IRC.

XVIII. OUTROS

REGISTO DE CONTRIBUINTE

Fica o Governo autorizado a rever e sistematizar toda a regulamentação referente à atribuição e gestão, para fins exclusivamente fiscais, do número de identificação fiscal dos contribuintes pela Direcção-Geral dos Impostos. Relativamente à extensão e alcance desta autorização legislativa, a mesma abrange: a inclusão num único diploma das disposições legais relativas à criação do número fiscal de contribuinte; a uniformização das regras de emissão do cartão de identificação fiscal com as regras aplicáveis ao cartão do cidadão, cartão da empresa e cartão de pessoa colectiva; e a introdução de procedimentos que visem simplificar o cumprimento de obrigações fiscais pelo contribuinte.

NOTIFICAÇÕES ELECTRÓNICAS

Concede-se uma autorização legislativa ao Governo relativa às notificações por transmissão electrónica de dados, designadamente no âmbito do procedimento e processo tributário, e sem recurso à caixa postal electrónica, através dos sistemas informáticos declarativos geridos pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC).

ASSISTÊNCIA MÚTUA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

O Governo fica ainda autorizado a transpor a Directiva comunitária, relativa ao mecanismo de assistência mútua em matéria de recuperação de créditos entre os Estados membros da União Europeia (Directiva 2010/24/EU) - por forma a atingir objectivos de celeridade e eficácia e de combate à fraude - e, bem assim, a revogar o regime da assistência mútua em matéria de cobrança de créditos actualmente em vigor.

VINHOS E PRODUTOS VÍNICOS

Autoriza-se o Governo a rever o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vínicos, por forma a diferenciar a taxa aplicável ao financiamento dos custos da actividade de controlo e coordenação do sector do vinho pelo Instituto da Vinha e do Vinho, I.P., do



financiamento da sua actividade de promoção, bem como a criar taxas distintas aplicáveis ao exercício da actividade de coordenação geral do sector vinícola que incide sobre os produtos vinícolas comercializados em território português e produtos vinícolas produzidos a nível nacional.

LISTAS DE CONTRIBUINTES

Prevê-se que a divulgação de listas de contribuintes prevista na Lei Geral Tributária, passe a ser igualmente aplicável aos contribuintes devedores à segurança social.

CONTRIBUIÇÃO PARA O AUDIOVISUAL

Prevê-se a fixação em Eur. 2,25 (actualmente fixado em Eur. 1,74) do valor mensal da contribuição para o audiovisual a cobrar em 2011.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA SOLIDARIEDADE

As reformas, pensões, subvenções e outras prestações pecuniárias de idêntica natureza, pagas a um único titular, cujo valor mensal seja superior a Eur. 5.000 serão sujeitas a uma contribuição extraordinária de 10%, que incidirá sobre o montante que excede aquele valor e reverterá a favor da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, I.P.. Esta contribuição extraordinária abrange a soma das pensões e aposentação, de reforma e equiparadas e as subvenções mensais vitalícias pagas pela CGA, I. P., pelo Centro Nacional de Pensões e, directamente ou por intermédio de fundos de pensões, por quaisquer entidades públicas, independentemente da respectiva natureza e grau de independência ou autonomia, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal; e poderá igualmente suscitar questões de constitucionalidade, porquanto, nomeadamente, incide sobre rendimentos já tributados, em sede de IRS, podendo consistir numa situação de “dupla tributação” em sede de imposto sobre o rendimento, violando, para além do princípio da igualdade, as regras constitucionais que estabelecem que o referido imposto é único e progressivo.



State Budget 2011

Tax Amendments

This Tax Information is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Tax Information may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact **arfis@plmj.pt**.



I. INTRODUCTION

APPROVAL AND PUBLICATION

On 26 November the Portuguese Parliament approved the 2011 State Budget, which was signed into law by the President of the Republic on 30 December and published in the Portuguese official gazette, *Diário da República*, no. 253, supplement, series 1 of 31 December 2010.

ENTRY INTO FORCE

The 2011 State Budget Law, including all its amendments, updates and legislative authorisations on tax issues came into force on 1 January 2011.

II. PERSONAL INCOME TAX (IRS)

SPORTS TRAINING SCHOLARSHIPS

The specified limit for the tax exemption on sports training scholarships is now indexed to the value of the Social Support Index (IAS); (in accordance with order in council no. 1458/2009, of 31 December, the Social Support Index (IAS) in 2010 is €419.22). However, on a transitory basis, the aforementioned index will be set at the amount of the minimum monthly wage guaranteed in 2010 (€475) until the Social Support Index (IAS) attains that amount. Accordingly, the respective limit in 2011 will be €2375.

IDENTIFICATION OF DEPENDENTS FOR TAX PURPOSES

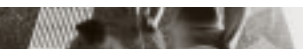
Identification of dependents in the Personal Income Tax return (IRS) by using the taxpayer number is now obligatory for application of tax benefits and deductions from tax liabilities.

CONCEPT OF 'DEPENDENT'

Children, adopted persons and stepchildren, of majority age, aged between 18 and 25, who, in the respective tax year, carry out military service or civic service, cease to be considered as dependents and therefore cease to be included within the taxpayer's household.

HOME EXPENSES

The specified limit on home expenses (currently indexed to the minimum monthly wage) is now indexed to the Social Support Index (IAS), in relation to the total income received by the taxpayer's ascendants and in-laws (up to the 3rd degree of family relations) for the purposes of determining the maximum amount of home expenses that may be deducted from the tax liability. However, on a transitory basis, the amount of the minimum monthly wage guaranteed in 2010 should be considered to be the respective limit, until the Social Support Index (IAS) attains this amount.



SPECIFIC DEDUCTION IN EMPLOYMENT

The specific deduction for income from employment (Category A), is now indexed to the amount of the Social Support Index (IAS), but, on a transitory basis, it will continue to be indexed to the amount of the minimum monthly wage guaranteed in 2010 until the Social Support Index (IAS) attains this amount. Accordingly, the limit of this specific deduction will be €4104 for 2011, unless Social Security contributions are higher. The indicated amount may be increased to €4275, when the difference results from subscriptions paid to professional associations or non-reimbursed amounts paid for professional training expenses.

REAL-ESTATE CAPITAL GAINS

It is clarified that, for the purposes of calculation of capital gains from the sale of real-estate assets, the purchase price to be taken into consideration in the case of real-estate assets purchased through exercise of a purchase option right at the end of the validity period of a financing leasing contract will be that corresponding to the sum of the capital included in the lease amounts paid during the validity period of the aforementioned contract and the amount paid at the time of exercising the option right, excluding any expenses.

SPECIFIC DEDUCTION IN PENSIONS

Obligatory contributions to social protection schemes and legal health sub-systems may now be deducted from gross income earned from pensions (category H) only in the part that exceeds deductions of €6000, or a reduced amount for pensions above €22 500 (deduction of such contributions was not previously subject to any limit). In relation to pensions with an annual gross amount in excess of €22 500, the specific deduction of € 6000 is reduced to an amount corresponding to 20% of the difference between the amount of the pension effectively earned and €22 500 (this deduction previously only applied to income in excess of €30 240 and the rate of reduction was 13%).

REPORTING LOSSES

The period for reporting losses in Categories B (business or professional income), F (property income) and G (real-estate capital gains and intellectual or industrial property income), that was previously, five or six years, in function of the respective circumstances, is now reduced to a uniform 4-year period.

BRACKETS AND RATES

The income brackets subject to taxation have been increased by 2.2%, simultaneously complemented by an increase in the general rates of IRS, encompassing a minimum rate of 11.5% and maximum rate of 46.50%, as follows:



2010

Taxable Income	Rates (percentages)	
	Normal (A)	Average (B)
Up to €4.793	11,08	11,080
From over €4.793 to €7.250	13,58	11,927
From over €7.250 to €17.979	24,08	19,179
From over €17.979 to €41.349	34,88	28,053
From over €41.349 to €59.926	37,38	30,944
From over €59.926 to €64.623	40,88	31,667
From over €64.623 to €150.000	42,88	38,049
More than €150.000	45,88	-

2011

Taxable Income	Rates (percentages)	
	Normal (A)	Average (B)
Up to €4.898	11,50	11,500
From over €4898 to €7.410	14,00	12,3480
From over €7.410 to €18.375	24,50	19,5990
From over €18.375 to €42.259	35,50	28,5860
From over €42.259 to €61.244	38,00	31,5040
From over €61.244 to €66.045	41,50	32,2310
From over €66.045 to €153.300	43,50	38,6450
More than €153.300	46,50	-

WITHHOLDING TAXES

Interest and other forms of remuneration from shareholders loans provided by shareholders, together with income due as a result of the fact that shareholders fail to withdraw profits placed at their disposal, currently encompassed by, and obligatorily subject to, general rates of IRS, are now subject to a withholding rate of 21.5%.

REBATES TO EU RESIDENTS

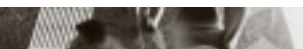
An extension is established to the scope of the framework for total or partial repayment of IRS retained and paid by taxpayers resident in another EU Member State, in relation to expenses which can be duly proven to be necessary in order to obtain the respective income in Portugal, regarding employment, remuneration of members of governing bodies of corporate bodies, income from work on board ships and aircraft, and income from intellectual or industrial property. This rebate should not, however, exceed the total amount of the income in question, or, in the case of income from employment, should not exceed the limitations set for specific deductions.

ACCOUNTS OF UNIDENTIFIED THIRD PARTIES

Provision is made for the income subject to withholding taxes, when paid or made available in accounts opened in the name of one or more account holders, on behalf of unidentified third parties, to be taxed via a definitive withholding tax at the rate of 30%. This provision does not encompass situations in which the effective beneficiary is identified, in which case the general rules should apply.

SPECIAL RATES

The rates applying to capital income earned abroad by taxpayers who are fiscal residents in Portugal – and due from non-resident entities without intervention of a paying agent in Portugal – are now harmonised. Such income will now be subject to autonomous taxation at a rate of 21.5%, (instead of the current rate of 20%).



PERSONS WITH A DISABILITY

On a transitory basis, only 90% of total gross income of categories A (income from employment), B (business and professional income) and H (pensions) earned by taxpayers with a disability will be considered for the purposes of IRS in 2011. The portion of income which is thereby exempt from taxation cannot exceed €2500, per income category. The limitations specified for the purposes of deduction from the tax liability for taxpayers with a disability which, until now, have been indexed to the minimum monthly wage, will now be indexed to the Social Support Index (IAS). However, a transitory rule also applies to this index, under the terms of which the amount of the minimum monthly wage guaranteed in 2010 should be considered, until the Social Support Index (IAS) attains this amount.

PENSION PAYMENTS

In relation to pension payments for old-age retirement, the deduction from the tax liability of 25% of the respective pension payment, now only applies if the retirement benefit is guaranteed after 55 years or age and after 5 years duration of the respective contract and that the pension payment is paid by the taxpayer or by third parties, and provided that, in the latter case, such payments have been duly taxed as the taxpayer's income, with a limit of € 65 (in the case of unmarried or separated taxpayers), or € 130 (in the case of married and non-separated taxpayers). The maximum deduction from the tax liability that may be made on the basis of pension payments and 25% of life assurance premiums paid is 15% of the taxable amount.

GENERAL LIMITS ON DEDUCTIONS FROM TAX LIABILITIES

The limits on eligible deductions from tax liabilities, in general, are now indexed to the Social Support Index (IAS). The amount of the minimum guaranteed wage specified in 2010 continues to apply however, until the Social Support Index (IAS) attains this amount.

FISCAL IDENTIFICATION

Deductions from tax liabilities may only be made by taxpayers if they provide fiscal identification of their dependents, ascendants, in-laws or beneficiaries to whom such deductions are related and, also, subject to identification, by means of an invoice issued under legal terms, of the taxpayer or the member of the family household to whom such deductions are related, in all cases that involve an expense.

LIFE ASSURANCE AND PERSONAL ACCIDENTS

Deductions from tax liabilities related to life assurance premiums and personal accidents insurance premiums are eliminated, except for those related to taxpayers with a disability, and to taxpayers with short-term careers. However, the regime remains in force in relation to conditions of redemption and advance payment of personal accidents insurance and life assurance, in relation to which the right to a deduction from the



tax liability has been exercised in previous years and, also, in terms of the increased penalty, in the event of payment outside these conditions.

Deductions from tax liabilities related to health insurance or contributions to friendly societies or non-profit institutions whose object is health care provision and, also, those related to expenses on renewable energies equipment are now specified within the Tax Benefits Charter (EBF).

Deduction from the tax liability of amounts related to maintenance payments that the taxpayer is obliged to make as a result of a court order or an agreement recognised under civil law, is now subject to a monthly limit equivalent to 2.5 times the amount of the Social Support Index (IAS) for each beneficiary; in this case, the amount of the effective Social Support Index (IAS) should be considered, i.e. the applicable monthly limit of €1048.05.

Maximum limits are established from the 7th taxable income bracket upwards (and the Draft Law introduced such limits from the 3rd taxable income bracket upwards), to the totality of deductions from tax liabilities specified for health expenses, education and training expenses, home expenses and property expenses, as follows:

Taxable Income Bracket	Limit
Up to Eur. 4.898	no limit
From over Eur. 4.898 to Eur. 7.410	no limit
From over Eur. 7.410 to Eur. 18.375	no limit
From over Eur. 18.375 to Eur. 42.259	no limit
From over Eur. 42.259 to Eur. 61.244	no limit
From over Eur. 61.244 to Eur. 66.045	no limit
From over Eur. 66.045 to Eur. 153.300	1.666% of taxable income with a limit of €1100
More than Eur. 153.300	Eur. 1.100

HEALTH INSURANCE,
CONTRIBUTIONS TO FRIENDLY
SOCIETIES AND PRIVATE SOCIAL
SOLIDARITY INSTITUTIONS
(IPSS) AND EXPENSES WITH
RENEWABLE ENERGIES
MAINTENANCE
PAYMENTS

HEALTH EXPENSES,
EDUCATION,
TRAINING AND HOME
INVESTMENT AND
PROPERTIES EXPENSES

PENSION FUNDS, PPR, PUBLIC CAPITALISATION REGIME AND OTHER EXPENSES

The sum of eligible deductions from tax liabilities made on account of tax benefits, for example contributions to pension funds and savings-retirement plans (PPR), contributions to the public capitalisation regime, venture capital investors, urban renewal, expenses related to acquisition of renewable energies equipment, donations, health insurance and contributions to friendly societies, will also be subject to a maximum limit, in function of the taxpayer's taxable income:

Taxable Income Bracket	Limit
Up to Eur. 4.898	no limit
From over Eur. 4.898 to Eur. 7.410	no limit
From over Eur. 7.410 to Eur. 18.375	€100
From over Eur. 18.375 to Eur. 42.259	€80
From over Eur. 42.259 to Eur. 61.244	€60
From over Eur. 61.244 to Eur. 66.045	€50
From over Eur. 66.045 to Eur. 153.300	€50
More than Eur. 153.300	€0

ASSET MANAGEMENT COMPANIES

Asset management companies resident in Portugal, with an account open with a registration or custodian entity will now be subject to the same withholding obligations, payment obligations and other declaration obligations that are specified for the latter entities.

INSURANCE FIRMS, FRIENDLY SOCIETIES AND PRIVATE SOCIAL SOLIDARITY INSTITUTIONS (IPSS)

Insurance firms, friendly societies, non-profit institutions whose object is health care provision and other entities that may co-fund health expenses, are now obliged to submit an annual declaration to the Directorate-General for Taxation, up to the end of February of each year, observing an official format, in relation to the previous year: of the amount of non co-funded health expenses that may be deducted from the taxable amount of IRS of the taxpayer and his family household and contributions paid to friendly societies, non-profit institutions whose object is health care provision and other entities that may co-fund health expenses.

DRAWDOWN OF PPR SAVINGS

The penalty applying in cases of early drawdown of amounts invested is altered, and will now add an amount corresponding to 1% of the amount paid, to the taxable amount for the year in which this payment



occurred. The initial proposal was to establish a 10 % increase of the amount paid to the taxable amount. (At present, deducted amounts are added to the taxable amount of IRS in the year in question, with an increase of 10 %, for each year or fraction of a year since the right to making a deduction was exercised).

CAPITAL GAINS OF NON-RESIDENTS

The exemption from IRS for capital gains earned by non-resident natural persons who are domiciled in a country, territory or region for which there is no international double taxation treaty or agreement on exchange of information on fiscal matters, is revoked.

SHARES FROM PRIVATIZATIONS

The tax benefit applying to shares purchased in the framework of privatizations is revoked.

EXTERNAL LOANS (SCHULDSCHEINDARLEHEN)

An exemption from IRS is introduced for interest from capital earned from abroad, derived from Schuldscheindarlehen loan contracts (loans with debt recognition certificate) signed by the Institute for Treasury and Public Credit Management, I.P. (IGCP), in the name and in representation of the Portuguese State, provided that the creditor is a non-resident and does not have stable establishment in Portugal to which the loan is imputed.

DEBT INSTRUMENTS ISSUED BY NON- RESIDENTS

An exemption from IRS is introduced for income from public and non-public debt instruments issued by non-resident entities, considered to be obtained in Portugal under the terms of Portuguese tax legislation, when paid by the Portuguese State in order to guarantee obligations assumed by companies in which the Portuguese State is a shareholder together with other EU Member States.

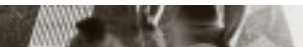
III. SOCIAL SECURITY

PARTIAL POSTPONEMENT OF THE NEW CONTRIBUTION LIABILITY

A postponement is made, to at least 1 January 2014, for the regulations and entry into force of the new contribution liability, in relation to: monetary payments related to participation in company profits, financial investments made to the credit of employees (such as life assurance, pension funds, savings-retirement plans and any complementary Social Security regimes) and bonuses paid in function of the company's performance.

POSTPONEMENT TO THE NEW CONTRIBUTION RATES

A postponement is also made, to at least 1 January 2014, for application of the provisions related to adjusting the employer's contribution rate, which currently stands at 23.75%, in function of the type of



employment contract signed, as follows: a 1% reduction (to 22.75%) in the contribution rate, for employment contracts signed for an indefinite period of time and a 3% increase (to 26.75%) in the contribution rate, for fixed-term employment contracts.

**ELECTRONIC
DECLARATION
WHEN HIRING
NEW EMPLOYEES**

The obligatory communication to Social Security that must be made by employers when they hire new employees, from now on must be made electronically (via the Segurança Social Directa site), within the following deadlines: within 24 hours prior to the date on which the employment contract will take effect; or up to 24 hours after the activity has commenced, whenever, for exceptional and well-grounded reasons (for example, signature of very short-term employment contracts, or payment of shift work), the communication cannot be made within the prior 24-hour deadline.

**OFFICIAL
DECLARATION OF
TERMINATION,
SUSPENSION OR
ALTERATION**

It is also specified that communications related to termination, suspension and alteration of the modality of the employment contract, that the employer must make to the appropriate Social Security institution should be considered to have been complied with, if there is official knowledge thereof within the Social Security system.

**REPRESENTATION
EXPENSES**

The contribution liability rule related to representation expenses is altered, in order to cover the amounts that are effectively due on account of representation expenses, provided that they are predetermined and accounts haven't been provided up to the end of the financial year.

PERKS

The contribution liability rule related to perks is altered, and now covers those perks which, due to their amount and regular and permanent nature, should, in accordance with their respective uses, be considered to form an integral part of the remuneration.

**PERSONAL USE OF
A COMPANY CAR**

Specific rules are established for the purposes of the contribution base, (thus eliminating remission to the regime specified in the Personal Income Tax Code), related to personal use of a company car. These rules include the requirement for a written agreement governing personal use of a company car by employees, which will specify: the assignment of a specific company car, on a permanent basis, to the employee; that the expenses related to the vehicle and use thereof will be borne in full by the employer; and with express reference to the fact that the car may be used for personal purposes or on a 24-hour basis, except for employees who are exempted from a standard working week regime, in which case this possibility is not relevant in order to define the personal nature of use of the car.



PERSONAL USE OF A VEHICLE

The concept of personal use of a vehicle now covers cases in which, in the written agreement, a specific company car is assigned to the employee, on a permanent basis, with the express possibility of using the car on weekly resting days, except, however, in cases in which the employee provides supplementary work in, at least, two obligatory weekly resting days, or in four obligatory or complementary weekly resting days. In these cases, the amount subject to the contribution liability, due to personal use, is 0.75% of the vehicle's acquisition cost.

TRANSPORT EXPENSES

The contribution rule related to transport expenses is altered, in order to cover expenses borne by the employer to cover trips made to the benefit of employees, to the extent that these do not correspond to use of means of transport provided by the employer or which exceed the amount of the social pass or, in the absence thereof, that result from use of collective transport, provided that, either the provision of means of transport, or attribution of transport expenses, is of a general nature.

COMPENSATION DUE TO CONTRACT TERMINATION

Compensation for termination of an employment contract by agreement, is now included within the contribution base, only in situations where there is entitlement to unemployment benefit. In turn, compensation for termination of an employment contract in situations where there is no concession of any prior notice, due to expiry of the contract and dissolution by the employee are excluded from the contribution base.

PER DIEMS, CASH MANAGEMENT BONUSES, COMPENSATION FOR CONTRACT TERMINATION AND USE OF OWN CAR

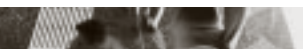
The limits specified in the Personal Income Tax Code are established for determination of the contribution base of payments related to per diems, cash management bonuses, compensation due to termination of an employment contract by agreement and, also, that earned by use of an employee's own car may be subject to an increase of up to 50%, provided that the increase results from general application by the employer of the Collective Agreement.

NEW GENERIC CONTRIBUTION RULE

A new generic contribution rule is introduced, under the terms of which the contribution base now covers, in addition to the specifically listed payments, all payments that are attributed to the employee on a regular basis, in cash or in kind, directly or indirectly, in return for payment of his work.

REGULARITY OF PAYMENT

The concept of regularity of payment is defined, covering any payment that constitutes an employee's right, because it has been pre-established on the basis of objective and general criteria, even if conditional, in order that the employee may count on receiving this amount, independently of the frequency with which it is granted.



SERVICE
PROVIDERS,
PRODUCERS AND
TRADESMEN

Service providers must now declare the total amount of provision of services made to natural persons who do not have a business activity; it is also specified that, unlike for freelance workers in general, producers and tradesmen are not obliged to make an annual declaration of the respective amounts covered by their business activity.

CONTRIBUTION
RATES OF FREELANCE
WORKERS

The contribution rate for freelance workers is standardised, and the contribution rate to be paid by service providers is also established as 29.6% (similar to that established for producers or tradesmen).

CONTRIBUTION
RATES OF ENTITIES
CONTRACTING
SERVICES

A new contribution rate of 5%, to be paid by the entity contracting a provision of services, will only apply when, in the same calendar year, this entity benefits from at least, 80% of the total amount of the business activity pursued by a freelance worker, and does not apply to freelance workers who are exempted because they are covered by a foreign Social Security system.

CHARGEABILITY

The contribution obligation of entities contracting the provision of services only occurs at the time at which Social Security officially ascertains the amount of services provided to such entities, enforced through payment of the contribution in question. In this case, the inspection services of the Employment Conditions Authority or inspection services of the Social Security Institute, I.P., will be notified to confirm the legality of the situation.

DEADLINE FOR
PAYMENT

Contributions due from contracting entities are ascribed to the previous calendar year, and the 20th day of the following month is established as the deadline for payment of the contributions owed. It is also established that contributions made by contracting entities are to be considered for the purposes of registration of the freelance worker's remuneration.

CONTRIBUTION
BASE IN
SELF-EMPLOYMENT

It is established that the contribution base for freelance workers covered by the organised accounts regime shall now include the amount of taxable profit, whenever this is lower than the amount resulting from application of the previously specified coefficients (70% of provision of services and 20% of production and sales). This amount will be specified by the appropriate Social Security institution, on the basis of the amounts stated in the income tax returns for tax purposes. A minimum floor for the contribution base of these employees is also introduced, corresponding to the second income tax bracket (1.5 times the Social Support Index (IAS), i.e. € 628.83).



BANK EMPLOYEES

Working bank employees are integrated within the General Social Security Regime for employees working for others, for the purposes of protection of their parenting rights, in the framework of eventual motherhood, fatherhood and adoption, and in old age, also specifying that protection of the Social Security regime for employees working for others shall be maintained in the event of professional sickness and unemployment. The contribution rate will be 26.6% (23.6% for the employer and 3% for the employee). In the case of non-profit bodies, the contribution rate will be 25.4% (22.4% for the employer and 3% for the employee).

IV. CORPORATE INCOME TAX

PROFITS DISTRIBUTED TO NON-RESIDENTS

The exemption regime for profits distributed by entities resident in Portugal to entities resident in another EU Member State or the European Economic Area (EEA), in the conditions established in the "Parent-Subsidiary" Directive (Directive no. 90/435/EC), shall now only apply to entities that hold shareholdings of at least 10% of the share capital of the company distributing the profits, and independently of the purchase price of the respective shareholding. Accordingly, this exemption ceases to apply to shareholdings lower than 10% of the share capital, even if the respective purchase price is equal to or higher than € 20 million.

DOUBTFUL CREDITS

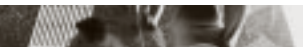
In addition to judicially claimed credits, which are considered to be doubtful credits, this classification is also extended to credits claimed in an arbitration court, thus providing that the risk of non-collection is also duly justified in these situations. For this purpose, the corresponding losses should be accepted and be deductible, for tax purposes.

NON-COLLECTABLE CREDITS

Non-collectable credits, that may be directly considered as expenses or losses during the tax period, are also considered to include credits recognised in a decision issued by an arbitration court, within the framework of litigation arising from provision of essential public services, defined in accordance with the respective legal regime, or forfeited credits which do not exceed the amount of € 750.00.

COMMUNICATION OF RECOGNITION OF AN EXPENSE

In relation to this matter, provision is also made for the deductibility of credits classified as non-collectable credits or doubtful credits, is also dependent on the existence of proof of communication to the debtor, of recognition of the expenses for tax purposes, and the debtor should



enter this amount as his income for the purposes of calculation of his taxable profit.

NEW BANKING TAX

It is stipulated that the new banking tax is not deductible, for the purposes of determining taxable profit, even when accounted for as an expense within the tax period.

CAPITAL LOSSES AND OTHER CAPITAL LOSSES

Capital losses and other losses related to shareholdings cease to be eligible for determining taxable profit, and cannot be used for deduction purposes, in the portion of distributed profits that over the last four years have benefited from application of the regime of elimination of economic double taxation specified in the Corporate Income Tax Code (IRC).

REINVESTMENT OF PROCEEDS FROM THE SALE OF SHAREHOLDINGS

The regime on reinvestment of sale proceeds deriving from tax gains, resulting from the transfer of shareholdings, subject to payment, shall now depend solely on whether the sold shareholdings correspond to at least 10% of the subsidiary's share capital. The respective acquisition values (currently at least € 20 million) cease to be relevant for the purposes of application of this regime. The regime on reinvestment of the proceeds from the sale of shareholdings thus ceases to apply to capital gains determined in the sale of shareholdings of less than 10% whose purchase prices are equal to or higher than € 20 million.

TOTAL ELIMINATION OF ECONOMIC DOUBLE TAXATION

Entities that directly hold a shareholding of less than 10% of the share capital of the distributing company cease to benefit from the regime of elimination of economic double taxation on distributed profits, independently of whether the respective purchase price is equal to, or higher than € 20 million, which also ceases to be of relevance for the purposes of application of this regime. Accordingly, the regime on elimination of economic double taxation of distributed dividends shall now only apply to shareholdings equal to or higher than 10%, held in the share capital of the company distributing the respective dividends, while maintaining the other requirements.

PARTIAL ELIMINATION OF ECONOMIC DOUBLE TAXATION

The new budget law revokes the regime of partial elimination of economic double taxation, corresponding to 50% of distributed profits, in cases in which the requirements for application of the full deduction are not fulfilled. As a result, dividends from subsidiaries that do not meet the requirements for application of full deduction shall be taxed in full.



ELIMINATION OF ECONOMIC DOUBLE TAXATION IN HOLDING COMPANIES (SGPS)

Finally, it is determined that full elimination of double taxation depends solely on effective taxation of the income that gave rise to the distributed profits, independently of whether or not the entity receiving this income is a Holding Company (SGPS).

CERTIFICATION OF TAX LOSSES

Provision is made for deduction of tax losses calculated in a specific financial year to require a legal certification of accounts by an Official Auditor (ROC), under terms and conditions to be defined in an order in council issued by the Minister of Finances. However, the present Law only approved the requirement of legal certification of accounts by an Official Auditor (ROC) in the third year, in the event that Commercial Companies deduct tax losses in two successive tax periods.

TAX LOSSES IN THE EVENT OF AMENDMENTS TO THE CORPORATE OBJECT

Whenever tax losses arise in relation to the period immediately before the occurrence of amendments to the entity's corporate object, the nature of the business activity previously exercised or ownership of, at least, 50% of the share capital or majority of the voting rights, and such an alteration occurs before the end of the deadline for submitting the Model 22 tax declaration, a request for maintenance of the losses may be presented in the 15 days after the end of the deadline for submission of the aforementioned tax declaration, or after the date of the respective delivery, if this occurs before, specifying, in this framework, that the rule establishing this alteration will have an interpretational nature.

REPORTING OF LOSSES AND CAPITAL LOSSES

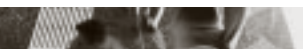
The reporting period of tax losses and capital losses calculated by corporate bodies that do not exercise a commercial, industrial or agricultural activity as their main business activity, is reduced from six to four financial years, similar to the situation in force since 2010, for corporate bodies that exercise a commercial, industrial or agricultural activity as their main business activity.

CROSS BORDER MERGERS AND DIVISIONS

The scope of application of the tax neutrality regime, currently applying to shareholders of merged or demerged companies are extended to the other merger and demerger operations covered by the "Mergers-Demergers" Directive (Directive no. 2009/133/EC).

RATE FOR ENTITIES THAT DO NOT EXERCISE COMMERCIAL, INDUSTRIAL OR AGRICULTURAL ACTIVITIES

The taxation rate for the global income of entities with an effective address or registered office in Portugal that do not exercise a commercial, industrial or agricultural activity, as their main business activity, is increased from 20% to 21.5%.



**RATE ON INCOME
FROM DEBT
AND CAPITAL
INSTRUMENTS OF
NON-RESIDENTS**

The rate applying to income from debt instruments and other capital income, that is not expressly taxed at a different rate, obtained by entities who do not have an effective address or registered office in Portugal nor a stable establishment to which such income is imputed, is also increased from 20% to 21.5%.

**RETENTION IN
GOVERNING
BODIES**

The withholding rate for taxation of remuneration earned by persons in their capacity as member of the governing bodies of corporate bodies and other entities is also increased from 20% to 21.5%.

**RETENTION IN
ACCOUNTS OF
UNIDENTIFIED
THIRD PARTIES**

The capital income paid or made available in accounts open in the name or one or more account holders, but on account of unidentified third parties will also be taxed, on a definitive basis, at a withholding rate of 30%, except in cases in which the effective beneficiary is identified, in which case the general rules apply.

**RETENTION IN
REGISTERED
OR DEPOSITED
SECURITIES**

Finally, an obligation is established to make a withholding on income from securities that are subject to registration or deposit, issued by entities that are resident in Portugal, which now becomes the responsibility of the respective registration or custodian entities. In relation to income paid or made available by asset management companies resident in Portugal, with an account opened with registration or custodian entities, under the terms of no. 1, of article 5 of Decree-Law no. 163/94, of June 4, the latter entities will also be responsible for the aforementioned obligation.

**AUTONOMOUS
TAXATION OF 10%
OF EXPENSES WITH
VEHICLES**

Autonomous taxation at the rate of 10% shall apply to expenses incurred or borne by corporate taxpayers that are not subjectively exempted from paying tax and who exercise, commercial, industrial or agricultural activity as their main business activity, with vehicles passenger or mixed vehicles, whose purchase price is equal to, or lower than, the amount of the limit that is fiscally accepted and specified in order in council no. 467/2010, of 7 July, in which the amount set for the 2011 financial year is €30 000.00 and after 2012, the amount of €25 000.00. As a consequence, there will be an increase of the autonomous taxation rate from 5% to 10% specified for expenses related to passenger vehicles or mixed vehicles whose recognised CO₂ emission levels are lower than 120 g/Km, in the case of This amendment implies elimination, in terms of autonomous taxation, of the positive discrimination of vehicles with a lower environmental impact.

**AUTONOMOUS
TAXATION OF 20%
IN EXPENSES WITH
VEHICLES**

On the other hand, expenses incurred or supported by taxpayers that are not subjectively exempted from paying tax and who exercise, commercial, industrial or agricultural activity as their main business



activity, with vehicles passenger or mixed vehicles, whose purchase price is higher than the fiscally-accepted limits (mentioned above) shall now be subject to autonomous taxation at a rate of 20%, independently of calculation of tax losses in the two tax years prior to that in which the expenses are incurred.

HIGHER AUTONOMOUS TAXATION IN THE EVENT OF TAX LOSSES

Finally, all rates of autonomous taxation specified in terms of IRC are increased by 10 percentage points, in relation to taxpayers who present a tax loss in the tax period, in relation to all taxable facts that are subject to autonomous taxation.

NEW GENERAL LIMIT ON TAX BENEFITS

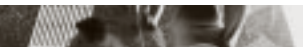
A new increase is set on the limit for using tax benefits, through imposition of IRC paid, to 90% (currently 75%) of the amount of IRC that would be determined in the absence of application of tax benefits and special tax regimes. Calculation of the aforementioned limit excludes the following tax benefits: benefits that have a contractual nature; that result from the Tax Incentives System in Business Development Research II (SIFIDE II); that apply to Free Trade Zones; that operate through a reduction in the rate of IRC; that aim to foster job creation; or derive from the regime applying to Holding Companies, Venture capital firms and Venture capital investors; that derive from application of the mechanism to eliminate economic double taxation of profits distributed by companies resident in Official Portuguese-Speaking African Countries (PALOPs) and the Democratic Republic of East Timor.

RETENTION ON DISTRIBUTED PROFITS TO RESIDENTS IN THE EU OR EEE

In the case of profits paid or made available by a company resident in Portugal, that is subject to, and not exempt from, IRC or is subject to the special gambling tax, to entities resident in another EU Member State or the EEE (in the latter case, provided that there is an obligation for administrative cooperation on fiscal matters equivalent to that established in the EU), there may be repayment of the tax that has been retained and paid, in the portion that is higher than that which would result from application of the general rates of IRC and the state local tax, taking into consideration all income obtained by these entities, including that obtained in Portugal.

REQUEST FOR REBATE

The rebate depends upon presentation of a request by the beneficiary, addressed to the appropriate services of the Directorate-General for Taxation, to be presented within a maximum of two years from the end of the calendar year after the one in which the taxable event occurred. For this purpose, proof must be provided that the beneficiary complies with the conditions established in article 2 of Directive no. 90/435/EC.



REBATES AND
INDEMNITY-BASED
INTEREST

The aforementioned restitution of tax should be made up to the end of the third month, following presentation of the elements and information which are indispensable for proof of the legally-required conditions and requirements. After this deadline, indemnity-based interest must be added to the amount to be repaid at a rate identical to that which applies to compensatory interest on credits owed to the State.

SPECIAL PAYMENT
ON ACCOUNT (PEC)
IN BANKING AND
INSURANCE

The concept of “turnover”, for the purposes of calculation of the Special Payment on Account (PEC) is widened for banks, insurance firms and other entities of the financial sector, for which application of specific accounts plans are specified, to include fees on insurance contracts and operations considered to constitute investment contracts or service provision contracts.

Digital formats cease to be considered to constitute a faithful reproduction of documents that are not authentic and authenticated documents.

ELECTRONIC
DOCUMENTATION
FORMAT

The possibility is also established of archiving, in an electronic format, of invoices or equivalent documents, sales receipts or any other documents of tax relevance, issued by the taxpayer, provided that they have been processed by computer.

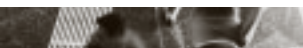
Exceptional devaluations deriving from destruction, in 2010 or 2011, of computerised billing programmes and equipment, that have been substituted as a consequence of the requirement for certification of billing software, will be considered to be losses by parity, and the taxpayer will not have to present a well-grounded statement of the facts that originated such exceptional devaluations, and, as a consequence, there is no need for formal acceptance by the Directorate-General for Taxation.

ACQUISITION
OF BILLING
PROGRAMMES AND
EQUIPMENT

In addition, it is established that expenses related to acquisition, in the 2010 or 2011 financial years, of certified billing computerised programmes and equipment will be considered to constitute a fiscal expense, during the tax period in which they are incurred.

SPECIAL TAX REGIME
FOR GROUPS OF
COMPANIES

The determination of the taxable profit of the group, which is the algebraic sum of the taxable profits and tax losses, ascertained in the individual periodic declarations of each of the companies that belong to the group, will cease to be corrected by the portion of profits distributed between the group companies included in the individual taxable bases.



NET JOB CREATION

The limitation on use of this tax benefit associated to job creation to one occasion only per employee, is now stipulated to apply solely to those situations in which the employee has been previously employed in this entity or in another entity with which it maintains special relations (as this concept is defined in terms of transfer prices).

CAPITAL GAINS OF NON-RESIDENTS

The exemption from IRC ceases to apply to capital gains earned by non-resident entities domiciled in a country, territory or region with which no International Double Taxation Treaty or an Agreement on Exchange of Information on Fiscal Matters is in force.

SGPS, SCR AND ICR

Elimination of economic double taxation on distributed profits within the sphere of Holding Companies (SGPS), Venture capital firms (SCR) and Venture capital investors (ICR) ceases to depend upon compliance with the requirement of a minimum shareholding of 10% in the share capital of the company that is distributing the profits.

PUBLIC ROAD TRANSPORT OF PASSENGERS AND MERCHANDISE

PUBLIC ROAD TRANSPORT OF PASSENGERS AND MERCHANDISE
For the 2011 financial year, there will no longer be an exemption from taxation of the positive difference between capital gains and capital losses resulting from transfer of vehicles, subject to payment, assigned to road transport of passengers (public transport and taxis) and merchandise, in the event of reinvestment of the totality of the sale proceeds in acquisition of new vehicles, subject to verification of specific conditions.

SHARES PURCHASED IN PRIVATIZATIONS

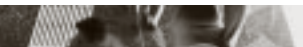
The tax benefit deriving from taxation of only 50% of dividends from shares purchased within the framework of privatization processes launched until the end of 2002 has been revoked.

LOANS TO SME

Provision is made for the possibility of deduction, for tax purposes, of interest and other forms of remuneration of shareholders loans and other loans made by shareholders to Small- and Medium-Sized Enterprises (SME), whose amount is set on the basis of the 12-month EURIBOR rate on the date of constitution of the debt, plus a spread of up to 6%. Thus in this context, the portion in excess of this limit cannot be deducted for tax purposes.

CONVENTIONAL REMUNERATION OF SHARE CAPITAL

A tax benefit in the form of a deduction is established, for the purposes of determination of taxable profit, in the context of IRC, of an amount corresponding to the conventional remuneration of share capital within the framework of operations of business start-up or increase of the share capital of companies which qualify as SME, to be applied, in identical terms to the regime currently in force, from 2011 to 2013.



**EXTERNAL LOANS
(SCHULDSCHEINDARLEHEN)**

The interest on capital, earned from abroad from Schuldscheindarlehen loan contracts (loans with a debt recognition certificate), signed by the Institute for Treasury and Public Credit Management, I.P. (IGCP), in identical terms to that described above, in the context of IRS, will be exempt from IRC.

**DEBT INSTRUMENTS
ISSUED BY
NON-RESIDENTS**

Provision is made for an exemption from IRC for income from public and non-public debt instruments, issued by non-resident entities, that are considered to be obtained in Portugal, under the terms of the Corporate Income Tax Code, when they are paid by the Portuguese State, in order to guarantee obligations assumed by companies in which the Portuguese State is a shareholder, together with other EU Member States; in subjective terms. This exemption should apply to effective beneficiaries who comply with the requirements specified in the Special Taxation Regime for Income from Debt Instruments.

**REPORTING OF
SECURITIES**

An exemption from IRC is provided for gains obtained by non-resident financial institutions when carrying out securities reporting operations made with non-resident credit institutions, provided that the gains may not be imputed to a stable establishment of these institutions located within Portugal.

**INVESTMENT SUPPORT
TAX REGIME**

The validity period of the Investment Support Tax Regime (RFAI) is extended until December 31, 2011, without any amendments to the regime currently in force.

V. VALUE-ADDED TAX

NORMAL RATE

The normal rate of VAT will increase from 21% to 23%, in the Portuguese Mainland, and from 15% to 16%, in the Autonomous Regions.

**AMENDMENTS
TO LIST I
(REDUCED RATE)**

In the framework of the Draft Law, it was provided that the normal rate of Value-Added Tax (VAT), would apply to the following goods and services (currently taxed at the reduced rate of 6% in the Portuguese Mainland, and 4% in the Autonomous Regions): soya desserts; provision of services by attorneys and solicitors to retired persons; provision of services by attorneys and solicitors to any interested party in proceedings related to persons' estates; practice of sporting activities; chocolate milk, flavoured, vitamin-added or enriched milk; milk drinks and deserts; soft drinks, fruit juices and fruit drinks or horticultural products; leaflets and other non-periodical publications of



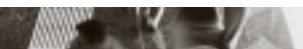
a cultural, educational, recreational and sports nature; and, fire fighting and detection equipment. This proposal represents a 17% increase, in the Portuguese Mainland, above the VAT rate that currently applies to the aforementioned goods and services and a 12% increase in the Autonomous Regions. However, from the initially proposed list, only the following goods and services will be subject to the normal rate of VAT (and the others will therefore continue to be taxed at the reduced rate): leaflets and other non-periodical publications of a cultural, educational, recreational and sports nature, stitched or bound, except for: a) Books for collecting stickers, decalcomanias, pictures or engravings; b) Pornographic or obscene books and leaflets; c) Works bound in leather, silk fabrics or similar materials; d) Calendars, timetables, personal agendas and notepads; e) Promotional or advertising posters or leaflets, including tourism posters or leaflets, and route-guides and maps of roads and locations; f) Illustrated postcards; and also utensils and other equipment that are exclusively or principally intended for fire fighting and detection.

AMENDMENTS
TO LIST II
(INTERMEDIATE RATE)

The Draft Law for the 2011 State Budget also proposed application of the normal rate of VAT to the following goods (currently taxed at the intermediate rate of 13%, in the Portuguese Mainland, and 9% in the Autonomous Regions): canned meat, fish and molluscs; tinned fruit, jams, jellies, quince jams or pulp fruit; conserves of horticultural products; cooking oils; margarines of animal and vegetable origin; aperitifs based on horticultural products and seeds; corn, wheat or potato starch aperitifs or snacks, in individual packages; cut flowers, leaves for ornamentation and decorative floral compositions; and ornamental plants. This proposal represented a 10% increase, in the Portuguese Mainland, of the VAT rate currently applying to the aforementioned goods and a 7% increase in the Autonomous Regions. It should be noted, however, that the provision of food and drink services will continue to be taxed at the intermediate rate, of 13% in the Portuguese Mainland, and 9% in the Autonomous Regions. However, following approval of the Law for the 2011 State Budget, only the following goods from the initial list, will be subject to the normal rate of VAT (and therefore the others will remain subject to taxation at the intermediate rate): cut flowers, leaves for ornamentation and decorative floral compositions, except for dry leaves and flowers; and also ornamental plants.

TAX LIEN OF VAT
CREDITS

Provision is made for VAT credits, which at present can only be subject to a tax lien when offered for this purpose by the taxpayer, can now be coercively subjected to a tax lien when such credits assume the form of



confirmed and communicated reimbursements, under the terms of the diploma which regulates tax collection and rebates.

RESTITUTION OF VAT
TO THE CATHOLIC
CHURCH AND
PRIVATE SOCIAL
SOLIDARITY
INSTITUTIONS (IPSS)

The Draft Law for the 2011 State Budget also proposed revocation of the regime for restitution of VAT to the Catholic Church and to Private Social Solidarity Institutions (IPSS), in relation to certain imports and acquisitions of goods and services, specifically in relation to the VAT paid with acquisition of goods or services related to the construction, maintenance and conservation of properties used in pursuit of their respective statutory goals. However, after approval of the State Budget law, it was decided to maintain this possibility of restitution VAT to the Catholic Church. The law, however, revokes the possibility for the Santa Casa da Misericórdia and Private Social Solidarity Institutions (IPSS), to request restitution of VAT, while maintaining this right, however, in relation to specific operations in progress on December 31, 2010 and in the framework of specific programmes, measures, projects and actions that are co-funded by the public sector.

VI. MUNICIPAL PROPERTY TAX

RESIDENTS IN
TAX SHELTERS

The rate of Municipal Property Tax (IMI) currently applying to properties owned by entities with their tax domicile territory subject to a more favourable tax regime, has now been increased from the previous level of 1% or 2%. The rate of 5% has been reintroduced.

ENTITIES RESPONSIBLE
FOR THE PUBLIC
SCHOOLS NETWORK

Public business entities that are responsible for the public schools network are exempted from Municipal Property Tax (IMI), in relation to the properties that are directly or indirectly intended for pursuit of their goals.

PROPERTIES WITH
A REDUCED ASSET
AMOUNT

The exemption from IMI applicable to urban and rural properties with a reduced asset amount, owned by low-income taxpayers, will now also be indexed to the Social Support Index (IAS). In this regard, the exemption will apply to urban and rural properties owned by taxpayers whose total gross income of their family household, encompassed for the purposes of Personal Income Tax (IRS), is not higher than twice the amount of the Social Support Index (IAS) and whose global amount of taxable assets does not exceed 10 times the annual amount of the Social Support Index (IAS) (€ 4,192.20). In practise, the aforementioned index will only apply when the current amount of the Social Support Index (IAS) (€ 419.22) attains the amount of the national minimum wage in force in 2010 (€475).



CLOSED REAL-ESTATE INVESTMENT FUNDS

A full exemption from IMI is granted for properties integrated within Closed Real-Estate Investment Funds (FII). However, this exemption will from now on be limited to Real-Estate Investment Funds where the issue of the respective units is made in the form of a public subscription offering; i.e. the qualified nature criterion of investors/participants, which was abandoned at the time of the Law for the 2010 State Budget, is reintroduced.

VII. MUNICIPAL PROPERTY TRANSFER TAX

LISTED BUILDINGS

Acquisitions of listed buildings of national interest, public interest or municipal interest, in function of their individual classification are exempted from Municipal Property Transfer Tax (IMT).

PROPERTIES FOR HABITATION

The brackets for the rates of Municipal Property Transfer Tax (IMT) applying to acquisition of the properties intended for habitation, are updated as follows:

Amount on which IMT is payable	Percentage rates	
	marginal	average (*)
Up to 90.418	0	1,0000
From over 90.418 to 123.682	2	1,2689
From over 123.682 to 168.638	5	2,2636
From over 168.638 to 281.030	7	4,1578
From over 281.030 to 538.978	8	-
More than 538.978	6 (single rate)	

(*) At the top end of the bracket

Amount on which IMT is payable	Percentage rates	
	marginal	average (*)
Up to 92.407	0	1
From over 92.407 to 126.403	2	1,2663
From over 126.403 to 172.348	5	2,2636
From over 172.348 to 287.213	7	4,1578
From over 287.213 to 550.836	8	-
More than 550.836	6 (single rate)	

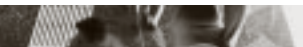
(*) At the top end of the bracket

EXPIRY OF EXEMPTION

The exemption from Municipal Property Transfer Tax (IMT) and application of reduced rates for habitation cease to apply if the respective properties are not used as the taxpayer's own and permanent residence within a maximum of six months from the acquisition date.

PROPERTIES TO BE USED AS THE TAXPAYER'S OWN PERMANENT RESIDENCE

The amount exempt from Municipal Property Transfer Tax (IMT) is updated from € 90,418.00 to € 92,407.00, in the table of property acquisition destined exclusively for the taxpayer's permanent residence, under the following terms:

**2010**

Amount on which IMT is payable	Percentage rates	
	marginal	average (*)
Up to 90.418	0	0
From over 90.418 e até 123.682	2	0,5379
From over 123.682 e até 168.638	5	1,7274
From over 168.638 e até 281.030	7	3,8361
From over 281.030 e até 561.960	8	-
More than 561.960	6 (single rate)	

(*) At the top end of the bracket

2011

Amount on which IMT is payable	Percentage rates	
	marginal	average (*)
Up to 90.407	0	0
From over 90.407 e até 126.403	2	0,5379
From over 126.403 e até 172.348	5	1,7274
From over 172.348 e até 287.213	7	3,8361
From over 287.213 e até 574.323	8	-
More than 574.323	6 (single rate)	

(*) At the top end of the bracket

**SUBSTITUTED
PAYMENTS TO CREDIT
INSTITUTIONS**

In the case of substituted payments made by a single debtor, the credit institution may be able to request suspension of payment of Municipal Property Transfer Tax (IMT) (instead of payment followed by subsequent rebate), provided that this exemption is recognised by the Minister of Finances. In cases in which suspension of the tax has been requested and this exemption request is not granted, compensatory interest will be due, for a maximum of 180 days.

**LESS FAVOURED
REGIONS**

Despite the proposal to revoke the exemption applying to acquisitions of goods located in less favoured regions, made by commercial or civil companies in a commercial form, intended for the exercise, in those regions, of agricultural or industrial activities considered to be of greater economic or social interest, it was finally decided to maintain the aforementioned exemption.

CO-OWNERSHIP

Despite the proposal, in cases of total or partial transfer of properties in which the acquirer is co-owner and has paid the tax at the time of acquisition, to apply the respective rate to each distinct amount, it was finally decided to maintain application of the rate to the totality of the property transfer.

**EXPIRY AND
ARCHIVING**

In cases in which signature of the public deed is not obligatory, the deadlines for expiry and archiving are counted from the date of implementation of the property registration.

**EXPIRY AND
ARCHIVING**

In judicial and extra-judicial inheritance divisions, the Municipal Property Transfer Tax (IMT) shall now be paid within 30 days after the act, rather than within 30 days after the notification.

EXEMPTION FOR A PURCHASE OPTION IN FINANCING LEASING

Provision is made for clarification of the conditions of application of the exemption from Municipal Property Transfer Tax (IMT) granted to transfers of real-estate assets, to the credit of a financial lessee. From now on the exemption will only apply when the acquisition occurs as the result of exercise of a purchase option right specified within the financing leasing contract.

REDUCED RATE IN FINANCING LEASING

Within the framework of the tax regime applying to financing leasing, the reduced rate of 4%, applying to the acquisition of a certain kind of properties, specifically properties intended for industries of interest for the country's economic development, is revoked.

REBATE FROM THE MINISTER OF FINANCES

A proposal was made to revoke the mechanism that enables taxpayers to request repayment from the Minister of Finances of unduly paid tax, within a maximum of 4 years after settlement thereof, independently of annulment of the settlement, however it was finally decided to maintain the aforementioned norm.

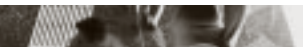
CLOSED REAL-ESTATE INVESTMENT FUNDS

As in the case of Municipal Property Tax (IMI), a full exemption from Municipal Property Transfer Tax (IMT) applying to acquisition of properties integrated within Closed Real-Estate Investment Funds is granted. However, from now on the exemption will be limited to Real-Estate Investment Funds where issue of the respective units is made in the form of a public subscription offering, (i.e. the qualified nature criterion of investors/participants that was abandoned at the time of the Law for the 2010 State Budget, is reintroduced).

VIII. STAMP DUTY

INTRODUCTION OF THE TAX OBLIGATION

In the case of acts, contracts, documents, securities, papers and other facts specified within the General Stamp Duty Table (TGIS), that do not involve the intervention of corporate bodies or natural persons exercising a commercial or industrial activity or provision of services (i.e. which only involve the intervention of natural persons on a private basis), stamp duty shall only fall due when such acts are presented before notary publics, registrars of civil, commercial and land registry offices and registry offices of other goods subject to registration, other public bodies, including State establishments and organisations, as well as entities or professionals that authenticate private documents (in relation to acts, contracts and other facts in which they intervene). This provision will not extend to acts, contracts and documents signed



before notary publics in relation to credit and guarantees granted by credit institutions, financial companies or other equivalent entities and by any other financial institutions.

**LOANS THAT
HAVE THE
CHARACTERISTICS
OF SHAREHOLDERS
LOANS**

An exemption from Stamp Duty is introduced for loans with the characteristics of shareholders loans, including the respective interest charged by shareholders to the company, which cease to be subject to the dual condition of stipulation of an initial deadline of at least 1 year and that the respective rebate is not made prior to the end of this deadline.

**ACQUISITIONS BY
ENTITIES RESPONSIBLE FOR
THE PUBLIC SCHOOLS
NETWORK**

An exemption from Stamp Duty is also granted for acquisitions of properties, n return for payment or free of charge, by public business entities responsible for the public schools network, directly or indirectly intended for pursuit of their statutory goals.

**REBATE BY THE
MINISTER OF
FINANCES**

As with the case for Municipal Property Transfer Tax (IMT), a proposal was made to eliminate the mechanism that enables taxpayers to request from the Minister of Finances repayment of Stamp Duty unduly charged over the last 4 years, when the specific procedural and process-based norms have not been used at the opportune moment, but it was also finally decided to maintain this possibility

**GUARANTEES
PROVIDED**

In the 2011 tax year it is planned to renew the exemption from Stamp Duty for constituting guarantees made to the credit of the State or Social Security institutions, provided for the purposes of paying amounts owed to the State or Social Security and other exceptional payment deferral measures, reduction of amounts, conversion of debtor entities into capital, or sale of the State's or Social Security's credits.

**REPORTING OF
SECURITIES**

Provision is made to provide an exemption from Stamp Duty for reporting operations of securities or equivalent rights made in stock exchanges, together with reporting and fiduciary sale in guarantee made by financial institutions (credit institutions and financial companies), through intervention of central counter parties.

IX. TAX ON ALCOHOL AND ALCOHOLIC DRINKS

RATES

The tax rates on beer, intermediate products and alcohol and spirits are increased by 2.2%, (in line with the anticipated rate of inflation).



X. TAX ON TOBACCO

TAX INCIDENCE

The definitions of cigars and cigarillos are altered. They now encompass tobacco rolls with an interior constituted by a mixture of beaten tobacco with an exterior covering, with the natural colour of cigars and a minimum unit weight equal to or higher than 2.3 g, such as previously existed, but now with a maximum weight lower than 10 g and with maintenance of the perimeter, in at least one third of their length, equal to or higher than 34 mm. The definition of “fine cut tobacco intended for rolled cigarettes” is also changed, with the reference of the width of the particles increasing from 1mm to 1.5 mm.

RATES

For cigarettes, the specific element, is updated from € 67.58 to € 69.07, which corresponds to a 2.2% increase, (in line with the anticipated rate of inflation), but the ad valorem element of the tax remains at 23%, while for cigars and cigarillos, which are considered to be prestige products, and whose rates, are exclusively, ad valorem, there is a 5.3% increase (from 12.35% to 13%). For fine cut tobacco, intended for rolled cigarettes, there is a 20% increase (from 49.77% to 60%) and for other smoking tobaccos there is a 7.7% increase (from 41.78% to 45%).

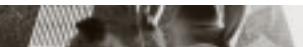
RATES IN AUTONOMOUS REGIONS

The specific element of the tax rate that is applicable in autonomous regions of Madeira and Açores has been increased to € 15.30 (the previous amount was € 9,28 in Açores and € 15 in Madeira).

XI. TAX ON PETROLEUM AND ENERGY PRODUCTS

BIOFUELS

Taxation of biodiesel fuels will undergo a profound alteration, due to elimination of the partial exemption (from € 280 per 1000 litres) granted to industrial-scale production of products, intended for sale to consumers, while maintaining the exemption from the Tax on Petroleum and Energy Products (ISP) for biodiesel produced by “small dedicated producers”, up to the maximum (national) global limit of 40 000 t/year, but unlike the situation prevailing until now, the Government can now determine that this exemption will only be partial. The specific amount of the exemption and the application procedures will be regulated in a joint order in council to be issued by the members of Government responsible for the areas of Finance, Economy, Agriculture and the Environment. As a result of elimination of the exemption from ISP for industrially-produced biodiesel and given that there is currently an obligation to incorporate 6% of biodiesel in standard diesel fuel,



the product's retail price is likely to increase. As a consequence of the elimination of the tax benefit for biodiesel produced and consumed (at an industrial level) in Portugal, there will also be elimination of circulation restrictions in Portugal, in the regime of suspension of ISP and controls on the product's entry in Portuguese tax entrepôts, and circulation will now take place in conformity with the general rules set in the Special Consumer Taxes Code (IEC).

RATES We do not yet know whether the Government intends to update the rates of ISP – which is achieved by means of an order in council, within legally specified intervals. In this regard, attention should be drawn to the difference between the tax burden and VAT rates in Portugal (23%) and Spain (18%). On all accounts, we can be sure that there will be a significant price increase for fuels in 2011, given that, in addition to the probable repercussion on end consumers of the tax expense, in the amount of 85 million euros per year, on biodiesel incorporated in diesel fuels, there will also be the effect of the increase in the VAT rate from 21% to 23%.

RATE ON LIQUEFIED PETROLEUM GASES The tax rate on so-called liquefied petroleum gases (butane and propane), used as an automobile carburant, increased from €109.65/1000 kg to €125.00/1000 kg, which corresponds to a 14% increase, as a result of which Portugal is no longer in non-compliance with Community law, given that it now practises the minimum community rate.

TAXATION OF ELECTRICITY Taxation of electricity has not yet been established, even though this was to be expected, given that Portugal's derogation on this matter terminated on January 1, 2010.

XII. VEHICLE PURCHASE TAX

RATES ON LIGHT PASSENGER VEHICLES The structure of the tables is maintained, both in relation to cylinder capacity, and the environmental component (CO₂ emissions), but there is a major increase in the rates of Vehicle Purchase Tax (ISV) applying to light passenger vehicles and other vehicles covered by Table A. Accordingly, the cylinder capacity component is updated by 2.2% (corresponding to the anticipated rate of inflation), and there is also a 5% increase in the environmental component, resulting from introduction of an updating coefficient, for 2011, of 1.05. In addition to these increases in the rates of ISV, VAT rates will increase, as stated above, by 2%, which implies a total increase in automobile taxation of 6%.



INCREASE ON DIESEL-POWERED VEHICLES

There is also a higher penalty on diesel-powered vehicles, with a level of emission of particles higher than 0.005 g/km, which increases from € 250 to € 500.

RATES ON LIGHT COMMERCIAL VEHICLES

The rates of ISV on so-called light commercial vehicles, will increase by an average of 2.2%, similar to the update introduced in the rates of Special Consumption Tax (IEC) and in accordance with the anticipated rate of inflation.

RATES ON MOTORBIKES, TRICYCLES AND QUADRICYCLES

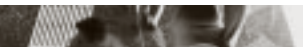
The rates on motorbikes and motorised tricycles and quadricycles with cylinder capacity of between 180 and 750 cubic centimetres have increased by 4.2% and rates on equivalent vehicles with cylinder capacity higher than 750 cubic centimetres are updated by 2.2%. The grounds for these two distinct criteria are unclear since it seems more convenient to maintain a uniform increase, or observe the inverse tendency given environmental aspects.

RATES ON SECONDHAND VEHICLES

The rates on second-hand vehicles purchased in another Member States are changed again. The reduction percentages that hitherto only applied to the cylinder capacity component of ISV, now also apply to the environmental component. This alteration aims to ensure that the taxation regime for second-hand vehicles stands in conformity with the case law of the Court of Justice of the European Union (CJEU), that has ordered application of the reduced percentage to the totality of the tax incorporated within second-hand vehicles rather than to only one component therein, even when, as is in this case, environmental concerns are at stake.

DEVALUATION IN SECOND HAND VEHICLES

In addition to this modification, eventual recourse to valuation of the second-hand vehicle, for subsequent payment of ISV, on the basis of the calculation formula of devaluation, is now subject to prior payment of a tax, to be set by an order in council issued by the member of Government responsible for Finances that aims to charge the interested party for the costs inherent to the vehicle's valuation. This tax seems to conform with the case-law of the Court of Justice of the European Union (CJEU), given that it results from a faculty granted to the taxpayer of the ISV (which may or may not be used), and, first and foremost, it is natural that the taxpayer should bear the cost of the vehicle's valuation.



PRIVATE SOCIAL
SOLIDARITY
INSTITUTIONS (IPSS)

The scope of application of the exemption from ISV granted to Private Social Solidarity Institutions (IPSS) and, that only applied to acquisitions, subject to payment, of vehicles for collective transport of passengers with seating capacity for nine persons, including the driver, will now apply to any acquisition, of this kind of vehicle, including, naturally, donations that occur, with a certain level of frequency, which were previously excluded from the exemption.

PUBLIC UTILITY
CORPORATE BODIES

However, in an apparently contrary initiative, the exemption from ISV for vehicles purchased by public utility corporate bodies was eliminated.

RENT-A-CAR

The scope of application of the reductions in the rate of ISV, granted to so-called rent-a-car companies, whose level of CO₂ emissions could not exceed 130 g/km, is now limited to vehicles which do not exceed 120 g/km, thus significantly reducing the range of vehicles that may benefit from the 50% reduction in the rates of ISV.

VEHICLES AT THE
END OF THEIR
WORKING LIFE

The tax incentive regime for withdrawal from circulation of “vehicles at the end of their working life” has been eliminated.

XIII. SINGLE ROAD TAX

PUBLIC UTILITY
CORPORATE BODIES

The exemption from Single Road Tax (IUC) for vehicles of the public utility corporate bodies is eliminated.

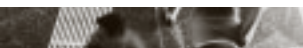
RATES

The rates of Single Road Tax (IUC) are updated by around 2.2% (inflation) except for goods vehicles of professional use, which are not subject to any increase; the tax on light passenger vehicles and mixed vehicles registered in 2011 will be the same as in 2010, as the annual increase on those taxes has now ended.

XIV. TAX PROCEDURE AND PROCESS

LATE PAYMENT
INTEREST FOR
SUBSIDIARY PERSONS
RESPONSIBLE FOR
PAYING TAX

Provision is made for the exemption from late payment interest granted to the subsidiary person responsible for paying tax debts, at the time of payment of debt in the tax enforcement proceedings, to be limited to the interest settled during the tax enforcement process itself and therefore excluding from that exemption any late payment interest that is paid prior to drawing up the tax enforcement procedure.



DELEGATION OF POWERS

The tax authorities are no longer limited in delegating powers and can now delegate to public officials other than those immediately below them in the organisational hierarchy.

INFORMATION ON OPENING AND MAINTAINING ACCOUNTS

The requirements specified in the law for the purposes of sending information related to opening or maintaining accounts, by credit institutions and financial companies, are no longer cumulative. Accordingly, such information must be provided, either in the cases of taxpayers whose tax situation has not been regularised, or in the cases of taxpayers inserted within sectors of risk.

INFORMATION ON PAYMENTS MADE WITH DEBIT AND CREDIT CARDS

Provision of information by credit institutions and financial companies in relation to the amount of payment flows with credit and debit cards, made by this channel to taxpayers who earn income in category B of IRS (business and professional income) and IRC, must be made up until the end of the month of July in each year, through presentation of an official tax form approved by an order in council issued by the Minister of Finances, and is therefore no longer dependent on a request by the tax authorities to this effect, specifically from the Director-General of Taxes or the Director-General of Customs and Special Consumption Taxes.

TAX EXEMPTION IN BANKING CONFIDENTIALITY

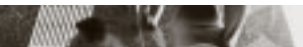
The tax authorities will now be able to access all banking information or documents without requiring consent from the holder of these elements, whenever debts are proven to be owed to the tax authorities or Social Security.

INDEMNITY-BASED INTEREST

An express definition is provided of the entities empowered to recognise a taxpayer's right to indemnity-based interest, taking into consideration the nature of the procedure in question: by the body with power to decide the administrative claim, when the grounds are an error that may be imputed to the services that resulted in payment of a tax debt that was higher than the legally due amount; by the entity that determined official restitution of the tax payments made, when the legal deadline for normal restitution was not met; by the entity that processed the credit note, when indemnity-based interest is due for late processing; by the entity responsible for the decision on the request to revise the taxable act at the taxpayer's initiative, when the legal deadline for revision of the taxable act is not observed.

CLAIM FOR NON-PAYMENT OF INDEMNITY-BASED INTEREST

It is also stipulated that the taxpayer may now claim for failure to pay indemnity-based interest, to the appropriate regional peripheral body of the tax authorities, within a maximum of 120 days from the date on which he learns of the credit note, or in the absence thereof, at the



end of the deadline for its issue. It is also provided that, in the event of execution of a judicial decision that delivers entitlement to indemnity-based interest, the aforementioned claim may be presented within a maximum of 30 days from the end of the deadline for spontaneous execution of the decision.

JURISDICTION OVER ADMINISTRATIVE CLAIMS

The issues of jurisdiction to decide an administrative claim in respect of an act done as a consequence of inspection procedures made by the respective services has now been determined. Under the general rule, jurisdiction had been with the Director of Finances with territorial jurisdiction. However, it is now held by the director of services of the operating area of the central tax inspection services.

JURISDICTION OVER TAX ENFORCEMENT PROCEEDINGS

Provision is made the chief officer of a service, by means of a dispatch and whenever this is justified in order to rationalise resources and ensure effective tax collection, to attribute jurisdiction for tax enforcement to the regional peripheral body of the area of the debtor's domicile or registered office.

JURISDICTION OVER VERIFICATION AND GRADUATION OF CREDITS

In the event of claims for credits, or if debt certificates are attached to the tax enforcement procedure, claimed by the heads of the local peripheral services of the area of domicile of the person to whom goods are subject to a tax lien and the situation of properties or commercial or industrial establishments in other locations than that in which the process is being carried out, the jurisdiction for verification and graduation of credits is now attributed to the tax enforcement body, and thus ceases to be attributed to the Tax Court of First Instance. It is possible to file a (judicial) claim against the decision on verification and graduation of credits that will be immediately forwarded to the Tax Court of First Instance.

SALE OF GOODS SUBJECT TO A TAX LIEN

The sale of goods which have been subjected to a tax lien, on the basis of a tax enforcement proceedings, will now preferably be made by means of an electronic auction (whose procedures and specifications will also be defined by an order in council to be issued by the Minister of Finances) or, in the impossibility thereof, by the means that is currently considered to be preferable, i.e. sealed letter bids. The chief officer of the service is granted the possibility to determine another modality of sale.

SALE FORMALITIES

The sale made by means of an electronic auction, will take place during a 15 day period, and the base bid amount will correspond to 70% of the specific amount under the general terms already in force



(taxable asset amount calculated under the terms of the Municipal Property Tax Code, in the case of urban properties, and the amount set by the enforcing body, in the case of rural properties, or the amount attributed in the tax lien record, in the case of movable assets). If no purchase bids are submitted, the sale will immediately advance to the modality of sealed-letter bids, which will take place during a 15 to 20 day period, and the base bid amount will drop to 50% of the specific amount under the aforementioned general terms. Also within this framework, it is stipulated that, if no bids are presented, either via the electronic auction, or sealed-letter bids, a new electronic auction should be opened, held during a 20 day period, and the asset will be awarded to the highest bid.

PAYMENT FOR THE PURCHASED ASSETS

Payment for the purchased asset must be made in full, within a maximum of 15 days from the end of the bid submission deadline. There is therefore no longer a possibility of part payment to the tax enforcement body, of at least one third of the amount by means of treasury operations. Nonetheless, in the event that the amount of the acquisition is over 500 times the account unit (currently, €51 000), the buyer may, by means of a well-grounded request, be authorised to deposit only part of the price, at least one third, while undertaking to deliver the remainder within a maximum of eight months.

DELIVERY OF ASSETS PURCHASED

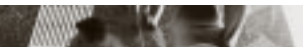
The possibility is granted to the buyer of the assets, on the basis of the title of transfer, to request from the tax enforcement body, against the holder and within the process itself, delivery of the assets, and for this purpose the body may request assistance from the police authorities.

DEADLINE FOR CLAIMING CREDITS BY THE REPRESENTATIVE OF THE PUBLIC EXCHEQUER

The deadline of 25 days from the notification, for the representative of the Public Exchequer to claim credits to the Tax Court of First Instance of the area of the tax enforcement body is revoked.

RATE OF LATE- PAYMENT INTEREST

Calculation and publication by the Institute for Treasury and Public Credit Management, I.P. (IGCP), of late-payment interest rates, with an annual validity period starting on 1 January of each year, is provided by means of a notice to be published in the *Diário da República*, up until 31 December of the previous year.



XV. TAX OFFENCES

CONFLUENCE OF ADMINISTRATIVE OFFENCES

The General Regime of Tax Offences (RGIT), reintroduces the regime of material accumulation of fines specifically applied to a confluence of infringements, which is characterised by application of a fine resulting from the arithmetic sum of the amounts of fines specifically applied to each of the administrative offences in confluence, without grounds for any limitation on the amount to be paid. The purpose of this measure is to remove the figure of judicial accumulation in the event of confluence of administrative offences, currently specified in the General Regime of Tax Offences (RGIT) and, which, in the abstract, is more favourable to offenders, given that someone who has practised various administrative offences will be punished with a single fine with the maximum amount of the sum of the fines that are applied, provided that this does not exceed twice the highest maximum limit of the administrative offences in confluence and with a minimum amount corresponding to the highest amount of the fines specifically applied to various administrative offences.

Exemplo:

Administrative offence	Fine in the abstract	Specific fine	Judicial accumulation	Material accumulation
Failure to submit tax payment	€ 30.000	€ 30.000	Between €30.000 and €60.000	€150.000
Failure to submit tax payment	€ 30.000	€ 30.000		
Failure to submit tax payment	€ 30.000	€ 30.000		
Failure to submit tax payment	€ 30.000	€ 30.000		
Failure to submit tax payment	€ 30.000	€ 30.000		



XVI. TAX INCENTIVES SYSTEM IN BUSINESS RESEARCH AND DEVELOPMENT II

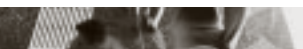
TIME FRAME The Tax Incentives System in Business Research and Development (SIFIDE) II is approved, for the tax periods between 2011 and 2015, in an identical form to SIFIDE I, (created by Law no. 40/2005, of 3 August), which remained in force until the end of 2010.

ADDRESSEES This incentive is available to corporate income taxpayers resident in Portugal that exercise, on a principal basis or otherwise, an agricultural, industrial or commercial activity and services and non-residents with a stable establishment in Portugal, whose taxable profit is not specified by indirect means and which, cumulatively, do not owe any taxes or contributions to the State and Social Security, or have duly guaranteed any outstanding amounts.

ELIGIBLE EXPENSES Deductibility of Research and Development (R&D) expenses is provided for. This is related, in general, to: investments in real-estate properties and financial investments; staff; registration, maintenance and acquisition of patents in the framework of R&D activities; and execution of R&D projects that are necessary for compliance with public contractual obligations.

ACCESS In order to benefit from SIFIDE II, taxpayers must: present a declaration proving that they have no debts outstanding to the State and Social Security, as of the month prior to submission of the periodic tax income declaration; present a declaration, or proof of presentation of the respective request for issuance thereof, issued or to be issued, by an entity nominated by a Ministerial Order by the Minister of Science, Technology and Higher Education, that confirms that the activities exercised or to be exercised effectively constitute research and development initiatives and, also, the respective amounts at stake and, also, calculation of the increase in expenses in relation to the average of the two previous financial years; present a document demonstrating calculation of the tax benefit; and guarantee that its accounts duly record the tax that will cease to be paid as a result of the tax deduction, through mention of the corresponding amount in the annex to the balance sheet, and statement of net income for the financial year in which the deduction is made.

TAX DEDUCTION The addressees of this incentive may deduct from their corporate income tax liability (IRC) calculated under the terms of the IRC Code, and up to its full amount, the portion of R&D expenses that is not co-funded by



the State, in the form of a non-reimbursable subsidy, incurred between 1 January of 2011 and 31 December 2015, considering a base rate of 32.5%, to which should be added an incremental rate of 50% of the increased expenses incurred in relation to the simple arithmetic average of the two previous financial years, up to a limit of 1.5 million euros; the 50% incremental rate should be increased by 20% for expenses related to contracting PhD graduates by companies, for Research and Development activities, and the limit is 1.8 million euros.

**REPORTING
EXPENSES**

Provision is made to maintain the possibility of reporting expenses that have not been deducted in the financial year in which they were incurred, due to insufficiency of the respective tax liability, up to the sixth financial year immediately afterwards.

**ACCUMULATION
OF BENEFITS**

The tax deduction in question cannot be accumulated, for the same investment, with tax benefits of the same nature specified in other legal diplomas.

NOVELTIES

The main novelties introduced within SIFIDE II, in comparison with SIFIDE I, are as follows: elimination of the 55% limit on operating expenses with staff directly involved in R&D activities; eligibility requirements for expenses related to execution of R&D projects that are necessary for compliance with public contractual obligations; introduction of a specific rule that applies to SME, providing that, when these corporate income taxpayers have not yet traded for 2 financial years, and therefore cannot benefit from the incremental rate of 50% specified in the framework of the deduction, an increase of 10% shall be applied to the base rate of 32.5%; introduction of a specific norm, applicable to taxpayers who reorganise their activities through business concentration, such as mergers, demergers, entry of assets and exchange of shareholdings, providing, in such cases, transfer of this tax benefit; and introduction of an obligation to communicate to the Directorate General for Taxation (DGCI), by electronic means, identification of the beneficiaries and, also, the amount of the expenses considered to be eligible, as of the year prior to that of the communication, to be complied with by the entity in charge within the Ministry of Science, Technology and Higher Education up to the end of the month of February of each year.

XVII. NEW BANKING TAX

**SUBJECTIVE
INCIDENCE**

In order to bring the financial burden of the financial sector closer to that of the rest of the economy and ensure that the sector contributes in a more intensive manner to the effort to consolidate public accounts



and to prevent systemic risks, a new “extraordinary” contribution on the banking sector is provided for, to be paid by: credit institutions that have their main and effective registered management office in Portugal; subsidiaries located in Portugal of credit institutions that do not have their main and effective registered management office in Portugal; branches, in Portugal, of credit institutions whose main and effective registered office is located outside the European Union (i.e. in third countries).

**OBJECTIVE
INCIDENCE**

Provision is made for the above contribution to be charged upon liabilities, as calculated and approved by taxpayers, minus core equity capital (TIER 1) and complementary capital (TIER 2) and deposits covered by the Deposits Guarantee Fund and, also, upon the notional amount of off-balance sheet derived financial instruments, as calculated by taxpayers.

RATES

A variable rate between 0.01% and 0.05% is charged upon liabilities, in function of the calculated amount, and a variable between 0.0001% and 0.0002% is applied to the notional amount of financial instruments, in conformity with the calculated amount. The rates that specifically apply in this regard, will be regulated by an order in council to be issued by the Minister of Finances, after consulting the Bank of Portugal, which, given that this is a new tax, may raise problems of constitutionality, in particular concerning the form of determination of the aforementioned rate.

SELF-ASSESSMENT

Provision is made for the new banking tax to be assessed and paid by the taxpayer using an official tax form, to be approved by an order in council issued by the Minister of Finances. This form should be sent annually, via electronic data transfer, up to the last day of the month of June. This date is also the deadline for making the respective payment. On a subsidiary basis, the rules specified in the General Tax Law and in the Tax Procedure and Process Code should also apply to settlement, collection and payment of the contribution.

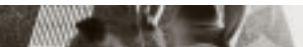
**NON-DEDUCTION
FROM IRC**

This new contribution cannot be deducted from the corporate income tax liability (IRC).

XVIII. OTHER

**REGISTRATION OF
TAXPAYERS**

The Government is authorised to review and systematise all regulations related to attribution and management, solely for fiscal purposes, of taxpayers' fiscal identification number by the Directorate-General



for Taxation. In relation to the extent and reach of this legislative authorisation, this covers: inclusion in a single diploma of the legal provisions related to creation of the taxpayer number; standardisation of the rules applying to the issue of the fiscal identification card and the rules applying to the citizen's card, company card and corporate body card; and introduction of procedures aimed at simplifying the taxpayer's compliance with its tax obligations.

ELECTRONIC NOTIFICATIONS

Legislative authorisation is granted to the Government to make notifications via electronic data transfer, specifically within the framework of the tax procedure and process, and without recourse to the electronic post box, using the declaration information systems managed by the Directorate-General of Customs and Special Consumption Taxes (DGAIEC).

MUTUAL ASSISTANCE AND RECOVERY OF CREDITS

The Government is also authorised to transpose the Community Directive, in relation to the mutual assistance mechanism, in terms of recovery of credits between the Member States of the European Union (Directive 2010/24/EU) – in order to attain the objectives of speed and effectiveness and to combat fraud – and, also, to revoke the regime of mutual assistance for collection of credits currently in force.

WINES AND WINE PRODUCTS

The Government is authorised to review the regime of the rates charged on wines and wine products, in order to differentiate the rate applying to financing the costs of the activity of controlling and coordinating the wine sector by the Institute of Wine and Vine, I.P., from that applying to financing its promotional activity, and also create distinct rates for exercise of general coordination of the winemaking sector that focuses upon wine products sold in Portugal and wine products produced at the national level.

LISTS OF TAXPAYERS

Provision is made for the disclosure of lists of taxpayers specified in the General Tax Law, to also apply to taxpayers with debts outstanding to Social Security.

AUDIOVISUAL CONTRIBUTION

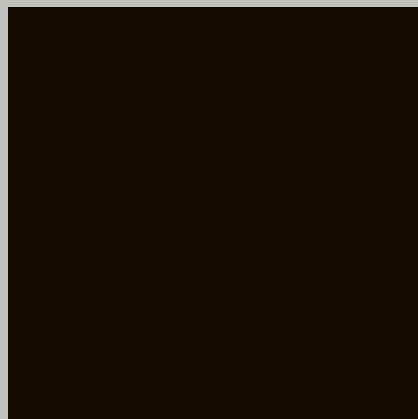
The monthly amount of the audiovisual contribution to be paid in 2011 is set at €2.25 (it is currently €1.74).

EXTRAORDINARY SOLIDARITY CONTRIBUTION

Retirement, pensions, subsidies and other monetary payments of an identical nature, paid to a single beneficiary, whose monthly amount is higher than €5000 will be subject to an extraordinary contribution of 10%, that will apply to the amount that exceeds €5000 and will be paid to the Social Security and to the Caixa Geral de Aposentações, I.P.



(Civil Servants Pension Scheme). This extraordinary contribution covers the sum of pensions, retirement benefits and equivalent benefits and the lifetime monthly subsidies paid by the Caixa Geral de Aposentações, I.P., by the National Pensions Centre and, directly or by the intermediary of pension funds, by any public bodies, independently of the respective nature and degree of independence or autonomy, in particular those payments borne by public institutes, regulatory, supervision or control authorities, and public companies, of a national, regional or municipal framework. This measure may also pose questions of constitutionality, in particular given that it applies to income that has already been taxed, in terms of IRS, and may therefore represent “double taxation” of income, and also stand in breach of the principle of equality, i.e. the constitutional rules that establish that income tax must be single and progressive.



Budget de l'Etat 2011

Modifications Fiscales

Cette Information Fiscale est distribuée aux Clients et Collègues. L'information est fournie de manière générale et abstraite, ne servant pas de base pour prendre une décision sans être assisté par un professionnel qualifié et ne s'adressant pas à un cas concret. Son contenu ne peut être reproduit, en partie ou en totalité, sans autorisation expresse de l'auteur. En cas de nécessité et pour plus amples informations sur un sujet, veuillez contacter arfis@plmj.pt.



I. INTRODUCTION

APPROBATION ET PUBLICATION

Approuvée par l'Assemblée de la République le 26 novembre, la loi sur le budget de l'Etat (OE) pour 2011, après sa promulgation par le Président de la République, a été publiée au Journal Officiel n. ° 253, supplément, série n. ° 1 du 31 décembre 2010.

ENTREE EN VIGUEUR

La loi sur le budget de l'État pour 2011, y compris les modifications, les actualisations et les autorisations législatives en matière fiscale qui y sont prévues, est entrée en vigueur le 1er janvier 2011.

II. IMPOT SUR LE REVENU DES PERSONNES PHYSIQUES (IRS)

BOURSES DE FORMATION SPORTIVE

La limite prévue pour exclure de l'imposition les bourses de formation sportive est indexée à la valeur de l'indexant des aides sociales – IAS; (conformément à l'arrêté n. ° 1458/2009, du 31 décembre, cette valeur de l'IAS, pour l'année 2010, est de EUR. 419,22). Toutefois, de manière transitoire cette indexation est maintenue à la valeur de la rémunération minimum garantie en 2010 (soit EUR. 475) jusqu'à ce que l'IAS atteigne ce montant. Ainsi, la limite en cause sera, en 2011, de EUR. 2.375.

IDENTIFICATION FISCALE DES DEPENDANTS

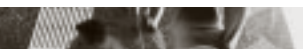
Consacre l'obligation d'identifier les dépendants dans la déclaration de l'impôt sur le revenu des personnes physiques (IRS), par le biais du numéro d'identification fiscale, indiqué pour l'application des abattements et des bénéfices fiscaux correspondants.

CONCEPT DE DEPENDANT

Les enfants, les adoptés et les majeurs, entre l'âge de 18 et 25 ans, qui, l'année d'imposition, accomplissent leur service militaire ou service civique, cessent d'être considérés comme des dépendants, ne faisant ainsi plus partie du ménage du contribuable.

CHARGES LIEES AUX MAISONS DE RETRAITE

L'indexation de la limite prévue pour les charges liées aux maisons de retraites (actuellement indexée sur le revenu minimum mensuel) est fixée sur l'IAS, pour le montant des revenus perçus par les ascendants et les collatéraux jusqu'au 3ème degré des contribuables en cause, en ce qui concerne l'abattement des charges liées aux maisons de retraite; toutefois, de manière transitoire, devra être considérée



comme limite la valeur de la rémunération mensuelle garantie en 2010 jusqu'à ce que l'IAS atteigne ce montant.

**ABATTEMENT
SPECIFIQUE
SUR LE TRAVAIL
DEPENDANT**

L'abattement spécifique des revenus du travail dépendant (Catégorie A), est indexé sur la valeur de l'IAS, même si, de manière transitoire, l'indexation sur la valeur de la rémunération minimum garantie en 2010 se maintient jusqu'à ce que l'IAS atteigne ce montant; ainsi, la limite de l'abattement spécifique indiqué pour 2011 sera de EUR. 4.104, sauf si les cotisations pour la sécurité sociale sont supérieures. Le montant indiqué pourra s'élever à EUR. 4.275, lorsque la différence résulte de cotisations pour des ordres professionnels ou des valeurs payées et non remboursables correspondant à des dépenses de formation professionnelle.

**PLUS-VALUES
IMMOBILIERES**

Précise que pour le calcul des plus-values liées à l'aliénation de biens immobiliers, la valeur de l'acquisition à prendre en compte dans le cas de biens immeubles acquis par l'exercice du droit d'option d'achat à la fin d'un contrat de location financière sera correspondant à la somme du capital inclus dans les loyers payés pendant la durée dudit contrat et la valeur payée lors de l'exercice du droit d'option, sans aucune charge.

**ABATTEMENT
SPECIFIQUE SUR
LES PENSIONS**

Les contributions obligatoires pour les régimes de protection sociale et les sous-systèmes légaux de santé sont déduites des revenus bruts des pensions (catégorie H) seulement sur la partie qui excède les abattements d'EUR. 6.000 ou de la valeur réduite pour les pensions de plus de EUR. 22.500 (la déduction de telles contributions n'était sujette à aucune limitation). En ce qui concerne les pensions d'une valeur annuelle brute supérieure à EUR. 22.500, la déduction spécifique d'EUR. 6.000 est réduite d'une valeur correspondant à 20% de la différence entre le montant de la pension effectivement perçue et EUR. 22.500 (cette déduction n'était applicable qu'aux revenus qui dépassaient EUR. 30.240 et le taux de réduction de 13%).

REPORT DES PERTES

Est modifiée la période pour le report des pertes dans les catégories B (revenus entrepreneuriaux ou professionnels), F (revenus fonciers) et G (plus-values immobilières et de propriété intellectuelle ou industrielle), qui était, de cinq à six ans, dépendant des circonstances, à une période unique de 4 ans.



ÉCHELONS ET TAUX GENERAUX

Sont actualisés les échelons des revenus imposables, de 2,2%, constatant, simultanément, une augmentation des taux généraux de l'IRS, qui comptera avec un taux minimum de 11,5% et maximum de 46,50%, de la manière suivante:

2010

Revenu imposable	Taux (en pourcentage)	
	Normal (A)	Moyen (B)
Jusqu'à € 4.793	11,08	11,080
De plus de € 4.793 à € 7.250	13,58	11,927
De plus de € 7.250 à € 17.979	24,08	19,179
De plus de € 17.979 à € 41.349	34,88	28,053
De plus de € 41.349 à € 59.926	37,38	30,944
De plus de € 59.926 à € 64.623	40,88	31,667
De plus de € 64.623 à € 150.000	42,88	38,049
Superieur à € 150.000	45,88	-

2011

Revenu imposable	Taux (en pourcentage)	
	Normal (A)	Moyen (B)
Jusqu'à € 4.898	11,50	11,500
De plus de € 4.898 à € 7.410	14,00	12,3480
De plus de € 7.410 à € 18.375	24,50	19,5990
De plus de € 18.375 à € 42.259	35,50	28,5860
De plus de € 42.259 à € 61.244	38,00	31,5040
De plus de € 61.244 à € 66.045	41,50	32,2310
De plus de € 66.045 à € 153.300	43,50	38,6450
Superieur à € 153.300	46,50	-

TAUX LIBERATOIRES

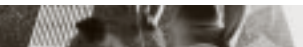
Les taux et toute autre forme de rémunération des apports de capitaux de type obligatoire effectués par les associés, ainsi que ceux qui sont dus, du fait, pour les associés, de ne pas retirer les bénéfices mis à leur disposition, actuellement englobés et assujettis obligatoirement aux taux généraux de l'IRS, sont désormais imposés au taux libératoire de 21,5%.

REMBOURSEMENT AUX RESIDENTS DE L'UE

Est consacré l'élargissement de l'application du régime de remboursement, total ou partiel, de l'IRS retenu ou payé, dont sont bénéficiaires les contribuables résidant dans un autre État-membre de l'UE, en ce qui concerne les charges dûment prouvées et nécessaires à l'obtention des revenus perçus en territoire portugais, aux revenus du travail dépendant, aux revenus des membres des organes statutaires des personnes morales, aux revenus du travail effectué à bord de navires et d'avions et aux revenus provenant de la propriété intellectuelle ou industrielle ; ce remboursement ne devra toutefois pas dépasser le montant des revenus en cause, ou, pour les revenus du travail dépendant, les limitations prévues pour les abattements spécifiques.

COMPTES DE TIERS NON IDENTIFIES

Il est prévu que les revenus sujets à des taux libératoires, lorsqu'ils sont payés ou mis à disposition sur des comptes ouverts au nom d'un ou plusieurs titulaires, mais pour le compte de tiers non identifiés,



sont retenus à la source à titre définitif, au taux de 30% ; sauf dans le cas où le bénéficiaire effectif est postérieurement identifié, dans ce cas les règles générales devront être appliquées.

TAUX SPECIAUX

Sont harmonisés les taux applicables aux revenus de capitaux perçus à l'étranger par des contribuables ayant leur résidence fiscale au Portugal – et dus par des entités non-résidentes sans l'intervention d'un agent payeur au Portugal –, étant désormais de tels revenus imposés, de manière autonome, à un taux de 21,5% (au lieu des 20% actuels).

HANDICAPES

De manière transitoire, les revenus bruts des catégories A (revenu du travail dépendant), B (revenus entrepreneuriaux et professionnels) et H (pensions) perçus par des contribuables handicapés seront considérés, pour l'IRS, seulement à hauteur de 90%, en 2011, la partie du revenu non imposable ne pouvant toutefois pas dépasser EUR. 2.500, par catégorie de revenu. Les limitations prévues pour les abattements relatifs à des contribuables handicapés qui jusqu'à présent étaient indexées au revenu minimum mensuel, sont aussi indexées à l'IAS; toutefois, la règle transitoire s'applique à cette indexation, selon laquelle la valeur du revenu minimum mensuel garanti en 2010 devra être considéré jusqu'à ce qu'il atteigne la valeur de l'IAS.

CONTRIBUTIONS POUR LA RETRAITE

Dans le cas des contributions payées pour la retraite, l'abattement de 25% du montant respectif dépend désormais du fait que le bénéfice soit garanti après l'âge de 55 ans et cinq années de durée du contrat, que la contribution ait été payée par le contribuable en question ou par un tiers, dès lors que, dans ce dernier cas, de tels montants aient fait l'objet d'une imposition justifiable comme revenu du contribuable, et limités à EUR. 65 (s'il s'agit de contribuables célibataires ou séparés), ou à EUR. 130 (s'il s'agit de contribuables mariés et non séparés) ; en ce qui concerne aussi bien l'abattement de ces contributions ou l'abattement de 25% des primes d'assurance-vie, la limite de 15% de l'abattement est maintenue.

LIMITES GENERALES A L'ABATTEMENT

Il est déterminé que, en général, les limites des abattements sont indexées à l'IAS, la valeur du revenu minimum garanti en 2010 continuant, toutefois, à être appliquée, jusqu'à ce que l'IAS atteigne ce montant.



IDENTIFICATION FISCALE

Les abattements ne pourront être effectués par les contribuables, que par le biais de l'identification fiscale des dépendants, ascendants, collatéraux ou bénéficiaires sur lesquels les abattements portent, et, aussi, moyennant l'identification, sur une facture émise conformément à la législation applicable, du contribuable ou du membre du ménage sur lequel portent de tels abattements, dans les cas qui impliquent une dépense.

ASSURANCES-VIE ET ACCIDENTS PERSONNELS

Les abattements relatifs aux primes des assurances-vie et d'accidents personnels sont éliminés, sauf pour celles qui concernent les contribuables handicapés et les contribuables ayant une profession physiquement difficile. Toutefois, le régime en vigueur se maintient en ce qui concerne les conditions de rachat et d'avance des assurances pour accidents personnels et les assurances-vie pour celles qui ont fait antérieurement l'objet d'abattements les années précédentes ainsi que pour la majoration dans le cas où les paiements ont été faits en dehors de ces conditions.

ASSURANCES DE SANTE, CONTRIBUTIONS POUR LES MUTUELLES ET IPSS ET CHARGES LIEES AUX ENERGIES RENOUVELABLES

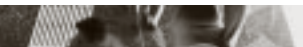
Les abattements relatifs à des assurances santé ou des contributions pour les mutuelles ou des institutions à but non lucratif qui ont pour objet l'exercice de soins de santé et aussi celles relatives aux charges encourues pour l'acquisition d'équipements d'énergies renouvelables sont prévus dans le statut des bénéfices fiscaux (EBF).

PENSIONS ALIMENTAIRES

L'abattement des valeurs concernant les charges encourues pour le versement de pensions alimentaires auxquelles le contribuable est obligé par décision judiciaire ou par accord homologué conformément à la loi civile, est limité mensuellement à 2,5 fois la valeur de l'IAS pour chaque bénéficiaire; dans ce cas, on devra prendre en compte la valeur de l'IAS effectif, la limite mensuelle applicable étant donc de EUR. 1.048,05.

DEPENSES DE SANTE, EDUCATION, FORMATION ET CHARGES AVEC DES MAISONS DE RETRAITE ET IMMEUBLES

Des limites maximales ont été fixées, à partir du 7ème échelon de revenus (le projet de loi ayant permis l'introduction de telles limites à partir du 3ème échelon), à l'ensemble des abattements prévus pour les dépenses de santé, les dépenses d'éducation et de formation, les charges liées aux maisons de retraite et les charges liées aux immeubles, comme suit:



Échelon du revenu imposable	Limite
Jusqu'à Eur. 4.898	sans limite
De plus de EUR. 4.898 à EUR. 7.410	sans limite
De plus de EUR. 7.410 à EUR. 18.375	sans limite
De plus de EUR. 18.375 à EUR. 42.259	sans limite
De plus de EUR. 42.259 à EUR. 61.244	sans limite
De plus de EUR. 61.244 à EUR. 66.045	sans limite
De plus de EUR. 66.045 à EUR. 153.300	1,666% du revenu imposable avec pour limite EUR. 1.100
Supérieur à EUR. 153.300	Eur. 1.100

FONDS DE
PENSIONS, PPR (PLAN
EPARGNE RETRAITE),
REGIME PUBLIC DE
CAPITALIZATION ET
AUTRES CHARGES

La somme des abattements qui découlent des bénéfices fiscaux, comme il en est notamment des contributions pour les fonds de pension et les plans d'épargne retraite (PPR), les contributions pour le régime public de capitalisation, les investisseurs de capital de risque, la réhabilitation urbaine, les charges liées à l'acquisition d'équipements d'énergies renouvelables, les dons, les assurances de santé, et les cotisations pour les mutuelles, sera également sujette à une limite maximale, en fonction du revenu imposable du contribuable:

Échelon de revenue imposable	Limite
Jusqu'à € 4.898	sans limite
De plus de € 4.898 à € 7.410	sans limite
De plus de € 7.410 à € 18.375	€100
De plus de € 18.375 à € 42.259	€80
De plus de € 42.259 à € 61.244	€60
De plus de € 61.244 à € 66.045	€50
De plus de € 66.045 à € 153.300	€50
Supérieur à € 153.300	€0



SOCIETE DE GESTION DE PATRIMOINE

Les sociétés de gestion de patrimoine résidentes en territoire portugais, avec un compte ouvert auprès d'entités d'enregistrement ou dépositaires, sont sujettes aux obligations de retenue à la source, du paiement et autres obligations déclaratives prévues pour ces dernières entités.

ASSUREURS, MUTUELLES ET IPSS (INSTITUTIONS PRIVEES DE SOLIDARITE SOCIALE)

L'obligation de déclaration annuelle à la Direction générale des impôts jusqu'à la fin du mois de février de chaque année, dans une déclaration suivant le formulaire officiel est consacrée pour les assureurs, les mutuelles, les institutions sans but lucratif qui ont pour objet l'exercice de soins de santé et toute autre entité qui puisse subventionner les dépenses de santé, en ce qui concerne l'année précédente : le montant des dépenses de santé non subventionnées et faisant l'objet d'un abattement de l'IRS du contribuable et de son ménage et les cotisations effectuées en faveur des mutuelles, des institutions sans but lucratif qui ont pour objet l'exercice de soins de santé et toute autre entité qui puisse subventionner les dépenses de santé.

MOBILISATION DE PPR

La pénalisation applicable aux cas de mobilisation anticipée des montants investis est modifiée, devant désormais être augmentée de 1% du montant versé à la collecte de l'année durant laquelle a eu lieu ce versement, même si initialement il avait été prévu une augmentation de 10% du montant versé. (actuellement les valeurs déduites sont ajoutées à la collecte de l'IRS de l'année en cause, avec une majoration de 10%, pour chaque année ou fraction écoulée depuis que le droit à abattement a été exercé).

PLUS-VALUES DES NON-RESIDENTS

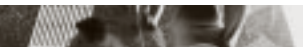
Les plus-values réalisées par des personnes physiques non résidentes domiciliées dans un pays, territoire ou région avec lesquels il n'y a pas de convention en vigueur évitant la double imposition internationale ou un accord sur l'échange d'informations en matière fiscale cessent de bénéficier de l'exonération de l'IRS.

ACTIONS DE PRIVATISATION

Le bénéfice fiscal applicable aux actions acquises au cours de privatisations est révoqué.

EMPRUNTS EXTERNES (SCHULDSCHIEDARLEHEN)

Il est prévu une exonération de l'IRS sur les taux d'intérêts des capitaux provenant de l'étranger, représentatifs de contrats d'emprunt



Schuldscheindarlehen (emprunts avec titre de reconnaissance de dette) célébrés par l'Institut de gestion de la trésorerie et du crédit public, I.P. (IGCP), au nom et en représentation de l'État portugais, dès lors que le créancier est non-résident sans établissement stable en territoire portugais auquel l'emprunt est imputé.

VALEURS
MOBILIERES DE
DETTE EMISES
PAR DES NON
RESIDENTS

Les revenus de valeurs mobilières représentatifs de la dette publique et non publique émises par des entités non-résidentes sont exonérés de l'IRS, s'ils sont perçus en territoire portugais conformément à la législation fiscale portugaise, et payés par l'État portugais en tant que garant des obligations assumées par des sociétés dont il est actionnaire conjoint avec d'autres États-membres de l'UE.

III. SECURITE SOCIALE

REPORT PARTIEL
DE LA NOUVELLE
ASSIETTE
CONTRIBUTIVE

Le délai de réglementation et d'entrée en vigueur pour la nouvelle assiette fiscale en ce qui concerne: les prestations pécuniaires relatives à la participation aux bénéfices de l'entreprise, les applications financières en faveur des travailleurs (telles que les assurances-vie, les fonds de pension, les plans d'épargne retraite et tout autre régime complémentaire de sécurité sociale) et les prestations correspondantes au résultat obtenu de l'entreprise, est élargi jusqu'au 1er janvier 2014 au moins.

REPORT DES
NOUVEAUX TAUX
CONTRIBUTIFS

Est également reporté, jusqu'au 1er janvier 2014, au moins, l'application des dispositions relatives à l'adéquation du taux contributif de l'entité patronale, actuellement de 23,75%, en fonction du type de contrat de travail célébré, dans les termes suivants: réduction de 1% (donc de 22,75%) du taux contributif, dans les contrats de travail à durée indéterminée et augmentation de 3% (donc de 26,75%) du taux contributif, dans les contrats de travail à durée déterminée.

DECLARATION
ELECTRONIQUE
D'EMBAUCHE

L'embauche de travailleurs, qui fait l'objet d'une communication obligatoire par les entités patronales à la sécurité sociale, est effectuée en ligne (par le biais du site internet de la Segurança Social Directa), dans les délais suivants: dans les 24 heures précédant la date à laquelle le contrat de travail commence à produire ses effets ;



ou dans les 24 heures suivant le début de l'activité, à chaque fois que pour des raisons exceptionnelles et dûment justifiées (célébration de contrats de travail d'une durée très courte, ou prestation de travail en roulements), la communication ne peut pas être effectuée dans le délai prévu dans le point précédent.

DECLARATION D'OFFICE DE CESSATION, DE SUSPENSION OU DE MODIFICATION

Il est encore prévu que les communications relatives à la cessation, à la suspension et à la modification de la modalité du contrat de travail, à effectuer par l'entité patronale à l'institution de la sécurité sociale compétente devront être considérées comme accomplies une fois qu'elles seront connues officiellement par le système de sécurité sociale.

DEPENSES DE REPRESENTATION

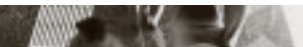
La norme d'imposition relative aux dépenses de représentation est modifiée, de manière à prendre en compte les valeurs effectivement dues au titre des dépenses de représentation, dès lors qu'elles sont prédéterminées et qu'il n'en a pas été rendu compte jusqu'à la fin de l'exercice.

GRATIFICATIONS

La norme d'imposition relative aux gratifications est aussi modifiée et concerne désormais les gratifications qui, de part leur importance et leur caractère régulier et permanent, doivent, selon les coutumes, être considérées comme faisant partie intégrante de la rémunération.

UTILISATION PERSONNELLE D'UN VEHICULE AUTOMOBILE

Il est établi à des fins de détermination de l'assiette (éliminant de ce fait le renvoi au régime prévu dans le Code de l'IRS), des règles spécifiques en matière d'utilisation personnelle d'un véhicule automobile, telles que l'exigence d'un accord écrit servant de support à l'utilisation du véhicule automobile par les travailleurs, sur lequel figure: l'affectation, en permanence, au travailleur d'un véhicule automobile en particulier; que les charges de ce véhicule et découlant de son utilisation sont intégralement supportées par l'entité patronale; et qu'il soit fait expressément mention de la possibilité pour le travailleur d'utiliser le véhicule à des fins personnelles ou la possibilité de l'utiliser pendant les 24 heures d'une journée, sauf si le travailleur n'est pas soumis à une obligation d'accomplir un horaire de travail fixe, cas dans lequel il n'est pas possible de déterminer le caractère personnel de l'utilisation.



USAGE PERSONNEL DU VEHICULE

Le concept d'usage personnel du véhicule englobe désormais les cas dans lesquels dans l'accord écrit il est affecté au travailleur, de manière permanente, un véhicule automobile spécifique, avec une mention expresse sur la possibilité d'utilisation pendant les jours de repos hebdomadaires ; sans toutefois prendre en compte les cas dans lesquels le travailleur accomplit un travail supplémentaire pendant, au moins, deux des jours de repos hebdomadaire obligatoires, ou pendant quatre jours de repos hebdomadaire obligatoires ou complémentaires. La valeur faisant l'objet d'imposition correspond, dans ces cas d'usage personnel, à 0,75% du coût d'acquisition du véhicule.

DEPENSES DE TRANSPORT

Est modifiée la règle d'imposition relative aux dépenses de transport, de manière à englober celles qui sont supportées par l'entité patronale pour payer les déplacements en faveur des travailleurs, dans la mesure où elles n'impliquent pas l'utilisation d'un moyen de transport mis à disposition par l'entité patronale ou qu'elles dépassent la valeur d'un titre de transport social ou lorsque celui-ci n'existe pas, ce qui découlerait de l'utilisation de transports collectifs, dès lors que la mise à disposition du moyen de transport ou l'attribution des dépenses ont un caractère général.

INDEMNISATION POUR CESSATION DE CONTRAT

L'indemnisation pour cessation du contrat de travail résultant d'un accord, fait partie de l'assiette d'imposition, seulement dans les cas où il y a lieu à l'attribution d'allocations chômage; par ailleurs, est exclu de l'assiette d'imposition, l'indemnisation pour cessation du contrat de travail dans les cas où n'a pas été effectué un préavis de fin du contrat et de résolution de la part du travailleur.

INDEMNITES DE DEPLACEMENT, INDEMNITES DE CAISSE, INDEMNISATION POUR CESSATION DE CONTRAT ET UTILISATION D'AUTOMOBILE PERSONNELLE

Il est établi que les limites prévues dans le Code de l'IRS pour la détermination de l'assiette des prestations relatives aux indemnités de déplacement, aux indemnités de caisse, indemnisation pour cessation du contrat de travail par accord et aussi celle perçue pour l'utilisation d'une automobile personnelle peuvent être sujettes à une majoration allant jusqu'à 50%, dès lors que l'augmentation découle de l'application, de manière générale, par l'entité patronale, d'une convention collective du travail.



NOUVELLE ASSIETTE GENERIQUE

Il est introduit une règle d'assiette générique, selon laquelle l'assiette imposable englobe désormais, en plus des prestations spécifiquement énumérées, toutes celles qui sont attribuées au travailleur de manière régulière, en espèce ou en nature, de forme directe ou indirecte, comme contrepartie de la prestation de travail.

REGULARITE DE LA PRESTATION

Le concept de la régularité de la prestation est défini comme englobant toute prestation étant un droit du travailleur préétabli selon des critères objectifs et généraux, même si conditionnels, de manière à ce que ce travailleur puisse compter avec sa perception, indépendamment de la fréquence de réception.

PRESTATAIRES DE SERVICES, PRODUCTEURS ET COMMERÇANTS

Les prestataires de services déclarent désormais la valeur totale des prestations de services effectuées aux personnes physiques qui n'ont pas d'activité entrepreneuriale; il est encore prévu que contrairement à la généralité des travailleurs indépendants, les producteurs et les commerçants ne sont pas obligés de déclarer annuellement les valeurs englobées dans l'activité exercée.

TAUX CONTRIBUTIFS DES TRAVAILLEURS INDEPENDANTS

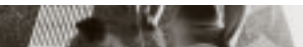
Le taux contributif des travailleurs indépendants est uniformisé, ce taux passant désormais à être aussi à la charge des prestataires de services à un taux de 29,6% (comme cela était déjà établi pour les producteurs et les commerçants).

TAUX CONTRIBUTIFS DES ENTITES CONTRACTANTES DE SERVICES

Le nouveau taux contributif de 5% à la charge de l'entité contractante de prestations de services ne sera dû que lorsque la même année civile, elle aura bénéficié de, au moins, 80% de la valeur totale de l'activité développée par un travailleur indépendant, n'incluant toutefois pas les travailleurs indépendants exonérés, ni ceux qui sont déjà englobés dans un système de sécurité sociale étranger.

EXIGIBILITE

L'obligation contributive des entités contractantes de prestations de services n'aura lieu qu'au moment où la sécurité sociale constate d'office la valeur des services qui lui ont été rendus, ce qui se vérifie avec le paiement de la cotisation en cause. Dans ce cas, les services d'inspection de l'autorité pour les conditions de travail ou les services d'inspection de l'institut de la sécurité sociale, I.P., pour confirmer la légalité de la situation.



**DATE LIMITE DE
PAIEMENT**

Les cotisations dues par les entités contractantes se réfèrent à l'année civile précédente, et le 20ème jour du mois a été fixé comme date limite pour le paiement des cotisations dues. Il est encore établi que les cotisations effectuées par les entités contractantes relèvent à des fins de registre des rémunérations du travailleur indépendant.

**ASSIETTE
DU TRAVAIL
INDEPENDANT**

Il est stipulé que l'assiette imposable des travailleurs indépendants inclus dans le régime de la comptabilité organisée est constituée par la valeur du bénéfice imposable, chaque fois celui-ci est inférieur à la valeur qui découle des coefficients déjà prévus (70% pour la prestation de services et 20% pour la production et la vente); cette valeur sera déterminée par l'institution de la sécurité sociale compétente, avec pour base les valeurs qui figurent sur les déclarations de revenus effectuées à des fins fiscales. Il est encore prévu l'introduction d'une limite minimale de l'assiette imposable de ces travailleurs, qui correspond au deuxième échelon (1,5 fois l'IAS, soit EUR. 628,83).

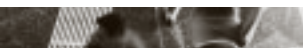
**EMPLOYES DE
BANQUES**

Les employés d'établissements bancaires en activité sont intégrés au régime général de la sécurité sociale des travailleurs employés, à des fins de protection de la parentalité, en ce qui concerne l'éventuelle maternité, paternité et adoption, et de protection de la vieillesse, prévoyant aussi qu'ils maintiennent la protection du régime de sécurité sociale des travailleurs employés pour les cas de maladie professionnelle et le chômage. Le taux contributif sera de 26,6% (23,6% pour l'entité patronale et 3% pour l'employé); dans le cas d'entités sans but lucratif, le taux contributif sera de 25,4% (22,4% pour l'entité patronale et 3% pour l'employé).

IV. IMPOT SUR LE REVENU DES PERSONNES MORALES (IRC)

**BENEFICES
DISTRIBUES A DES
NON RESIDENTS**

Le régime d'exonération relatif à des bénéfices distribués par des entités résidentes en territoire portugais à des entités résidentes dans un autre État-membre de l'UE ou de l'Espace Économique Européen (EEE), dans les conditions établies dans la directive "mères-filiales" (directive n.º 90/435/CEE), n'est désormais applicable qu'aux entités qui ont des parts sociales qui ne sont pas inférieures à 10% du capital de la société distributrice des bénéfices et indépendamment de la



valeur d'acquisition des parts respectives. Ainsi cette exonération n'est plus applicable aux parts sociales inférieures à 10%, même si la valeur respective de l'acquisition n'est pas inférieure à EUR. 20 millions.

CREANCE DOUTEUSE

Au delà des créances réclamées judiciairement, qui sont considérées comme des créances douteuses, cette qualification est aussi élargie aux créances réclamées par un tribunal arbitral, étant prévu qu'ainsi le risque d'insolvabilité soit aussi dans ces situations dûment justifié, les pertes correspondantes devant pour cela être acceptées et déductibles à des fins fiscales.

CREANCE IRRECOUVRABLE

Sont aussi considérées comme des créances irrécouvrables, pouvant être directement considérées comme des dépenses ou des pertes de la période d'imposition, les créances reconnues par décision d'un tribunal arbitral, en ce qui concerne les litiges émergeant de la prestation de services publics essentiels, définis conformément au régime juridique respectif ou les crédits prescrits, dont la valeur ne dépasse pas le montant de EUR. 750,00.

COMMUNICATION DE RECONNAISSANCE DE DEPENSE

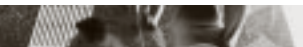
Il est aussi prévu dans cette matière que la déductibilité des crédits considérés comme non remboursables et des crédits de remboursement douteux, soit aussi dépendante de l'existence d'une preuve de communication au débiteur de la reconnaissance de la dépense à des fins fiscales, lequel doit reconnaître ledit montant comme un plus, à des fins d'établissement du bénéfice imposable.

CONTRIBUTION SUR LE SECTEUR BANCAIRE

Il est stipulé que la nouvelle contribution extraordinaire sur le secteur bancaire n'est pas déductible, pour la détermination du bénéfice imposable, même lorsqu'elle est comptabilisée comme dépense dans la période imposable.

MOINS-VALUES ET AUTRES PERTES DE CAPITAL

Il est prévu que les moins-values et toutes autres pertes relatives à des parts de capital ne font plus partie de la formation du bénéfice imposable, n'étant donc plus passibles d'abattement dans la partie qui correspond aux bénéfices distribués qui ont bénéficié, au cours des quatre dernières années, de l'application du régime d'élimination de la double imposition économique prévue dans le Code des impôts sur le revenu des personnes morales (IRC).



Il est encore prévu que l'application du régime de réinvestissement des valeurs de réalisation provenant des plus-values fiscales, découlant de la transmission monétaire de parts de capital, dépende uniquement du fait que les participations de capital vendues correspondent à, au moins, 10% du capital social de la société participative, n'étant plus pris en compte pour l'application de ce régime les valeurs respectives d'acquisition (actuellement de, au moins, EUR. 20 millions). Le régime de réinvestissement des valeurs de réalisation de parts de capital cesse ainsi d'être applicable aux plus values collectées dans la vente des parts sociales inférieures à 10%, et dont la valeur d'acquisition, est soit égale ou supérieure à EUR. 20 millions.

REINVESTISSEMENT
DE VALEURS DE
REALISATION DE
PARTS DE CAPITAL

Les entités qui possèdent directement une participation inférieure à 10% du capital de la société distributrice cessent de bénéficier du régime d'élimination de la double imposition économique sur les bénéfices distribués, et ce indépendamment de savoir si la valeur respective d'acquisition est égale ou supérieure à EUR. 20 millions, ce qui n'est pas non plus pris en compte pour l'application de ce régime. Ainsi, seules les parts possédées de capital de la société qui distribue des dividendes, égales ou supérieures à 10%, bénéficient du régime d'élimination de la double imposition économique sur les dividendes distribués, se maintiennent toutefois les autres exigences.

ELIMINATION
PARTIELLE DE
LA DOUBLE
IMPOSITION
ÉCONOMIQUE

Le régime d'élimination partielle de la double imposition économique, correspondant à 50% des bénéfices distribués est révoqué, dans les cas où les exigences pour l'application de la déduction intégrale ne se vérifient pas; ainsi, les dividendes perçus de parts détenues pour lesquels les exigences pour l'application de la déduction intégrale ne se vérifient pas sont désormais intégralement imposables.

ELIMINATION DE LA
DOUBLE IMPOSITION
ÉCONOMIQUE EN
SGPS

Finalement, il est déterminé que l'élimination intégrale de la double imposition dépend seulement de l'imposition effective des revenus ayant pour origine les bénéfices distribués, indépendamment de savoir si l'entité qui les perçoit, est ou non une société de gestion de parts sociales (SGPS).

CERTIFICATION
DES PERTES
FISCALES

Il a été proposé que l'abattement des pertes fiscales constatées lors d'un exercice déterminé dépende d'une certification légale des comptes par un comptable officiel, conformément aux termes et aux conditions à définir par arrêté du ministre des finances. Toutefois,



dans la présente loi, seule l'exigence de certification légale des comptes par un comptable officiel lors de la troisième année a été approuvée, dans le cas où les sociétés commerciales déduisent les pertes fiscales en deux périodes d'imposition consécutives.

PERTES FISCALES EN CAS DE MODIFICATION DE L'OBJET SOCIAL

À chaque fois que sont en cause des pertes fiscales relatives à la période qui précède immédiatement celle où a eu lieu les modifications de l'objet social de l'entité, de la nature de l'activité précédemment exercée ou du propriétaire d'au moins 50% du capital social ou de la majorité des droits de vote, et que cette modification intervient avant le terme du délai de dépôt de la déclaration de revenus modèle 22, la requête pour demander le maintien des pertes pourra être présentée dans les quinze jours suivant le terme du délai de dépôt de la déclaration indiquée ou de la date du dépôt respectif, si effectué antérieurement, étant prévu dans ce cas que la norme qui préconise cette modification ait une nature interprétative.

REPORT DES PERTES ET DES MOINS-VALUES

Est réduit de six à quatre exercices la période de report des pertes fiscales et des moins-values constatées par des personnes morales qui n'exercent pas à titre principal, une activité commerciale, industrielle ou agricole, comme c'est le cas depuis 2010 pour les personnes morales qui exercent à titre principal une activité commerciale, industrielle ou agricole.

FUSIONS ET SCISSIONS TRANSFRON- TALIERES

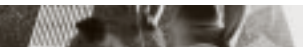
L'application du régime de neutralité fiscale, actuellement applicable aux associés de sociétés fusionnées ou scindées, est élargi aux autres opérations de fusion et de scission prévues dans la directive "fusions-sciissions" (directive n. ° 2009/133/CE).

TAUX DES ENTITES QUI N'EXERCENT PAS D'ACTIVITES DE NATURE COMMERCIALE, INDUSTRIELLE OU AGRICOLE

Le taux d'imposition du revenu global des entités, ayant leur siège ou leur direction effective en territoire portugais qui n'exercent pas à titre principal d'activités de nature commerciale, industrielle ou agricole, est augmenté de 20% à 21,5%.

TAUX SUR LES REVENUS DE TITRE DE DETTE ET DE CAPITAUX DE NON-RESIDENTS

Est également augmenté de 20% à 21,5%, le taux applicable aux revenus de titres de dette et tout autres revenus de capitaux, qui n'ont pas été expressément imposés à un taux différent, obtenus par des entités qui n'ont ni leur siège ni leur direction effective au Portugal et qui n'y possèdent pas un établissement stable qui puissent être imputables.



RETENUE DANS
DES ORGANES
STATUTAIRES

Pour l'imposition des rémunérations perçues en qualité de membre d'organes statutaires de personnes morales et toutes autres entités, le taux de retenue à la source est aussi augmenté de 20% à 21,5%.

RETENUE SUR DES
COMPTES DE TIERS
NON IDENTIFIES

Il est encore prévu que soient désormais imposables, au taux de retenue à la source, à titre définitif, de 30%, les revenus de capitaux versés ou mis à disposition sur des comptes ouverts au nom d'un ou plusieurs titulaires pour le compte de tiers non identifiés, sauf dans les cas où le bénéficiaire effectif est identifié, et dans ce cas seront alors appliquées les règles générales.

RETENUE SUR
DES VALEURS
MOBILIERES
ENREGISTREES OU
DEPOSEES

Finalement, est consacrée l'obligation d'effectuer la retenue à la source sur les revenus de valeurs mobilières sujettes à enregistrement ou à dépôt, émises par des entités résidentes en territoire portugais, dont la responsabilité incombe aux entités d'enregistrement ou dépositaires. En ce qui concerne les revenus payés ou mis à disposition par des sociétés de gestion de patrimoine résidentes en territoire portugais, avec un compte ouvert conformément aux termes du n.º 1 de l'article 5 du décret-loi n.º 163/94, du 4 juin, auprès d'entités d'enregistrement ou dépositaires, cette obligation sera aussi de leur responsabilité.

IMPOSITION
AUTONOME DE
10% POUR LES
DEPENSES LIEES
AUX VEHICULES

Sont désormais imposées de manière autonome, au taux de 10%, les charges encourues ou supportées par les contribuables non exonérés subjectivement et qui exercent à titre principal une activité commerciale, industrielle ou agricole, avec des véhicules de tourisme ou mixtes, dont la valeur d'acquisition est égale ou inférieure à la valeur de la limite acceptée fiscalement et prévue dans l'arrêté n.º 467/2010, du 7 juillet, ayant été fixée pour l'exercice de 2011 à la valeur de EUR. 30.000,00 et après 2012 au montant de EUR. 25.000,00; en conséquence, il est prévu une augmentation du taux d'imposition autonome de 5% à 10% prévu pour les charges relatives à des véhicules de tourisme ou mixtes dont les niveaux d'homologation d'émission de CO₂ sont inférieurs à 120 g/Km, dans le cas où ils sont motorisés à l'essence, et inférieurs à 90 g/Km, dans le cas où ils sont motorisés au gasoil, étant prévue ainsi l'élimination, en matière d'imposition autonome, de la discrimination positive des véhicule moins polluants.



IMPOSITION
AUTONOME DE
20% SUR LES
DEPENSES LIEES
AUX VEHICULES

D'un autre côté, il est prévu que les charges encourues ou supportées par les contribuables qui ne sont exonérés subjectivement et qui exercent à titre principal une activité de nature commerciale, industrielle ou agricole, avec des véhicules de tourisme ou mixtes, dont la valeur d'acquisition est supérieure aux valeurs limites acceptées fiscalement (indiquées ci-dessus) soient sujettes à une imposition autonome au taux de 20%, indépendamment du fait que soient constatées des pertes fiscales pendant les deux exercices d'imposition précédant l'exercice en cause.

IMPOSITION
AUTONOME
AGGRAVEE SUR
LES CAS DE PERTES
FISCALES

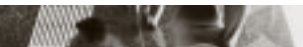
Finalement, sont élevés de 10 points de pourcentage, tous les taux d'imposition autonome prévus pour l'IRC, en ce qui concerne les contribuables qui présentent des pertes fiscales dans la période d'imposition pour tous les faits imposables sujets à une imposition autonome.

NOUVELLE LIMITE
GENERALE AUX
BENEFICES FISCAUX

Une nouvelle augmentation est consacrée en ce qui concerne la limite d'utilisation des bénéfices fiscaux, par la voie de l'imposition de l'IRC liquidé à 90% (actuellement 75%) du montant qui devrait être collecté en l'absence de l'application de bénéfices fiscaux et de régimes fiscaux spéciaux, étant établi toutefois que ne sont pas pris en compte pour le calcul de ladite limite, les bénéfices fiscaux qui : ont un caractère contractuel ; résultent du système d'incitations fiscales pour la recherche-développement des entreprises II (SIFIDE II) ; sont applicables à des zones franches ; opèrent sur la réduction de taux ; visent la création d'emploi ; ou découlent du régime applicable aux sociétés de gestion de parts sociales, à des sociétés de capital-risque et aux investisseurs de capital-risque ; découlent de l'application du mécanisme d'élimination de la double imposition économique des bénéfices distribués par des sociétés résidentes dans les pays africains de langue officielle portugaise et dans la République démocratique du Timor Oriental.

RETENUE SUR LES
BENEFICES A DES
RESIDENTS DE L'UE
OU DE L'EEE

Il est prévu que dans le cas où les bénéfices ont été payés ou mis à disposition par une société résidente en territoire portugais, assujettie et non exonérée de l'IRC ou assujettie à l'impôt spécial de jeu, en faveur d'entités résidentes dans un autre État membre de l'UE ou de l'EEE (dans ce dernier cas, dès lors qu'il ya une obligation de



coopération administrative en matière fiscale équivalente à celle établie dans l'UE), il puisse y avoir lieu à remboursement de l'impôt retenu et payé, pour la partie qui est supérieure à ce qui découlerait de l'application des taux généraux de l'IRC et autres impôts étatiques, ayant pris en considération tous les revenus perçus par ces entités, y compris ceux perçus en territoire portugais.

REQUETE DE REMBOURSEMENT

Il est prévu qu'un tel remboursement dépende de la présentation d'une requête élaborée par l'entité bénéficiaire, adressée aux services compétents de la Direction générale des impôts, et qui doit être présentée dans un délai de deux ans à compter de la fin de l'année civile suivant celle pendant laquelle a été vérifié le fait imposable, devant à cet effet être fait preuve que l'entité bénéficiaire remplit les conditions établies dans l'article 2 de la directive n.º 90/435/CE.

REMBOURSEMENT ET TAUX D'INTERETS D'INDEMNISATION

La restitution citée de l'impôt devra être effectuée jusqu'à la fin du troisième mois suivant celui de la présentation des éléments et des informations indispensables pour faire preuve des conditions et des critères légalement exigés, après quoi le taux identique à celui appliqué aux taux d'intérêt compensatoires en faveur de l'État devra être ajouté à la valeur à restituer en taux d'intérêts d'indemnisation.

ACOMPTE PROVISIONNEL SPECIAL (PEC) SUR LES BANQUES ET LES ASSURANCES

Le concept de "volume d'affaires" est élargi, à des fins de calcul du PEC, des banques, des sociétés d'assurance et toutes autres entités du secteur financier, pour lesquelles est prévue l'application de plans de comptabilité spécifiques, aux commissions des contrats d'assurance et des opérations considérées comme des contrats d'investissement ou des contrats de prestation de services.

SUPPORT DOCUMENTAIRE NUMERIQUE

Les supports numériques cessent d'être considérés comme une reproduction conforme des documents qui ne sont pas des documents authentiques et authentifiés.

SUPPORT DOCUMENTAIRE ELECTRONIQUE

Est aussi consacrée la possibilité d'archivage, sur un support électronique, des factures ou de tout autre document équivalent, des reçus de ventes ou de tout autre document ayant un intérêt fiscal, émis par le contribuable, dès lors qu'ils sont élaborés sur ordinateur.



ABATTEMENT DES PROGRAMMES ET DES ÉQUIPEMENTS DE FACTURATION

Les dévalorisations exceptionnelles découlant de l'abattement, dans les années 2010 ou 2011, de programmes et d'équipements informatiques de facturation, qui sont substitués comme conséquence de l'exigence de certification du logiciel de facturation, seront considérées comme des pertes pour dépréciation, le contribuable étant de ce fait dispensé de l'obligation de présenter un exposé justifié des faits qui sont à l'origine de telles dévalorisations exceptionnelles, cessant donc d'exister la nécessaire acceptation de la Direction générale des impôts.

ACQUISITION DE PROGRAMME ET D'ÉQUIPEMENTS DE FACTURATION

De plus, il est établi que les dépenses pour l'acquisition, pendant les exercices de 2010 ou de 2011, de programmes et d'équipements informatiques de facturation certifiés seront considérées comme des dépenses fiscales, dans la période d'imposition où elles ont été réalisées.

REGIME SPECIAL D'IMPOSITION DES GROUPES DE SOCIÉTÉS

La détermination du bénéfice imposable du groupe qui est la somme numérique des bénéfices et des pertes fiscales, constatés dans les déclarations périodiques individuelles de chacune des sociétés appartenant au groupe, cesse d'être corrigée par la partie des bénéfices distribués entre les sociétés du groupe qui est inclus dans les assiettes individuelles.

CREATION NETTE D'EMPLOI

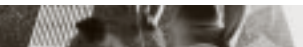
Il est prévu que la limitation de l'utilisation de ce bénéfice fiscal pour la création d'emploi, en une seule fois, par travailleur, n'affecte seulement que les cas dans lesquels le travailleur a déjà été préalablement admis dans cette entité ou dans une autre entité avec laquelle il se trouve dans une situation de relations spéciales (tel que ce concept est défini en matière de prix de transfert).

PLUS-VALUES DE NON RESIDENTS

Les plus-values réalisées par des entités non résidentes domiciliées dans un pays, dans un territoire ou dans une région avec laquelle n'est pas en vigueur une convention pour éviter la double imposition internationale ou un accord sur l'échange d'informations en matière fiscale cessent de bénéficier de l'exonération de l'IRC.

SGPS, SCR ET ICR

Il est déterminé que la suppression de la double imposition des bénéfices distribués dans la sphère des SGPS, des sociétés de



capital-risque (SCR) et des investisseurs de capital-risque (ICR) est dépendante désormais de l'accomplissement de l'exigence relative à la participation minimale de 10% du capital social de la société qui distribue les bénéfices.

TRANSPORTS
PUBLICS
ROUTIERS DE
PASSAGERS ET DE
MARCHANDISES

Est maintenue pour l'exercice de 2011, l'exonération d'imposition de la différence positive entre les plus et les moins-values découlant de la transmission onéreuse de véhicules affectés au transport routier de passagers (transports publics et taxis) et de marchandises, en cas de réinvestissement de la totalité de la valeur de réalisation pour l'acquisition de véhicules neufs, moyennant la vérification de conditions prédéterminées.

ACTIONS ACQUISES
AU COURS DE
PRIVATISATIONS

Le bénéfice fiscal découlant de l'imposition de seulement 50% des dividendes des actions acquises au cours de procédures de privatisations effectuées jusqu'à la fin de l'année 2002, est révoqué.

EMPRUNTS SUR DES PME

Il est prévu que seront déductibles, à des fins fiscales, les taux d'intérêt et toutes autres formes de rémunération de capitaux de type obligataire et d'emprunts faits par les associés à des petites et moyennes entreprises (PME), dont le montant est fixé en prenant pour base le taux EURIBOR à 12 mois du jour de la constitution de la dette, plus un spread jusqu'à 6%, n'étant ainsi seulement non déductible la partie dépassant cette limite.

REMUNERATION
CONVENTIONNELLE
DU CAPITAL SOCIAL

Il est établi que le bénéfice fiscal d'abattement, à des fins de détermination du bénéfice imposable pour l'IRC, d'un montant correspondant à la rémunération conventionnelle du capital social dans le contexte d'opérations de constitution ou de l'augmentation du capital social d'entreprises qui se caractérisent comme des PME, est applicable, dans des termes identiques à ceux du régime en vigueur, dans les années de 2011 à 2013.

EMPRUNTS EXTERNES
(SCHULDSCHEINDARLEHEN)

Les taux d'intérêt de capitaux provenant de l'étranger, représentatifs de contrats d'emprunt *Schuldscheindarlehen* (emprunts avec un titre de reconnaissance de dette), célébrés par l'IGCP, dans des termes identiques à ceux décrits ci-dessus pour l'IRS, sont exonérés d'IRC.

VALEURS MOBILIERES
REPRESENTATIVES DE
LA DETTE EMISE POUR
DES NON-RESIDENTS

Il est prévu que les revenus des valeurs mobilières représentatives de la dette publique et non publique, émise par des entités



non-résidentes, qui sont considérés comme perçus en territoire portugais conformément au Code de l'IRC, bénéficient d'exonération de l'IRC, quand ils sont payés par l'État portugais, comme garant d'obligations assumées par des sociétés dont il est actionnaire conjointement avec d'autres Etats-membres de l'UE; en termes subjectifs, cette exonération devra s'appliquer aux bénéficiaires effectifs qui remplissent les exigences prévues dans le régime spécial d'imposition des revenus des valeurs mobilières représentatives de dette.

REPORT DES VALEURS MOBILIERES

Les gains obtenus par des institutions financières non résidentes dans la réalisation d'opérations de report de valeurs mobilières effectuées avec des institutions de crédit non résidentes, bénéficient d'une exonération de l'IRC, dès lors que les gains ne sont pas imputables à un établissement stable de ces institutions situé en territoire portugais.

REGIME FISCAL D'AIDE A L'INVESTISSEMENT

La durée d'application du régime fiscal d'aide à l'investissement (RFAI) est prorogée jusqu'au 31 décembre 2011, sans modifications para rapport au régime en vigueur.

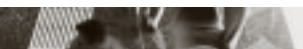
V. TAXE SUR LA VALEUR AJOUTEE

TAUX NORMAL

Il est prévu l'augmentation du taux normal de 21% à 23%, sur le continent et de 15% à 16%, dans les régions autonomes.

MODIFICATIONS A LA LISTE I (TAUX REDUIT)

Dans le contexte du projet de loi, il était prévu l'application du taux normal de la taxe sur la valeur ajoutée (IVA), aux biens et services suivants (actuellement imposables au taux réduit de 6% sur le continent, et de 4% dans les régions autonomes): desserts de soja; prestations de services effectuées par des avocats et des juristes à des retraités; prestations de services effectuées par des avocats et des juristes à tout intéressé, dans des procès sur l'état des personnes; pratique d'activités sportives; laits chocolatés, aromatisés, vitamines ou enrichis; boissons et desserts laitiers; sodas, jus et nectars de fruits ou de légumes; feuilletés et toutes autres publications non périodiques de nature culturelle, éducative, récréative et sportive; et, équipements destinés à la lutte et à la détection des incendies. Cette proposition représenterait une augmentation de 17%, sur le continent, du taux de TVA actuellement applicable aux biens et services cités ci-dessus et de 12% dans les



régions autonomes. Cependant, de l'ensemble initialement proposé, seules les biens et services suivants seront taxés au taux normal de TVA (se maintenant ainsi, les restants taxés au taux réduit): feuillets et toutes autres publications non périodiques de nature culturelle, éducative, récréative et sportive, brochés ou reliés, sauf: a) les livrets destinés à collectionner les images, les décalcomanies, les estampes ou les gravures; b) les livres et les feuillets à caractère pornographique ou obscène; c) les œuvres recouvertes en cuir, en tissus de soie, ou du même type; d) calendriers, emploi du temps, agendas et cahiers d'écriture; e) feuillets ou affiches promotionnelles ou publicitaires, y compris ceux touristiques, les itinéraires ou les cartes routières et des localités; f) cartes postales illustrées; e aussi les ustensiles et tout autre équipement exclusivement ou principalement destinés à la lutte ou à la détection des incendies.

**MODIFICATIONS
A LA LISTE II
(TAUX INTERMEDIAIRE)**

Il était proposé aussi dans le projet de loi pour le budget de l'Etat de 2011, l'application du taux normal de la TVA aux biens suivants (actuellement taxés au taux intermédiaire de 13%, sur le continent, et de 9% dans les régions autonomes): boîtes de conserve de viande, de poissons et de mollusques; boîtes de conserve de fruits, compotes, gelées, marmelades ou pâtes; boîtes de conserve de produits horticoles; huiles alimentaires; margarines d'origine animale et végétale; apéritifs à base de produits horticoles et de graines; apéritifs ou snacks à base de maïs et de blé, ou de fécule de pomme de terre, dans des emballages individuels; fleurs à couper, feuillages décoratifs pour la décoration et les compositions florales décoratives; et, plantes d'ornementation. Cette proposition représenterait une augmentation de 10%, sur le continent, du taux de TVA actuellement applicable aux biens cités ci-dessus et de 7%, dans les régions autonomes; il faut souligner cependant que les prestations de services d'alimentation et de boissons continueront à être taxées au taux intermédiaire, de 13%, sur le continent, et de 9%, dans les régions autonomes. Toutefois, avec l'approbation de la loi pour le budget de l'Etat de 2011, de l'ensemble initialement prévu, seuls les biens suivants seront taxés au taux normal de TVA (maintenant ainsi les restants taxés au taux intermédiaire): fleurs à couper, feuillages pour la décoration et compositions florales décoratives, sauf les fleurs et les feuillages séchés et ceux qui sont séchés et teints, et aussi les plantes ornementales.



SAISIE DE CREANCES DE TVA

Il est prévu que les créances de TVA, pouvant actuellement faire l'objet de saisies, ce n'est que lorsqu'elles sont offertes à la saisie par le contribuable, qu'elles peuvent être saisies de manière coercitive quand elles prennent la forme de remboursements confirmés et communiqués, conformément au texte qui régleme la collecte et les remboursements d'impôt.

RESTITUTION DE LA TVA A L'EGLISE CATHOLIQUE ET A L'IPSS

Il était proposé dans le projet de loi du budget de l'État de 2011 la révocation du régime de restitution de la TVA à l'église catholique et à l'IPSS, en ce qui concerne certaines importations et acquisitions de biens et de services, notamment relativement à la TVA supportée pour les acquisitions de biens ou services en rapport avec la construction, l'entretien et la conservation des immeubles utilisés pour l'exécutions des fins statutaires; toutefois, à la suite du budget approuvé, on a opté pour le maintien de cette possibilité de restitution de la TVA pour l'église catholique. Il est établi, cependant, que la révocation de la possibilité pour la Sainte Maison de la Miséricorde et des IPSS, de pouvoir demander la restitution de la TVA, en maintenant, toutefois, ce droit, en ce qui concerne pour certaines opérations en cours au 31 décembre 2010 et dans le contexte de certains programmes, mesures et actions faisant l'objet d'un cofinancement public.

VI. IMPOT MUNICIPAL SUR LES IMMEUBLES

RESIDENTS DANS DES PARADIS FISCAUX

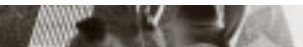
Est augmenté le taux de l'impôt municipal sur les immeubles (IMT) actuellement applicable aux immeubles qui sont la propriété d'entités qui ont leur domicile fiscal dans un territoire sujet à un régime fiscal plus favorable, antérieurement de 1% ou de 2%, est réintroduit le taux de 5%.

ENTITES RESPON- SABLES DU RESEAU PUBLIC DES ECOLES

Sont exonérées d'IMI les entreprises publiques responsables du réseau public des écoles, en ce qui concerne les immeubles destinés directement ou indirectement à la réalisation de leurs fins.

ÉDIFICES AYANT UNE VALEUR PATRIMONIALE REDUITE

L'exonération de l'IMI applicable aux édifices ruraux et urbains ayant une valeur patrimoniale réduite, appartenant à des contribuables à bas revenus, est aussi indexée au IAS; ainsi, l'exonération sera applicable à des édifices ruraux et urbains appartenant à des contribuables dont le



revenu brut total du ménage, englobe pour l'IRS, n'est pas supérieur au double de la valeur de l'IAS et dont la valeur patrimoniale imposable globale ne dépasse pas dix fois la valeur annuelle de l'IAS (EUR. 4.192,20). Dans la pratique, l'indexation citée ne sera applicable que lorsque le montant actuel de l'IAS (EUR. 419,22) atteindra la valeur de la rémunération minimale nationale en vigueur en 2010 (EUR. 475).

FONDS D'INVESTISSEMENT IMMOBILIERS FERMES

Une exonération totale d'IMI est concédée pour les immeubles intégrés dans des fonds d'investissement immobilier (FII) fermés; toutefois, l'exonération est désormais limitée aux fonds d'investissement immobilier dont l'émission des unités de participation respectives après avoir revu la nature d'offre de souscription publique; ainsi, le critère de la nature qualifiée des investisseurs/participants est réintroduit, alors qu'il avait été abandonné pour la loi du budget de 2010.

VII. IMPOT MUNICIPAL SUR LES TRANSMISSIONS A TITRE ONEREUX D'IMMEUBLES

IMMEUBLES CLASSES

Les acquisitions d'immeubles classés d'intérêt national, d'intérêt public ou d'intérêt municipal sont exonérées d'IMT en fonction de leur classification individuelle.

IMMEUBLES POUR HABITATION

Les échelons des taux d'IMT applicables à l'acquisition d'immeubles destinés à l'habitation, sont actualisés comme suit:

2010

Valeur sur laquelle s'applique l'IMT	taux de pourcentage	
	marginal	Moyenne
Jusqu'à 90.418	0	1,0000
De plus de 90.418 à 123.682	2	1,2689
De plus de 123.682 à 168.638	5	2,2636
De plus de 168.638 à 281.030	7	4,1578
De plus de 281.030 à 538.978	8	-
Superior a 538.978	6 (taux unique)	

(*) Dans la limite supérieure de l'échelon

2011

Valeur sur laquelle s'applique l'IMT	taux de pourcentage	
	marginal	Moyenne
Jusqu'à 92.407	0	1
De plus de 92.407 à 126.403	2	1,2663
De plus de 126.403 à 172.348	5	2,2636
De plus de 172.348 à 287.213	7	4,1578
De plus de 287.213 à 550.836	8	-
superior a 550.836	6 (taux unique)	

(*) Dans la limite supérieure de l'échelon

CESSATION DE L'EXONERATION

Ils cessent de bénéficier de l'exonération de l'IMT et aussi de l'application des taux réduits applicables à l'habitation, lorsque les immeubles ne seront pas affectés à la résidence personnelle et permanente dans un délai de six mois à compter de la date d'acquisition.



IMMEUBLES POUR HABITATION PERSONNELLE ET PERMANENTE

La valeur exonérée d'IMT est actualisée de EUR. 90.418,00 à EUR. 92.407,00, dans le barème relatif à la transmission d'immeubles destinés exclusivement à l'habitation personnelle et permanente, dans les termes suivants:

2010

Valeur sur laquelle s'applique l'IMT	taux de pourcentage	
	marginal	Moyenne
Jusqu'à 90.418	0	0
De plus de 90.418 à 123.682	2	0,5379
De plus de 123.682 à 168.638	5	1,7274
De plus de 168.638 à 281.030	7	3,8361
De plus de 281.030 à 561.960	8	-
Superior a 561.960	6 (taux unique)	

(*) Dans la limite supérieure de l'échelon

2011

Valeur sur laquelle s'applique l'IMT	taux de pourcentage	
	marginal	Moyenne
Jusqu'à 90.407	0	0
De plus de 92.407 à 126.403	2	0,5379
De plus de 126.403 à 172.348	5	1,7274
De plus de 172.348 à 287.213	7	3,8361
De plus de 287.213 à 574.323	8	-
superior a 574.323	6 (taux unique)	

(*) Dans la limite supérieure de l'échelon

DATION EN PAIEMENT A DES INSTITUTIONS DE CREDIT

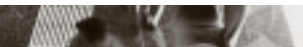
Dans le cas d'une dation en paiement effectuée para un débiteur personne physique, l'institution de crédit peut désormais demander la suspension du paiement de l'IMT (au lieu de procéder à son paiement et à son remboursement postérieur) dès lors que l'exonération est reconnue par le ministre des finances; dans les cas où la suspension de l'impôt a été demandée et la demande d'exonération n'a pas été acceptée; des intérêts compensatoires seront dus dans un délai de 180 jours.

REGIONS ECONOMIQUEMENT LES PLUS DEFAVORISEES

Malgré la proposition de révocation de l'exonération applicable aux acquisitions de biens situés dans des régions économiquement les plus défavorisées, effectuées par des sociétés commerciales ou civiles sous la forme commerciale, qui se destinent à l'exercice, dans ces régions, d'activités agricoles ou industrielles considérées comme ayant un intérêt économique et social supérieur, on a finalement opté pour le maintien de l'exonération en cause.

COPROPRIETE

Même s'il a été proposé l'application du taux respectif à chaque valeur, dans les cas de transmission totale ou partielle d'immeubles, dans lesquels l'acquéreur est copropriétaire et aura payé l'impôt lors de l'acquisition, mais on a finalement maintenu l'application du taux correspondant à la totalité de la transmission.



CESSATION ET PRESCRIPTION

Dans les cas où il n'est pas obligatoire de signer un acte notarié, les délais de cessation et de prescription se comptent à partir de la date de la demande de registre foncier.

PARTAGES

Dans les partages judiciaires et extrajudiciaires, l'IMT devra être payé dans les 30 jours suivants l'acte au lieu des 30 jours postérieurs à la notification.

EXONERATION DANS L'OPTION D'ACHAT DANS UNE LOCATION FINANCIERE

Il est prévu la clarification des conditions d'application de l'exonération de l'IMT offerte aux transmissions de biens immeubles, en faveur du locataire financier; l'exonération sera, dorénavant applicable seulement lorsque l'acquisition est le résultat de l'exercice du droit d'option d'achat prévu dans le contrat de location financière.

TAUX REDUIT POUR LA LOCATION FINANCIERE

Dans le contexte du régime fiscal applicable à la location financière, le taux réduit de 4%, applicable à l'acquisition de certains types d'immeubles destinés aux industries représentant un intérêt pour le développement économique du pays, est révoqué.

REMBOURSEMENT PAR LE MINISTRE DES FINANCES

La révocation du mécanisme qui permet au contribuable de demander au ministre des finances le remboursement de l'impôt payé indûment, dans un délai de 4 ans après la liquidation, indépendamment de l'annulation de la liquidation a été proposée, mais finalement, on a opté pour le maintien de la norme citée.

FONDS D'INVESTISSEMENT IMMOBILIERS FERMES

L'exonération totale d'IMT est réintroduite, comme pour l'IMI, applicable à l'acquisition d'immeubles intégrés dans des FII fermés; toutefois, l'exonération sera désormais limitée aux fonds d'investissement immobilier, dont l'émission des unités de participation respectives après avoir revu la nature d'offre de souscription publique; ainsi, le critère de la nature qualifiée des investisseurs/participants est réintroduit, (alors qu'il avait été abandonné pour la loi du budget de 2010).

VIII. DROIT DE TIMBRE

NAISSANCE DE L'OBLIGATION FISCALE

Il est prévu que lorsque sont en cause des actes, des contrats, des documents, des titres, des papiers et autres faits prévus dans le barème général sur le droit de timbre (IS), pour lesquels n'interviennent



ni des personnes morales ni des personnes physiques dans l'exercice d'une activité commerciale, industrielle ou de prestation de services (c'est à dire pour lesquels n'interviennent que des personnes physiques à titre personnel), le droit de timbre est dû, seulement, lorsque de tels actes sont présentés devant notaire, officier des registres civil, commercial, foncier et pour d'autres biens dont le registre est obligatoire, d'autres entités publiques, y compris les établissements et les organismes d'État, ainsi que pour les entités ou les professionnels qui authentifient des documents propres (par rapport à des actes, des contrats et d'autres faits dans lesquels il sont intervenants); le droit de timbre ne s'applique pas aux actes, aux contrats et aux documents signés devant notaire pour des crédits et des garanties offertes par des institutions de crédit, des sociétés financières ou d'autres entités légalement assimilées et par toute autre institution financière.

EMPRUNTS
AYANT DES
CARACTERISTIQUES
D'APPORT DE
CAPITAUX DE TYPE
OBLIGATAIRE

Il est établi que l'exonération de l'IS applicable aux emprunts ayant des caractéristiques d'apport de capitaux de type obligataire, incluant les intérêts respectifs effectués par des associés à la société, n'est plus sujette à la double condition d'être stipulée dans un délai initial non inférieur à un an et du remboursement respectif n'avoir pas été effectué avant la fin de ce délai.

ACQUISITIONS
PAR DES ENTITES
RESPONSABLES DU
RESEAU PUBLIC
DES ECOLES

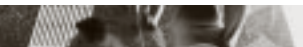
Sont également exonérées de l'IS, les acquisitions à titre onéreux ou à titre gratuit, d'immeubles, par des entreprises publiques responsables du réseau public des écoles, destinées directement ou indirectement à la réalisation de leurs fins statutaires.

REMBOURSEMENT
PAR LE MINISTRE
DES FINANCES

Comme pour ce qui était proposé pour l'IMT, il était prévu la suppression de la possibilité de demande au ministre des finances de restitution de l'IS indument prélevé au cours des quatre dernières années, lorsque n'ont pas été utilisés en temps voulu les moyens procéduriers propres, cependant il a également été décidé de maintenir cette possibilité.

GARANTIES FAITES

Il est prévu pour l'année 2011 le renouvellement de l'exonération de l'IS pour la constitution de garanties en faveur de l'État ou des institutions de la sécurité sociale, faites à des fins de paiement de prestations dues à l'État ou à la sécurité sociale et de toute autre mesure exceptionnelle de paiement différé, de réduction de valeur, de conversion en capital des entités débitrices ou de l'aliénation des créances de l'État ou de la sécurité sociale.



**REPORT DES
VALEURS
MOBILIERES**

Il est prévu que bénéficient de l'exonération de l'IS les opérations de report des valeurs mobilières ou de droits similaires réalisés en bourse de valeurs, ainsi que le report et l'aliénation fiduciaire en garantie effectués par les institutions financières), avec l'interposition de contreparties centrales.

IX. IMPOT SUR L'ALCOOL ET LES BOISSONS ALCOOLISEES

TAUX Les taux de l'impôt sur la bière, les produits intermédiaires et l'alcool et les boissons spiritueuses sont augmentés de 2,2%, (comme pour le taux d'inflation attendu).

X. IMPOT SUR LE TABAC

ASSIETTE Les définitions de cigares et de petits cigarres sont modifiées, incluant désormais les rouleaux de tabac avec un intérieur constitué par un mélange de tabac battu et revêtu d'une protection extérieure, ayant la couleur naturelle des cigarres et un poids à l'unité égale ou supérieure à 2,3 g, comme il en était précédemment, mais maintenant avec un poid maximum de moins de 10 g et avec le maintien du même périmètre, sur au moins un tiers de la longueur, égale ou supérieure à 34 mm, ayant été aussi modifiée la définition de "tabac finement coupé destiné à des cigarettes à rouler", ayant passe la référence à la largeur des particules de 1mm à 1,5 mm.

TAUX Sur les cigarettes, l'élément spécifique est actualisé, passant de EUR. 67,58 à EUR. 69,07, ce qui correspond à une augmentation de 2,2%, (comme pour l'inflation attendue), mais l'élément ad valorem de l'impôt se maintient à 23%, alors que les cigares et les petits cigares qui sont eux considérés comme des produits de prestige et dont les taux, sont exclusivement, ad valorem, sont augmentés de 5,3% (passant de 12,35% à 13%); sur le tabac finement coupé, destiné aux cigarettes à rouler, l'augmentation est de 20% (passant de 49,77% à 60%) et pour les autres tabacs à fumer l'augmentation est de 7,7% (passant de 41,78% à 45%).



TAUX POUR LES RÉGIONS AUTONOMES

L'élément spécifique du taux de l'impôt applicable pour les régions autonomes de Madere et Açores passe à 15,30 € (auparavant € 9,28 pour les Açores et 15 € à Madere).

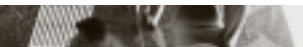
XI. IMPOT SUR LES PRODUITS PETROLIERS ET ENERGETIQUES

BIOCOMBUSTIBLES

L'imposition du biodiesel est profondément modifiée, car l'exonération partielle (de 280 € par 1000 litres) dont bénéficiait la production, au niveau industriel, comme produit destiné à être introduit dans la consommation; cependant, est maintenue l'exonération de l'impôt sur les produits pétroliers et énergétiques (ISP) en ce qui concerne le biodiesel produit par de "petits producteurs exclusifs", jusqu'à la limite maximale globale (nationale) de 40.000 t/ans, mais, à l'inverse de ce qui se passait jusqu'à présent, le Gouvernement pourra postérieurement déterminer que l'exonération est seulement partielle; ainsi la valeur concrète de l'exonération et les procédures d'application seront traitées par arrêté des membres du gouvernement responsables des finances, de l'économie, de l'agriculture et de l'environnement. Vu la suppression de l'exonération de l'ISP pour le biodiesel produit de manière industrielle et étant donné qu'à cette date il existe une obligation d'incorporer 6% de biodiesel dans les gasoils, il est probable une augmentation du prix de vente au public du produit. Et, en conséquence de la suppression du bénéfice fiscal du biodiesel produit et consommé (à l'échelle industrielle) au Portugal, seront aussi supprimées les restrictions de circulation, sur le territoire national, en régime de suspension de l'ISP et les contrôles d'entrée du produit dans les entrepôts fiscaux nationaux, la circulation ayant désormais lieu conformément aux règles générales fixées dans le code des IEC (code des impôts spéciaux de consommation).

TAUX

On ne sait encore rien sur l'éventuelle intention du gouvernement d'actualiser les taux de l'ISP – ce qui est fait par arrêté à des intervalles légalement prévus – pour lesquels on devrait faire attention à la différence de charge fiscale et des taux de TVA entre le Portugal (23%)



et l'Espagne (18%). Quoi qu'il en soit, il est sûr que les combustibles verront leurs prix augmenter de manière significative en 2011, du fait qu'en plus de la probable répercussion sur le consommateur final de la dépense fiscale, d'un montant de EUR.85 millions/ans, en ce qui concerne le biodiesel incorporés dans les gasoils seront augmenté passant de 21% à 23% du taux de TVA.

TAUX DE GAZ DE PETROLE LIQUEFIES

Le taux des dénommés gaz de pétrole liquéfiés (butane et propane) utilisés comme carburant automobile passent de EUR. 109,65/1000 kg à EUR.125,00/1000 kg, ce qui correspond à une augmentation de 14%, ce qui permet au Portugal d'abandonner son inconformité avec le droit communautaire, vu qu'il a le taux minimum exigé dans l'espace communautaire.

IMPOSITION DE L'ELECTRICITE

L'imposition de l'électricité n'a pas encore été consacrée, comme il serait souhaitable, étant donné que depuis le 1er janvier 2010, la dérogation de laquelle jouissait le Portugal dans cette matière a cessé.

XII. IMPOT SUR LES VEHICULES

TAUX SUR LES AUTOMOBILES DE TOURISME

La structure des barèmes n'est pas modifiée, que ce soit pour la cylindrée, ou pour la part environnementale (émission de CO₂), mais les taux de l'impôt sur les véhicules (ISV) applicables aux automobiles de tourisme et autres véhicules concernés par le barème A ont été fortement augmentés. Ainsi, la cylindrée est actualisée de 2,2% (ce qui correspond au taux d'inflation attendu), lequel est augmenté de 5% sur la partie environnementale, découlant de l'introduction d'un d'actualisation pour 2011 de 1,05; en plus de cette augmentation des taux de l'ISV, les taux de TVA augmenteront, comme on l'a vu de 2% ce qui se traduit par une augmentation de l'imposition sur les automobiles de près de 6%.

AUGMENTATION SUR LES VEHICULES A GASOIL

On enregistre de plus une augmentation de la pénalisation incidente sur les véhicules à gasoil, avec un niveau d'émission de particules supérieur à 0,005 g/km, qui passe de EUR. 250 à EUR.500.



TAUX SUR LES VEHICULES COMMERCIAUX LEGERES

Les taux de l'ISV pour les dénommés véhicules commerciaux légers sont augmentés en moyenne de 2,2%, comme pour l'actualisation des taux de l'IEC et conformément aux taux d'inflation attendue.

TAUX SUR MOTOCYCLES, LES TRICYCLES ET LES QUADRICYCLE

Les taux sur les motocycles, les tricycles et les quadricycles, avec une cylindrée de 180 à 750 centimètres cubes sont augmentés de 4,2% et les taux de ceux qui présentent une cylindrée supérieur à 750 centimètres cubes sont actualisés de 2,2%; le fondement de la dualité des critères n'est pas perceptible, étant donné qu'il semblait plus judicieux que l'augmentation ait été uniforme ou si ça n'avait pas été le cas, qu'il aurait été plus juste de suivre le critère inverse, conscient des aspects environnementaux.

TAUX SUR LES VEHICULES D'OCCASION

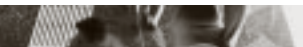
Les taux sur les véhicules d'occasion achetés dans d'autres États-membres font, encore une fois, l'objet de modification; ainsi, les pourcentages de réduction qui ne concernent que la cylindrée de l'ISV, touchent désormais aussi la composante environnementale. Cette modification vise à adapter l'imposition des véhicules d'occasion à la jurisprudence de la Cour de Justice des Communautés Européenne (CJCE), qui exige l'application de pourcentages de réduction à la totalité de l'impôt incorporé sur les véhicules d'occasion et pas seulement à l'une seule de ces composantes, même si, comme cela est le cas, sont en cause des préoccupations de nature environnementale.

DEVALORISATION SUR LES VEHICULES D'OCCASION

En plus de cette modification, l'éventuel recours à l'estimation du véhicule d'occasion, pour une postérieure liquidation de l'ISV, ayant pour base la formule de calcul de la dévalorisation, est désormais conditionné au paiement préalable d'un taux, à fixer par arrêté du membre du gouvernement responsable des finances et qui vise à la répercussion sur l'intéressés des coûts découlant de l'estimation du véhicule; ce taux semble être en adéquation avec la jurisprudence de la CJCE, étant donné qu'il découle de l'utilisation d'une faculté offerte au contribuable de l'ISV (et que celui peut ou non utiliser), étant normale dans le premier cas qu'il supporte les coûts d'estimation du véhicule.

IPSS

Le champ d'application de l'exonération de l'ISV, duquel bénéficient certaines institutions privées de solidarité sociale (IPSS) et qui n'était appliquée qu'aux acquisitions, à titre onéreux, de véhicules pour le



transport collectif d'usagers avec neuf places, y compris le conducteur, est désormais applicable à toute acquisition de ce type de véhicules, incluant évidemment les donations qui ont fréquemment lieu et qui étaient exclues de l'exonération.

**PERSONNES
MORALES PUBLIQUES**

Toutefois, à l'inverse, l'exonération de l'ISV pour les véhicules acquis par des personnes morales d'utilité publique a été supprimée.

**ENTREPRISES DE
LOCATION DE
VEHICULES**

Le champ d'application des réductions du taux de l'ISV, dont bénéficient les dénommées entreprises de location de véhicules, dont le niveau d'émission de CO₂ ne pouvait pas dépasser 130 g/km, est désormais limité à des véhicules qui ne dépassent pas les 120 g/km, étant ainsi réduite de manière significative la gamme de véhicules qui peuvent bénéficier de la réduction de 50% des taux de l'ISV.

**VEHICULES
EN FIN DE VIE**

Le régime d'incitation fiscale au retrait de la circulation des "véhicules en fin de vie" est supprimé.

XIII. IMPOT UNIDQUE DE CIRCULATION

**PERSONNES MORALES
D'UTILITE PUBLIQUE**

L'exonération de l'impôt unique de circulation (IUC) est supprimée pour les véhicules des personnes morales d'utilité publique.

TAUX

Les taux de l'IUC sont actualisés d'environ 2,2% (inflation) à l'exception des véhicules de marchandises à usage professionnel, qui ne feront l'objet d'aucune augmentation; l'imposition des véhicules légers de passagers et mixtes en 2011 sera égale à celle des véhicules immatriculés en 2010 étant donné que l'augmentation annuelle des taux respectifs a cessé.

XIV. PROCEDURE FISCALE

**INTERETS
MORATOIRES DES
RESPONSABLES
FISCAUX
SUBSIDIAIRES**

Il est prévu une exonération des intérêts moratoires pour le responsable subsidiaire, lorsque le paiement de la dette en exécution, est limité aux intérêts liquidés dans la procédure d'exécution fiscale, étant ainsi exclus de cette exonération les intérêts moratoires liquidés avant l'instauration de la procédure d'exécution fiscale.



DELEGATION DE POUVOIRS

Les organes de l'administration fiscale cessent d'être limités dans la délégation de compétences, pouvant désormais déléguer à d'autres fonctionnaires et pas exclusivement à ceux qui leurs sont hiérarchiquement immédiatement inférieurs.

INFORMATION SUR L'OUVERTURE ET LA MAINTIEN DE COMPTES

Cessent d'être cumulatives les exigences légales pour l'envoi, par les institutions de crédit et les sociétés financières de l'information relative à l'ouverture ou au maintien de comptes, devant ainsi une telle information être donnée que ce soit pour les contribuables dont la situation fiscale n'est pas régularisée, ou les cas de contribuables insérés dans des secteurs à risque.

INFORMATION SUR LE PAIEMENT AVEC DES CARTES DE CREDIT ET DE DEBIT

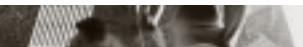
La déclaration par des institutions de crédit et des sociétés financières en ce qui concerne la valeur des flux de paiement avec des cartes de crédit et de débit, effectués par leur intermédiaire à des contribuables qui perçoivent des revenus de la catégorie B de l'IRS (revenus d'entreprises et professionnels) et de l'IRC, est désormais effectuée jusqu'à la fin du mois de juillet de chaque année, moyennant la présentation d'une déclaration suivant le modèle officiel approuvé par arrêté du ministre des finances, laissant encore d'être dépendant de la demande de la part de l'administration fiscale, notamment de la direction générale des douanes et des impôts spéciaux sur la consommation.

DEROGATION FISCALE DU SECRET BANCAIRE

L'administration fiscale a désormais le pouvoir d'accéder à toutes les informations ou documents bancaires sans que cela dépende du consentement du titulaire de ces éléments, à chaque fois qu'est constaté l'existence prouvée de dettes à l'administration fiscale ou à la sécurité sociale.

INTERETS INDEMNISATOIRES

Sont désormais expressément définis les organes ayant compétence pour reconnaître le droit des contribuables à des intérêts d'indemnisation, en prenant en compte la nature de la procédure en cause: par l'entité compétente pour décider sur la réclamation gracieuse, lorsque le fondement est une erreur imputable aux services de laquelle découle le paiement de la dette fiscale d'un montant supérieur à celui qui est légalement dû; par l'entité qui détermine la restitution d'office des valeurs versées, lorsque n'est pas respecté le délai légal de restitution; par l'entité qui effectue la note de crédit, lorsque le fondement est le retard de la procédure; par l'entité compétente pour prendre la décision



sur la demande de révision de l'acte fiscal à l'initiative du contribuable, lorsque le délai légal de révision de l'acte fiscal n'est pas accompli.

RECLAMATION
POUR NON
PAIEMENT
DES INTERETS
INDEMNISATOIRES

Il est encore stipulé que le contribuable peut désormais réclamer pour le non paiement des intérêts d'indemnisation, auprès de l'organe périphérique régional de l'administration fiscale compétent, dans un délai de 120 jours à partir de la date de réception de la note de crédit ou en son absence de la fin du délai pour son émission; il est encore prévu que dans le cas de l'exécution d'une décision judiciaire qui découle du droit à des intérêts d'indemnisation, la réclamation citée pourra désormais être présentée dans un délai de 30 jours à compter de la fin du délai d'exécution spontanée de la décision.

COMPETENCE
POUR LES
RECLAMATIONS
GRACIEUSES

Il est déterminé que la compétence pour prendre la décision sur la réclamation gracieuse d'actes pratiqués à la suite de procédures d'inspection réalisées par les services respectifs cesse d'être, comme cela en est la règle, du directeur des finances territorialement compétent, pour être étendue au directeur des services de la zone opérationnelle des services centraux de l'inspection fiscale.

COMPETENCE
POUR LES
EXECUTIONS
FISCALES

Il est prévu que le dirigeant maximum du service puisse, moyennant décision et à chaque fois que des raisons de rationalisation des moyens et d'efficacité de la collecte le justifie, attribuer la compétence pour exécution fiscale à l'organe périphérique régional de la zone de résidence ou du siège du débiteur.

COMPETENCE
POUR LA
VERIFICATION ET
L'EVALUATION DES
CREANCES

Lorsqu'il y a des réclamations de créances ou lorsque sont ajoutés à la procédure d'exécution fiscale des certificats de dettes réclamées par des chefs des services périphériques locaux de la zone du domicile de la personne à qui ont été saisis les biens et de localisation des immeubles ou de l'établissement ou de l'établissement commercial ou industriel où n'est pas en cours une procédure, la compétence pour la vérification et l'évaluation des créances est désormais attribuée à l'organe d'exécution fiscale, cessant ainsi d'être attribuée au tribunal fiscal de 1ère instance; la réclamation (judiciaire) sur la décision de vérification et d'évaluation des créances devra être immédiatement faite auprès du tribunal fiscal de 1ère instance.



VENTE DE BIENS SAISIS

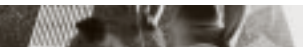
La vente de biens saisis à la suite d'une exécution fiscale est de préférence faite par la vente aux enchères électronique (dont la procédure et les caractéristiques sont aussi définies par arrêté du ministre des finances) ou dans l'impossibilité de sa réalisation, par le biais du moyen actuellement préférentiel, c'est à dire les propositions dans des enveloppes fermées; mais la possibilité de déterminer une autre modalité de vente est offerte au dirigeant maximum du service.

FORMALITES DE LA VENTE

La vente réalisée par vente aux enchères électronique, qui aura lieu pendant 15 jours, dont la valeur de base est celle qui correspond à 70% de la valeur déterminée conformément aux termes généraux déjà en vigueur (valeur patrimoniale fiscale constatée conformément aux termes généraux du code de l'IMI, en ce qui concerne les immeubles urbains, valeur fixée par l'organe d'exécution, en ce qui concerne les immeubles ruraux, ou la valeur attribuée dans le procès-verbal de la saisie, en ce qui concerne les biens meubles); en l'absence de propositions d'acquisition, la vente passera immédiatement à la modalité de la proposition dans une enveloppe fermée, qui aura lieu dans une durée de 15 à 20 jours, tout en réduisant la valeur de base de 50% par rapport la valeur déterminée conformément aux termes généraux et cités ci-dessus. Il est de plus stipulé sur cette question que si les propositions ne sont ni présentées par vente aux enchères électronique ni au moyen d'enveloppes fermées, une nouvelle vente aux enchères devra être ouverte et qui aura lieu pendant 20 jours, le bien étant adjugé à la valeur la plus élevée.

PAIEMENT DES BIENS ACQUIS

En ce qui concerne le paiement du bien acquis, celui devra être effectué dans sa totalité dans un délai de 15 jours à compter de la fin du délai pour remettre les propositions, cessant ainsi d'y avoir la possibilité de paiement partiel, non inférieur à un tiers, dans des opérations de trésorerie à l'ordre de l'organe d'exécution fiscale. Toutefois, si la valeur de l'acquisition est supérieure à 500 fois l'unité de comptage (actuellement de EUR. 51.000), l'acquéreur peut, moyennant requête fondée, être autorisé à ne déposer qu'une partie du prix, non inférieure à un tiers, s'engageant à payer la partie restante dans un délai maximum de huit mois.



LIVRAISON DES BIENS ACQUIS

Est consacrée la possibilité pour l'acquéreur des biens, se basant sur le titre de transmission, de demander à l'organe d'exécution fiscale la livraison des biens contre le détenteur et dans la même procédure, cet organe pouvant, à cette fin, demander l'intervention des autorités policières.

DELAI DE RECLAMATION DES CREANCES PAR DE LE REPRESENTANT DU TRESOR PUBLIC

Le délai de 25 jours à compter de la notification, pour que le représentant du trésor public réclame les créances auprès du tribunal fiscal de 1ère instance de la zone de l'organe d'exécution fiscale.

TAUX DES INTERETS MORATOIRES

Est prévu l'établissement et la publication des intérêts moratoires, avec une application annuelle commençant le 1er janvier de chaque année, par l'IGCP, par le biais d'un avis qui sera publié au journal officiel, jusqu'au 31 décembre de l'année précédente.

XV. INFRACTIONS FISCALES

CONCOURS D'INFRACTIONS

Est réintroduit dans le régime général des infractions fiscales (RGIT), le régime de cumulation matérielle d'amendes concrètement appliquées aux infractions en cours, qui se caractérise par l'application d'une amende découlant de la somme arithmétique des montants des amendes effectivement appliquées à chacune des infractions en cours, sans qu'il y ait lieu à une quelconque limitation de la valeur à payer, c'est une consécration qui a l'intention de voir ainsi éloigner le cas du cumul juridique en cas de concours d'infractions, actuellement prévu dans le RGIT et qui est pour résumer plus favorable aux contribuables en cause, dès lors que celui qui aura contrevenu plusieurs fois sera puni d'une amende unique avec une valeur maximale correspondant à la somme des amendes en cours, mais celle-ci ne devra pas dépasser le double de la limite maximale la plus élevée des infractions en cours et la valeur minimale correspondant à la valeur de la plus élevée des amendes effectivement appliquées aux diverses infractions.



Infraction	Amende générique	Amende concrète	Cumul Juridique	Cumul Matériel
Manquement dans la remise de la prestation fiscale	€ 30.000	€ 30.000	entre €30.000 et €60.000	€150.000
Manquement dans la remise de la prestation fiscale	€ 30.000	€ 30.000		
Manquement dans la remise de la prestation fiscale	€ 30.000	€ 30.000		
Manquement dans la remise de la prestation fiscale	€ 30.000	€ 30.000		
Manquement dans la remise de la prestation fiscale	€ 30.000	€ 30.000		

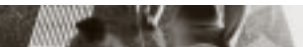
XVI. SYSTEME D'INCITATIONS FISCALES POUR LA RECHERCHE ET DEVELOPPEMENT DES ENTREPRISES II

CHAMP D'APPLICATION TEMPOREL

Le système d'incitations fiscales pour la recherche et développement des entreprises (SIFIDE) II est approuvé, pour les périodes fiscales comprises entre 2011 et 2015, de manière identique au SIFIDE I, (créé par la loi n. ° 40/2005, du 3 août), et qui se trouve d'ailleurs encore en vigueur jusqu'à la fin de l'année 2010.

DESTINATAIRES

Il est prévu que bénéficient de cette incitation les contribuables de l'IRC résidents en territoire portugais qui exercent , à titre principal ou non, une activité de nature agricole, industrielle, commerciale et de services et les non-résidents disposant d'un établissement stable



sur ce territoire, dont le bénéfice imposable n'est pas déterminé par des moyens indirects et qui ne soient pas cumulativement débiteurs de l'État et de la sécurité sociale en ce qui concerne n'importe quels impôts ou contributions, ou aient leur paiement dûment assuré.

DEPENSES ELIGIBLES

Il est prévu l'abattement des dépenses pour la recherche développement (I&D) concernant, de manière générique: les investissements en patrimoine immobilisé et les investissements financiers; personnelle; l'enregistrement, la manutention et l'acquisition de brevets entrants dans le champ d'application des activités I&D; et l'exécution de projets de I&D nécessaires à l'accomplissement des obligations contractuelles publiques.

ACCES

Afin de pouvoir bénéficier du SIFIDE II, les contribuables devront: présenter une déclaration justifiant l'inexistence de dettes à l'État et à la sécurité sociale, en référence au mois précédent celui de la remise de la déclaration périodique des revenus; présenter une déclaration, ou une preuve de la présentation de la demande respective d'émission, émise ou à émettre, par l'entité nommée sur décision du ministre de la science, de la technologie et de l'enseignement supérieur, qui justifie que les activités exercées ou à exercer sont effectivement des actions de recherche ou de développement et aussi les montants respectifs qui y sont prévus et encore le calcul de l'accroissement des dépenses en ce qui concerne la moyenne des deux exercices précédents; présenter un document qui mette en évidence le calcul du bénéfice fiscal; et garantir que sa comptabilité reflète aussi bien l'impôt qui ne sera plus versé en conséquence de l'abattement fiscal, moyennant l'indication de la valeur correspondante dans une annexe au bilan, que la démonstration des résultats relative à l'exercice durant lequel est effectué l'abattement fiscal.

ABATTEMENT FISCAL

Les destinataires de cette incitation pourront déduire au montant de l'IRC établi conformément aux termes du code de l'IRC, et ce jusqu'à sa collecte, la valeur correspondante aux dépenses en I&D dans la partie qui n'est pas cofinancée par l'État à fond perdu, réalisées entre le 1er janvier 2011 et le 31 décembre 2015, en prenant en compte un taux de base de 32,5%, auquel devra être ajouté un taux additionnel de 50% du surplus des dépenses réalisées par rapport à la moyenne arithmétique simple des deux exercices précédents, jusqu'à la limite de 1,5 millions



d'euros; le taux additionnel de 50% devra être accru de 20% pour les dépenses relatives à l'embauche de personnes ayant un doctorat par les entreprises pour des activités de recherche et développement, la limite étant désormais de 1,8 millions d'euros.

REPORT DE LA DEPENSE

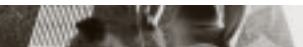
Il est prévu que soit maintenue la possibilité de reporter les dépenses qui n'ont pas été déduites dans l'exercice pendant lequel elles ont été réalisées, soit à cause d'une insuffisance de la collecte et ce jusqu'au septième exercice immédiatement suivant.

CUMUL DES BENEFICES

L'abattement fiscal en cause n'est pas cumulable pour le même investissement avec des bénéfices fiscaux de même nature prévus dans d'autres diplômes légaux.

NOUVEAUTES

Les nouveautés introduites avec le SIFIDE II, par rapport au SIFIDE I, sont les suivantes: suppression de la limitation à 55% des dépenses de fonctionnement relatives au personnel directement touché par les tâches de I&D; éligibilité de la dépense en rapport avec l'exécution de projets de I&D nécessaires à l'accomplissement des obligations contractuelles publiques; introduction d'une règle spécifique applicable aux PME, étant prévu que, lorsque ces contribuables de l'IRC n'ont encore pas accompli 2 exercices, ne pouvant pas bénéficier du taux additionnel de 50% prévu dans le champs d'application de l'abattement, sera appliqué une majoration de 10% au taux de base de 32,5%; introduction d'une norme spécifique applicable aux contribuables qui se réorganisent par le biais d'actes de concentration, tels que les fusions, scissions, les entrées d'actifs et les transferts de parts sociales, la transmission de ce bénéfice fiscal étant prévue dans ces cas; et l'introduction d'une obligation de communiquer à la DGCI, par courriel, l'identification des bénéficiaires et aussi du montant des dépenses considérées comme éligibles pour l'année précédente à celle de la déclaration, à accomplir par l'entité responsable du ministère de la science, technologie et de l'enseignement supérieur jusqu'à la fin du mois de février de chaque année.



XVII. CONTRIBUTION EXTRAORDINAIRE SUR LE SECTEUR BANCAIRE

ASSIETTE SUBJECTIVE

Avec l'intention de rapprocher la charge fiscale supportée par le secteur financier de celle qu'honore tout le reste de l'économie et de le faire contribuer de manière plus intense à l'effort de consolidation des comptes publics et de prévention des risques systémiques, est prévue la création d'une nouvelle contribution, dite extraordinaire, sur le secteur bancaire étant considérés comme assujettis à cette contribution: les institutions de crédit ayant leur siège principal et effectif de l'administration situé en territoire portugais; les filiales au Portugal des institutions de crédit qui n'ont pas leur siège principal et effectif de l'administration en territoire portugais; les succursales, au Portugal, d'institutions de crédit ayant leur siège principale et effectif en dehors de l'Union Européenne (c'est à dire dans des États tiers).

ASSIETTE OBJECTIVE

Il est prévu que cette contribution devra avoir une incidence sur: le passif constaté et approuvé par les assujettis, déduit des fonds propres de base (TIER 1) et complémentaires (TIER 2) et des dépôts touchés par le fond de garantie des dépôts et aussi sur la valeur notionnelle des instruments financiers dérivés en dehors du bilan établi par les assujettis.

TAUX

Est appliqué sur l'assujetti un taux variable entre 0,01% e 0,05%, en fonction de la valeur constatée, et sur la valeur notionnelle des instruments financiers un taux variable entre 0,0001% et 0,0002%, selon la valeur constatée; les taux effectivement applicables feront l'objet d'une réglementation par arrêté du ministre des finances, après avoir été entendue la banque du Portugal, ce qui, s'agissant d'un nouvel impôt, pourra susciter des problèmes de constitutionnalité, notamment en ce qui concerne la forme de détermination du taux cité.

AUTO- LIQUIDATION

Il est prévu que la contribution extraordinaire sur le secteur bancaire soit liquidée par l'assujetti lui-même, par le biais d'une déclaration conforme au modèle officiel, qui devra être approuvée par arrêté du ministre des finances, à envoyer tous les ans, par courriel, jusqu'au dernier jour du mois de juin, ce qui est aussi la date limite pour



effectuer le paiement respectif; de manière subsidiaire, s'appliqueront à la liquidation, la collecte et le paiement de la contribution les règles prévues dans la loi fiscale générale et dans le code de procédure fiscale.

NON DEDUCTION SUR L'IRC

Cette nouvelle contribution ne sera pas déductible sur l'IRC.

XVIII. AUTRES

ENREGISTREMENT DES CONTRIBUABLES

Le gouvernement est autorisé à revoir et à systématiser toute la réglementation en rapport à l'attribution et à la gestion, à des fins exclusivement fiscales, du numéro d'identification fiscale des contribuables par la direction générale des impôts. En ce qui concerne l'extension et le champ d'application de cette autorisation législative, elle s'étend: à la prise en compte dans un seul diplôme légal des dispositions légales relatives à la création du numéro fiscal de contribuable; à l'uniformisation des règles applicables à la carte nationale d'identité, à la carte d'entreprise et à la carte de personne morale; et à l'introduction de procédures qui visent à simplifier l'accomplissement des obligations fiscales du contribuable.

NOTIFICATIONS ELECTRONIQUES

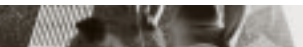
Une autorisation législative est concédée au gouvernement en ce qui concerne les notifications effectuées par transmission électronique de données, notamment dans le contexte de la procédure fiscale, et sans recours à la boîte postale électronique, par le biais des systèmes informatiques gérés par la direction générale des douanes et des impôts spéciaux sur la consommation (DGAIEC).

ASSISTANCE MUTUELLE ET RECUPERATION DE CREANCES

Le gouvernement est de même autorisé à transposer la directive communautaire relative au mécanisme d'assistance mutuelle en matière de récupération de créances entre les États-membres de l'Union Européenne (directive 2010/24/EU) – afin d'atteindre des objectifs de rapidité et d'efficacité et de lutte à la fraude – et aussi pour révoquer le régime d'assistance mutuelle en matière de perception des créances actuellement en cours.

VINS ET PRODUITS VINICOLES

Le gouvernement est autorisé à revoir le régime des taux qui s'appliquent aux vins et aux produits vinicoles, de manière à différencier le taux



applicable au financement des coûts de l'activité de contrôle et de coordination du secteur du vin par l'institut de la vigne et du vin, I.P., au financement de son activité de promotion, ainsi qu'à la création de taux différents applicables à l'exercice de l'activité de coordination générale du secteur vinicole qui s'appliquent aux produits vinicoles commercialisés en territoire portugais et les produits vinicoles produits au niveau national.

LISTES DE CONTRIBUABLES

Il est prévu que la divulgation de listes de contribuables, prévue dans la loi fiscale générale, soit désormais également applicable aux contribuables débiteurs de la sécurité sociale.

REDEVANCE AUDIOVISUEL

Il est prévu la fixation à EUR. 2,25 (actuellement fixée à EUR. 1,74) de la valeur mensuelle de la redevance audiovisuelle à percevoir en 2011.

CONTRIBUTION EXTRAORDINAIRE DE SOLIDARITE

Les retraites, les pensions, les subventions et toutes autres prestations pécuniaires de même nature, payées à un Seul titulaire, dont la valeur mensuelle est supérieure à EUR. 5.000 seront sujettes à une contribution extraordinaire de 10%, qui s'appliquera sur le montant qui dépasse cette valeur et sera reversé en faveur de la sécurité sociale et de la caisse générale des retraites, I.P (CGA, I. P.). Cette contribution extraordinaire s'étend à la somme des pensions et des retraites et toute prestation équivalente et les subventions mensuelles versées à vie payées par la CGA, I.P., par le centre national des pensions et directement ou par l'intermédiaire de fonds de pension, par toute entité publique, indépendamment de la nature respective et du degrés d'indépendance ou d'autonomie, notamment celles supportées par les instituts publics, l'entités de régulation, de supervision ou de contrôle, et les entreprises publiques nationales, régionales ou municipales ; ce qui pourra aussi susciter des questions de constitutionnalité, notamment parce qu'elle s'applique sur des revenus déjà imposés, en application de l'IRS, ce qui peut constituer une situation de "double imposition" sur l'impôt sur le revenu, ce qui viole, au delà du principe d'égalité, les règles constitutionnelles qui établissent que l'impôt en question est unique et progressif.

Equipa da Área de Prática de Direito Fiscal de PLMJ coordenada por
ROGÉRIO M. FERNANDES FERREIRA

WWW.PLMJ.COM

PLMJ - Sociedade de Advogados de Responsabilidade Limitada
Lisboa ■ Porto ■ Faro
Coimbra ■ Açores ■ Guimarães ■ Viseu
Brasil ■ Angola ■ Moçambique ■ Cabo Verde ■ Macau ■ China